Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 26.433.778/0001-98

Relatório da Administração

Fundada em 08 de setembro do ano de 2016, a Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 8º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tomar-se líder e impor na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com atribuições de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tornou mais atraente a emissão dispostos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de créditos divididos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2019, a Gaia Cred quer estar cada vez mais próxima do seu cliente e investidores, oferecendo operações estruturadas financeiras, produtos de análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2018. O nosso objetivo neste ano não é ser a maior securitizadora em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, sempre com a visão a vitória sempre será coletiva! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2016, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer partes relacionadas a ela, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia e/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(110.523)**	**(10.741)**
Ajuste para:		
Provisão para perdas no contas a receber	108.502	7.327
Prejuízo ajustado	**(2.021)**	**(3.414)**
Variações ativos e passivos:		
(Aumento) redução em carteira de créditos	52.643	(335.965)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	-	95
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(75)	(73)
(Aumento) redução em partes relacionadas	-	(62)
(Aumento) redução em outros créditos disponíveis para venda	(9.098)	(1.595)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(4.901)	-
Aumento (redução) em contas a pagar	(11)	(51)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	-	(47)
Aumento (redução) em fundo de reserva	-	1.534
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**36.537**	**(339.578)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação (Liquidação) de debêntures	(31.537)	342.033
Integralização de capital	1	-
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**(31.536)**	**342.033**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.227	5.772
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.228	8.227
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.001**	**2.455**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de janeiro de 2016	-	-	-
Capital social emitido	1	-	1
Capital social a integralizar	(1)	(1)	-
Prejuízo do exercício	-	(10.741)	(10.741)
Redução do valor nominal das debêntures	-	10.741	10.741
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1	-	1
Capital social emitido	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(110.523)	(110.523)
Redução do valor nominal das debêntures	-	110.523	110.523
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1**	-	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Receita bruta da prestação de serviço	**1.015**	-
Outras receitas	1.015	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(116.065)**	**(13.675)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.065)	(13.675)
Valor adicionado bruto	**(115.050)**	**(13.675)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(115.050)**	**(13.675)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.901	2.945
Valor adicionado total a distribuir	**(102.149)**	**(10.730)**
Distribuição do valor adicionado	**(102.149)**	**(10.730)**
Pessoal		
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**8**	**8**
Federais	8	8
Remuneração de capital de terceiros	**8.366**	**3**
Juros	8.366	3
Remuneração de capital próprio	**(110.523)**	**(10.741)**
Lucros/prejuízos acumulados	(110.523)	(10.741)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Nota	2018	2017
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais	11		
Despesas gerais e administrativas		(7.571)	(4.253)
Outras receitas operacionais		1.015	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(6.556)**	**(4.253)**
Resultado financeiro	12		
Receitas financeiras		12.901	2.945
Despesas financeiras		(116.868)	(9.433)
Resultado financeiro líquido	12	**(103.967)**	**(6.488)**
Prejuízo do exercício		**(110.523)**	**(10.741)**
Média ponderada de ações	10	3	1
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	10	**(110.523,00)**	**(10.741,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	**(110.523)**	**(10.741)**
Receitas/despesas líquidas nominais das debêntures	110.523	11.691
Resultado abrangente do exercício	-	**950**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Receita líquida de prestação de serviços	-	-
Despesas operacionais	11	
Despesas gerais e administrativas	(7.571)	(4.253)
Outras receitas operacionais	1.015	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro	**(6.556)**	**(4.253)**
Resultado financeiro	12	
Receitas financeiras	12.901	2.945
Despesas financeiras	(116.868)	(9.433)
Resultado financeiro líquido	12 **(103.967)**	**(6.488)**
Prejuízo do exercício	**(110.523)**	**(10.741)**
Média ponderada de ações	10 3	1
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$	10 **(110.523,00)**	**(10.741,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do fluxo de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	**(110.523)**	**(10.741)**
Ajuste para:		
Provisão para perdas no contas a receber	108.502	7.327
Prejuízo ajustado	**(2.021)**	**(3.414)**
Variações ativos e passivos:		
(Aumento) redução em carteira de créditos	52.643	(335.965)
(Aumento) redução em adiantamento a fornecedores	-	95
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(75)	(73)
(Aumento) redução em partes relacionadas	-	(62)
(Aumento) redução em créditos disponíveis para venda	(9.098)	(1.595)
(Aumento) redução em outras contas a receber	(4.901)	-
Aumento (redução) em contas a pagar	(11)	(51)
Aumento (redução) em obrigações fiscais	-	(47)
Aumento (redução) em fundo de reserva	-	1.534
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**36.537**	**(339.578)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação (Liquidação) de debêntures	(31.537)	342.033
Integralização de capital	1	-
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**(31.536)**	**342.033**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8.227	5.772
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.228	8.227
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.001**	**2.455**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Receita bruta da prestação de serviço	**1.015**	-
Outras receitas	1.015	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(116.065)**	**(13.675)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(116.065)	(13.675)
Valor adicionado bruto	**(115.050)**	**(13.675)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(115.050)**	**(13.675)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	12.901	2.945
Valor adicionado total a distribuir	**(102.149)**	**(10.730)**
Distribuição do valor adicionado	**(102.149)**	**(10.730)**
Pessoal		
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**8**	**8**
Federais	8	8
Remuneração de capital de terceiros	**8.366**	**3**
Juros	8.366	3
Remuneração de capital próprio	**(110.523)**	**(10.741)**
Lucros/prejuízos acumulados	(110.523)	(10.741)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred III Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma Companhia anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 8º andar - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 08 de setembro de 2016 e obteve seu registro na JUCESP em 27 de outubro de 2016. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, Companhias de créditos imobiliários, Companhias de arrendamento mercantil, Companhias de crédito, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de qualquer título de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitadas os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações com financiamento de recebíveis em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 23 de novembro de 2018, a Companhia obteve registro junto ao instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias. Escritura particular da 1ª(Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em duas séries, da espécie com garantia real. Dessa forma em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de debêntures: Classe Sênior 1ª série no valor de R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) e Classe Sênior 2ª série no valor de R$ 200.000 (duzentos milhões de reais) conforme nota explicativa nº 9. Dos valores em mil reais), dessa forma foram subscritos R$ 529.928 (trezentos e vinte e oito milhões quinhentos e nove mil reais) em 08 de dezembro de 2016. Em 16 de novembro de 2018 foram integralizadas R$ 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa e um mil reais), desta forma faltando R$ 158.437 (cento e cinquenta e oito mil reais) a ser integralizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 não houveram novas emissões. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos e análises a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativas do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à ajuste da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer tempo e sujeitos, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros como o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em fluxos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando os ativos não atendem os critérios de classificação das demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros mensurados ao ação contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxo de caixa que constituem exclusivamente pagamento de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Demonstrados de forma líquida juntamente com os efeitos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(f) Passivos financeiros:** Os passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mediçãos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando o(s) seus deveres contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. **(g) Contas a receber:** Representam os valores a receberes e outras contas a pagar como passivos financeiros não derivativos. **(g) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"): Ativos não-financeiros:** Os ativos sujeitos a data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados, descontados a taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros são gerados valor continuam sendo reconhecidos mês a mês do através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, exceto pelo imposto de renda e contribuição social diferidos, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então é feita uma estimativa do ativo é determinada. **(h) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do seu ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **(i) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 (R) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. (R) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados em notas explicativas e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre a probabilidade de perda do processo. **(j) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável que exceder a R$ 240 no exercício para impostos de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **(k) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **(l) Apuração do resultado:** A receita ocorre pela realização dos créditos vinculados, e a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e com base na recuperação efetiva realizada pela Companhia até a data-base do balanço. **(m) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações de valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, exigidas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar.

4. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas: As alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2019. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil": A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e ativos de direito de uso para os contratos de arrendamento. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. IFRIC 23 - "Incerteza sobre Tratamentos de Impostos sobre o Lucro": A norma procura esclarecer a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Aplicações financeiras

	2018	2017
Certificado de Depósito Bancário - CDB Fácil	8.423	5.676
Fundo de Investimento - Investfácil	4.805	2.551
Total	**13.228**	**8.227**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado deste títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 97% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para dezembro de 2021. A taxa de juros média contratada para aplicações em fundos de investimentos é de 5% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para novembro de 2020.

5.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros mensurados ao valor justo: A mensuração da estimativa do valor justo por nível baseia-se no seguinte hierquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificação quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descorrido ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são de derivados de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo de "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

	2018			2017		
Tipo de Instrumento	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**
Certificados de Depósitos Bancários	-	-	-	-	-	-
Valor justo	-	8.423	-	-	5.676	-
Fundo de Investimento						
Investfácil	-	4.805	-	-	2.551	-
Valor justo	-	-	-	-	-	-

5.2. Movimentação das aplicações financeiras

	2018	2017
Saldo inicial	**8.227**	**5.772**
Aplicação/resgate	4.655	2.082
Receita financeira	346	373
Saldo final	**13.228**	**8.227**

6. Contas a receber - Carteira de créditos: Os montantes contabilizados referem-se a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de crédito financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditícios inadimplidos são executados por empresas de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações serão exercidas pelo CHINA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MULTIPLO S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP. **6.1. Operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios: (a) Descrição das características dos direitos creditícios:** Os direitos creditícios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de contratos de empréstimos e financiamentos celebrados entre o cedente e seus clientes. **(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** O único critério de elegibilidade a ser observado para aquisição de direitos creditícios pela Securitizadora é que os direitos creditícios devem ser de titularidade de pessoas jurídicas de Companhias que atuem na área. A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos direitos creditícios a Securitizadora, deverão verificar as condições de cessão avaliando o agrupamento de suas características e o valor de aquisição dos direitos creditícios. **(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditícios:** Os direitos creditícios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, incondicional e irrevogável, sem condição de cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos direitos creditícios inadimplidos. **(d) Composição da carteira de crédito:** As aquisições dos direitos creditícios representam os montantes abaixo demonstrados em 2018 R$ 0 (R$ 362.093 em 31 de dezembro de 2017). O prazo de recuperação dos créditos previstos nas projeções de fluxo futuro preparadas pela consultoria especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditícios.

Cedente	2018	2017
China Construction Bank (Brasil) S.A.	-	362.093
Total	-	362.093

(e) Valor Justo: Para ativos referentes a carteira de crédito, a empresa estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações recentes contratadas com terceiros (avaliador do próprio banco investidor - CHINA CONSTRUCTION BANK BRASIL), a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação e outros modelos de possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida no resultado líquido. A companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 30% quando comparável ao valor de mercado de 5% a 10%.

Custo de aquisição	2018	2017
Principal	-	1.284.792
Est IMV	-	362.093
% Do custo de aquisição	-	**5% a 10%**
% Mercado	-	**30%**
Saldo inicial	**2018**	**2017**
Aquisição de carteiras	-	362.093
Amortização	(45.315)	(26.129)
Provisão para Impairment	(115.829)	(7.327)
Saldo final	**(161.144)**	**(335.638)**

7. Outros créditos a receber: Os montantes contabilizados referem-se a direitos creditícios vencidos e inadimplidos. Os direitos creditícios são adquiridos em caráter definitivo, incondicional e irrevogável, sem condição de cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos direitos creditícios inadimplidos. **(d) Composição da carteira de crédito:** As aquisições dos direitos creditícios representam os montantes abaixo demonstrados em 2018 R$ 0 (R$ 362.093 em 31 de dezembro de 2017). O prazo de recuperação dos créditos previstos nas projeções de fluxo futuro preparadas pela consultoria especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditícios.

Cedente	2018	2017
China Construction Bank (Brasil) S.A.	-	362.093
Total	-	362.093

(e) Valor Justo: Para ativos referentes a carteira de crédito, a empresa estabeleceu o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações recentes contratadas com terceiros (avaliador do próprio banco investidor - CHINA CONSTRUCTION BANK BRASIL), a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação e outros modelos de possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio e reconhecida no resultado líquido. A companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 30% quando comparável ao valor de mercado de 5% a 10%.

Custo de aquisição	2018	2017
Principal	-	1.284.792
Est IMV	-	362.093
% Do custo de aquisição	-	**5% a 10%**
% Mercado	-	**30%**
Movimentação	**2018**	**2017**
Saldo inicial	-	362.093
Aquisição de carteiras	-	-
Amortização	(45.315)	(26.129)
Provisão para Impairment	(115.829)	(7.327)
Saldo final	**(161.144)**	**(335.638)**

Imóveis consolidados

	2018	2017
Movimentação		
Saldo inicial	**1.595**	-
Adições	24.271	1.595
Baixas	(15.173)	-
Saldo final	**10.693**	**1.595**

9. Debêntures: Em 25 de novembro de 2016, a Companhia emitiu 2 (duas) séries de debêntures, para colocação, com esforços restritos de colocação, nos montantes de R$ 500.000 (quinhentos milhões de reais) e R$ 200.000 (duzentos milhões de reais) em 08 de dezembro de 2016. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve a integralização de debêntures no valor de R$ 371.491 (trezentos e setenta e um milhões quatrocentos e noventa e um mil reais) totalizando R$ 700.000 (setecentos milhões de reais) integralizados até o exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Em 2018 não houveram novas emissões. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, Essas Demonstrações Financeiras estão também em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB. A Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras. **(a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado, (ii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR), e (iii) instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA). **(b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **(c) Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das Demonstrações Financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. Para efetuar estas estimativas, a Administração utilizou as melhores informações disponíveis na data da preparação das Demonstrações Financeiras, bem como a experiência de eventos passados e/ou correntes, considerando ainda pressupostos e análises a eventos futuros. As Demonstrações Financeiras incluem, portanto, estimativas referentes principalmente a estimativas do valor de recuperação de ativos de vida longa, provisões necessárias para passivos tributários, cíveis e trabalhistas, determinações de provisões para imposto de renda, determinação do valor justo de instrumentos financeiros (ativos e passivos) e outras similares, estimativas referentes à ajuste da taxa de juros, retorno esperado dos ativos. O resultado das transações e informações quando da efetiva realização podem divergir das estimativas. **(d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimentos e Certificado de Depósito Bancário resgatáveis a qualquer tempo e sujeitos, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos exercícios. **(e) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros como o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em fluxos contratuais deem origem a fluxos de caixa que constituem, exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A Receita de Juros,

Bahema S.A.

BAHEMA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.987.245/0001-92

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Bahema S/A relativos ao exercício de 2018, elaborados em conformidade com a legislação societária, juntamente com o Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Contexto Operacional:** O ano de 2018 marcou a consolidação da Bahema como operadora de escolas de ensino básico. Se em 2017 demos nossos primeiros passos, muito mais observando do que agindo, no ano que passou atuamos em várias frentes. Primeiro, na criação de uma central de serviços compartilhados (TEIA) que nos permite ter um acesso mais amplo e mais dinâmico a dados críticos da operação de uma escola, auxiliando tanto a equipe administrativa quanto a pedagógica a tomar melhores decisões que vão gerar melhores resultados em ambas as áreas. Segundo, na solidificação dos relacionamentos com as equipes pedagógicas de cada escola, formando as pessoas como parceiras criando um modelo de governança que nos permita incorporar escolas sem perder o espírito de grupo sem que percam a autonomia para tocar a parte pedagógica, respeitando o DNA de cada uma. Terceiro, fomentando a troca de boas práticas pedagógicas e consolidando seus projetos pedagógicos como referência para suas comunidades - e ampliando seu alcance por meio de uma instância como o Crítique, grupo de escolas constituído pelas escolas com as quais a Bahema mantém relacionamento. Por último, também ampliamos o contato com escolas e pessoas do mundo da educação e passamos a ser respeitados como uma empresa do setor com uma estratégia diferenciada. Mas ainda há muito a ser feito. Em 2019 precisamos crescer. Todas as ações citadas acima precisam se refletir em um maior número de alunos nas escolas em que já somos sócios. Precisamos trazer novas escolas (a Centro Educacional Vila, no Rio de Janeiro, se tornou mais uma investida no começo do ano) e criar outros grupos como o Crítique, mas com perfis pedagógicos diferentes. Precisamos manter, e essa é uma tarefa perene, as equipes pedagógicas empenhadas e motivadas, preservando sua autonomia ao mesmo tempo em que incorporamos relas cada vez mais conceito de sustentabilidade financeira. Precisamos organizar nossas ações frente tais metas e criar uma metodológica que está acontecendo. Precisamos garantir que seus espaços físicos estejam aptos a incorporar essas inovações e toda tecnologia necessária. Precisamos entender as necessidades das famílias e das crianças nesse novo mundo e oferecer os serviços e a educação que precisam para estarem aptos a ter sucesso em suas vidas. Precisamos que nossas escolas continuem como referência de qualidade pedagógica seja qual for sua proposta metodológica. Para fazer tudo isso temos que endereçar ainda no primeiro semestre uma reorganização da nossa estrutura de capital. Esse é o momento de definir se queremos seguir por um modelo com baixa alavancagem ou optar por tomar linhas de crédito e também definir se queremos buscar novos sócios, estratégicos ou não, ou buscar reforçar o investimento dos nossos atuais acionistas. Não há dúvida de que as quase três anos de nova fase da Bahema tem sido de crescimento e aprendizado. Ainda há muito a ser feito e os desafios pela frente são grandes. Seguimos confiantes pois temos uma equipe preparada e animada para encarar esses desafios de frente e terminar o ano com a Companhia em outro patamar. Bom 2019 para todos nós! **Desempenho Financeiro:** Em razão da aquisição de sociedades controladas diretas e indiretas terem ocorrido no curso do primeiro semestre de 2017, via de regra os comentários a seguir referem-se à controladora. Quando se tratarem de números consolidados, isso será expressamente mencionado. A Bahema S.A. apurou um prejuízo acumulado no exercício corrente de R$ 2.108 mil, enquanto no mesmo período de 2017 o prejuízo foi de R$ 4.557 mil.

	2017	2018
Prejuízo do período	(4.557)	(2.108)
Equivalência patrimonial	(2.568)	(1.020)
Despesas com aquisições de controladas	(1.260)	–
Prejuízo da controladora para fins de comparação	**(729)**	**(1.088)**

Considerando o resultado dos períodos ajustados no quadro acima para fins comparativos, tivemos um aumento no prejuízo de R$ 359 mil ou 49%, que ocorreu basicamente pela diminuição de R$ 948 mil na receita financeira, que foi de R$ 1.457 mil no exercício corrente e R$ 2.406 mil no mesmo período de 2017 devido ao caixa do ano anterior. Essa diminuição de resultado financeiro foi impactada por um menor nível de caixa, dado principalmente pelo pagamento da dívida de aquisição da Escola da Vila e demais investimentos, e pela redução do CDI em relação ao período anterior. Dentre as despesas operacionais, as de maior impacto foram as Administrativas e Gerais, que foram de R$ 1.691 mil no exercício ante R$ 3.503 mil incorridos no mesmo período do ano anterior. Dentro desse item em 2017 foram contabilizadas despesas com estudos para aquisições e investimentos que não foram concretizados. Nas duas maior parte foram representados por consultorias e assessorias jurídicas bem como publicações legais, taxas e comissões do aumento de capital e assessoria de comunicação, tais desembolsos no valor total de R$ 1.260 mil não levaram a despesas referentes a aquisições de controladas diretas e indiretas, aumento de participações minoritárias na Escola Parque (Rio de Janeiro) e nos estudos para investimento na Escola Balão Vermelho (Belo Horizonte), bem como despesas da holding relacionadas a estes projetos. Descontados esses R$ 1.260 mil, o saldo das despesas com aquisições teria sido de R$ 2.243 mil no exercício ante R$ 2.243 mil no saldo de R$ 1.691 mil em 2018, apresentando uma diminuição de R$ 552 mil ou 25% em 2018. Essa diminuição ocorreu, pois, em 2017 houve uma despesa relativa ao plano de pensão no valor de R$ 496 mil, as demais despesas operacionais se mantiveram estáveis na ordem de R$ 1.289 mil no exercício atual ante R$ 1.345 mil no exercício anterior, representando uma diminuição de R$ 56 mil ou 4%. O item Outras Receitas e Despesas operacionais registrou um ganho de R$ 200 mil no exercício corrente ante R$ 619 mil no mesmo período do ano anterior, uma diminuição de R$ 419 mil ou 68%. O resultado positivo no exercício de 2018 refere-se principalmente ao recebimento de uma restituição do fundo de pensão no valor de R$ 296 mil ante uma reversão de provisão para contingências e débitos atuariais, no valor total de R$ 643 mil, que ocorreu no exercício de 2017. O resultado do exercício de 2018 foi impactado negativamente pela perda registrada na linha de equivalência patrimonial no valor de R$ 1.020 mil, sendo que essa rubrica no mesmo período de 2017 registrou uma perda de R$ 2.568 mil. O resultado no exercício refletiu o ganho de R$ 3.159 mil que é composto pela reversão da contraprestação contingente que a Companhia tinha com as sócias da Escola da Vila e pela reversão de parte da contraprestação trimestral, no valor de R$ 211 mil, pela saída de uma das vendedoras também da Escola da Vila. O resultado de equivalência patrimonial é composto por:

Equivalência Patrimonial	2017	2018
Centro de Formação de Educadores da Vila **(a)**	(2.266)	(325)
Bahema MG	(197)	(850)
Bahema RJ	(105)	155
	(2.568)	**(1.020)**

(a) Composição do resultado de equivalência do Centro de Formação de Educadores da Vila:

Centro de Formação de Educadores da Vila	2017	2018
Amortização de mais-valia	(1.204)	(1.447)
AVP (dívida de aquisição)	(3.205)	(1.426)
Reversão parcela condicional e trimestral	–	3.370
Outros	(195)	(1.277)
Custo Escola da Vila atribuível aos controladores	2.338	455
	(2.266)	**(325)**

No exercício de 2018 tivemos uma diminuição da perda na rubrica de "ajuste a valor presente" sobre a dívida de aquisição, pois o saldo da dívida foi significativamente diminuído em 2018 com os pagamentos efetuados. Os pagamentos somaram o montante de R$ 11.766 em 2018. Da mesma forma que mencionamos no trimestre anterior e dado que não tivemos alterações na operação e no andamento do período letivo da Escola da Vila, a variação do resultado no comparativo de 2018 com 2017 se deu basicamente pela diminuição no número de alunos e no aumento das despesas com pessoal ocorridos em 2018. Temos que observar que a diminuição no número de alunos não se reflete de forma proporcional aos gastos administrativos, uma vez que esta movimentação, seja para mais ou seja para menos, não é condição determinante, de forma exclusiva, para modificação de gastos fixos da escola bem como do corpo docente. Não podemos afirmar que mesmo com a diminuição do número de alunos a Companhia efetuou um aumento salarial superior ao estabelecido em convenção coletiva para reforçar a importância e valorização do corpo docente da Escola da Vila. A mudança mais importante no exercício referente às contas patrimoniais ocorreu na rubrica "Outras contas a pagar", a qual registra a dívida de aquisição de participações acionárias, que apresentou uma redução de R$ 9.771 mil, na comparação com 31 de dezembro de 2017, em contrapartida à "Caixa e equivalentes de caixa" devido ao pagamento de parte da dívida de aquisição e também contra o resultado do período pelas reversões de contraprestação contingente e parcelas trimestrais mencionadas anteriormente. Adicionalmente, esta linha registrou, em 2018, um passivo pela opção de venda que os acionistas minoritários da Escola da Vila possuem no valor de R$ 3.724 conforme descrito nas demonstrações contábeis (Nota 19). O valor consolidado de Empréstimos e Financiamentos bancários era inaterial no final do de 2018 no valor de R$ 62 mil, descrito nas informações trimestrais (nota 14), e refere-se integralmente ao reportado pela Escola da Vila.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 e Patrimônio Líquido (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado Reapresentado 31/12/2017
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	11.409	31.133	15.790	37.551
Mensalidades a receber	7	–	–	1.024	1.758
Adiantamentos	8	–	–	493	310
Tributos a recuperar	9	461	320	722	440
Outros ativos	10	262	273	1.214	1.030
Total do ativo circulante		12.132	31.726	19.243	41.089
Ativo não circulante					
Outros ativos	10	2.364	–	3.909	1.545
Tributos a recuperar	9	5.248	5.139	5.271	5.144
Depósitos judiciais	18	441	441	457	457
		8.053	5.580	9.637	7.146
Investimentos	11	32.453	21.469	12.791	10.353
Imobilizado	12	270	162	7.664	5.727
Intangível	13	1	1	31.331	33.043
Total do ativo não circulante		40.777	27.212	61.423	56.269
Total do ativo		52.909	58.938	80.666	97.358

PASSIVO	Notas	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado Reapresentado 31/12/2017
Passivo circulante					
Fornecedores		40	57	346	422
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	62	62
Obrigações trabalhistas	15	24	32	2.469	2.197
Obrigações tributárias	16	32	29	1.100	1.350
Adiantamento de mensalidades	17	–	–	5.750	6.131
Dividendos a pagar	30 (b)	3	45	3	45
Outras contas a pagar	19	48	366	8.590	12.415
Total do passivo circulante		147	529	18.320	22.622
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	14	–	–	–	62
Obrigações tributárias	16	193	–	578	427
Provisão para contingências	18	–	–	324	791
Outras contas a pagar	19	–	49	5.381	11.327
Total do passivo não circulante		193	49	6.283	12.607
Patrimônio líquido					
Capital social realizado	20	56.088	56.088	56.088	56.088
Reservas de capital	20	33	33	33	33
Reservas de lucros	20	173	2.239	173	2.239
Ajuste de avaliação patrimonial	20	(3.725)	–	(3.725)	–
		52.569	58.360	52.569	58.360
Participação de acionistas não controladores		–	–	3.494	3.769
Total do patrimônio líquido		52.569	58.360	56.063	62.129
Total do passivo e patrimônio líquido		52.909	58.938	80.666	97.358

Demonstrações do Resultado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Notas	Controladora 01/01/2018 a 31/12/2018	Controladora 01/01/2017 a 31/12/2017	Consolidado 01/01/2018 a 31/12/2018	Consolidado 14/02/2017 a 31/12/2017
Receita líquida	21	258	–	44.106	37.635
Custos	22	–	–	(28.994)	(21.615)
Lucro bruto		258	–	15.112	16.020
Receitas (despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(1.691)	(3.503)	(11.728)	(10.795)
Despesas com pessoal	24	(1.289)	(1.345)	(8.746)	(6.206)
Outras receitas (despesas) operacionais	25	200	619	3.008	(782)
Tributos Federais		–	(166)	–	(166)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.020)	(2.568)	–	–
		(3.800)	(6.963)	(17.466)	(17.949)
(Prejuízo)/Lucro operacional antes do resultado financeiro		(3.542)	(6.963)	(2.354)	(1.929)
Resultado financeiro	26				
Receitas financeiras		1.488	2.426	2.071	2.804
Despesas financeiras		(31)	(20)	(1.796)	(3.477)
		1.457	2.406	275	(673)
(Prejuízo)/Lucro do período antes do imposto de renda e contribuição social		(2.085)	(4.557)	(2.079)	(2.602)
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	27	(23)	–	(487)	(1.419)
		(23)	–	(487)	(1.419)
Prejuízo do período		(2.108)	(4.557)	(2.566)	(4.021)
Atribuído aos acionistas controladores				(2.108)	(4.557)
Atribuído aos acionistas não controladores				(458)	536
Prejuízo básico por ação - ordinária - R$		(1,80)	(5,41)		

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

		Atribuível aos acionistas controladores								
		Capital social			Reservas de lucros					
	Notas	Capital subscrito	Gastos com emissão de ações	Reservas de capital	Reserva legal	Reserva estatutária para investimentos	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total	Participação dos não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016		26.395	–	33	3.396	3.400	–	–	33.224	–	33.224
Aumento de capital	20(a)	30.555	–	–	–	–	–	–	30.555	–	30.555
Gastos com emissão de ações	20(a)	–	(862)	–	–	–	–	–	(862)	–	(862)
Aquisição de controlada com participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	3.233	3.233
Lucro/(prejuízo) do período		–	–	–	–	–	(4.557)	–	(4.557)	536	(4.021)
Absorção do prejuízo do exercício de 2017		–	–	–	(1.157)	(3.400)	4.557	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2017 (reapresentado)		56.950	(862)	33	2.239	–	–	–	58.360	3.769	62.129
Reversão de dividendos prescritos não reclamados		–	–	–	–	–	42	–	42	–	42
Ajuste de avaliação patrimonial	19 (c)	–	–	–	–	–	–	(3.725)	(3.725)	–	(3.725)
Distribuição de lucros		–	–	–	–	–	–	–	–	(107)	(107)
Integralização de capital		–	–	–	–	–	–	–	–	290	290
Prejuízo do período		–	–	–	–	–	(2.108)	–	(2.108)	(458)	(2.566)
Absorção do prejuízo do exercício de 2018		–	–	–	(2.066)	–	2.066	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2018		56.950	(862)	33	173	–	–	(3.725)	52.569	3.494	56.063

Demonstrações dos Resultados Abrangentes para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora 01/01/2018 a 31/12/2018	Controladora 01/01/2017 a 31/12/2017	Consolidado 01/01/2018 a 31/12/2018	Consolidado 14/02/2017 a 31/12/2017
Prejuízo do período	(2.108)	(4.557)	(2.566)	(4.021)
Reversão dos Dividendos não reclamados	42	–	42	–
Outros resultados abrangentes	42	–	42	–
Resultado abrangente do exercício	(2.066)	(4.557)	(2.524)	(4.021)
Atribuído aos acionistas controladores			(2.066)	(4.557)
Atribuído aos acionistas não controladores			(458)	536

Demonstrações dos Fluxos de Caixa Indireto para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 01/01/2018 a 31/12/2018	Controladora 01/01/2017 a 31/12/2017	Consolidado 01/01/2018 a 31/12/2018	Consolidado 14/02/2017 a 31/12/2017
Atividades operacionais					
(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	27	(2.085)	(4.557)	(2.079)	(2.602)
Ajustes por:					
Depreciações e amortizações	12 e 23	70	49	991	582
Reversão de provisão para contingências	25	–	(180)	–	(180)
Provisões para contingências	18	–	–	83	36
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	25			393	
Reversão de provisão	25	–	–	(179)	–
Resultado da equivalência patrimonial	11	1.020	2.568	–	–
Despesas financeiras - passivo aquisição controladas	26	–	–	1.424	3.205
Amortização Mais Valia	13 e 25	–	–	1.806	1.204
Baixa de bens do ativo imobilizado e do intangível	12	–	2	–	125
Reversão da contraprestação contingente e trimestral	25	–	–	(3.370)	–
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais					
Tributos a recuperar		(250)	(219)	(409)	(187)
Mensalidades a receber		–	–	520	(709)
Outros ativos		(2.353)	(266)	(2.547)	(2.679)
Adiantamentos		–	–	(183)	–
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(17)	22	(76)	75
Obrigações trabalhistas		(8)	(4)	272	(382)
Obrigações tributárias		196	(814)	(99)	(480)
Adiantamento de mensalidades		–	–	(381)	548
Deficit atuarial a pagar		–	(463)	–	(463)
Outras contas a pagar		(367)	(617)	(429)	1.698
Imposto de renda e contribuição social	27	(23)	–	(487)	(1.419)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		(3.817)	(4.479)	(4.750)	(1.628)
Atividades de investimentos					
Integralização de capital em controlada	11	(15.271)	(23.184)	–	–
Pagamento pela aquisição de controlada				(11.766)	(7.729)
Aquisição de investimentos/ atualização de juros	11 (c) (d) (e)	(458)	(850)	(2.438)	(10.350)
Aquisição de bens do ativo imobilizado e do intangível	12	(178)	(14)	(2.928)	(2.226)
Investimento venda de participação em coligada	19 (b)	–	667	–	667
Caixa líquido (consumido) pelas atividades de investimentos		(15.907)	(23.381)	(17.132)	(19.638)
Atividades de financiamentos					
Empréstimos e financiamentos		–	–	(62)	(176)
Dividendos pagos		–	(385)	(107)	(385)
Aumento de capital	20 (a)	–	30.555	290	30.555
Gastos com emissão de ações	20 (a)	–	(862)	–	(862)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos		–	29.308	121	29.132
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(19.724)	1.448	(21.761)	7.866
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	31.133	29.685	37.551	29.685
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	11.409	31.133	15.790	37.551
Aumento(redução) de caixa e equivalentes de caixa		(19.724)	1.448	(21.761)	7.866

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Controladora 01/01/2018 a 31/12/2018	Controladora 01/01/2017 a 31/12/2017	Consolidado 01/01/2018 a 31/12/2018	Consolidado 14/02/2017 a 31/12/2017
Receitas					
Serviços prestados	21	300	–	46.915	39.890
Outras receitas		296	–	4.948	2.223
		596	–	51.863	40.113
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos produtos, mercadorias e serviços vendidos		–	–	(869)	(214)
Materiais, energia, serviços de terceiros		(1.315)	(2.572)	(4.208)	(4.510)
Outros		(181)	(357)	(1.741)	(2.914)
Valor adicionado bruto		(900)	(2.929)	45.045	32.475
Depreciação e amortização	23	(70)	(49)	(991)	(582)
Amortização de mais-valia	25	–	–	(1.806)	–
Reversão de provisão	25	–	180	179	180
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		(970)	(2.798)	42.427	32.073
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.020)	(2.569)	–	–
Receitas financeiras	26	1.488	2.426	2.071	2.804
Dividendos		–	–	482	–
Valor adicionado total a distribuir		(502)	(2.941)	44.980	34.877
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos					
Remuneração direta		1.042	1.069	23.599	18.094
Benefícios		42	269	2.123	1.659
FGTS		2	7	1.893	1.418
		1.086	1.345	27.615	21.171
Tributos					
Federais		366	166	8.183	7.132
Estaduais		–	5	3	7
Outras		–	–	35	31
Municipais		–	–	1.480	1.139
		366	171	9.701	8.309
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		31	20	1.701	3.409
Aluguéis	23	123	80	3.681	2.830
Outras		–	–	4.848	3.471
		154	100	10.230	9.710
Remuneração do capital próprio					
Dividendos		–	–	–	(292)
Prejuízo do exercício		(2.108)	(4.557)	(2.108)	(4.557)
Participação de acionistas não controladores no resultado		–	–	(458)	536
		(2.108)	(4.557)	(2.566)	(4.313)
		(502)	(2.941)	44.980	34.877

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Bahema S.A. ("Companhia") é uma "Holding", constituída na forma de sociedade anônima de capital aberto domiciliada no Brasil. A sede da Companhia está localizada na Av. Brigadeiro Faria Lima, 2.369 - Cj. 812 a 815, Jardim Paulistano, São Paulo - SP. As demonstrações contábeis da Companhia abrangem a Companhia e suas subsidiárias (conjuntamente referidas como "Grupo"). O Grupo está envolvido primariamente na educação básica e continuada, bem como estruturação de cursos de ensino infantil, fundamental, ensino médio e atividades correlatas. A Companhia negocia suas ações na B3 (antiga BM&FBOVESPA), sob a sigla BAHI3. **2. RELAÇÃO DE ENTIDADES CONTROLADAS:** A seguir, a lista das controladas relevantes do Grupo:

	31/12/2018 %	31/12/2018 Controlada	31/12/2017 %	31/12/2017 Controlada
Centro de Formação de Educadores da Vila Ltda. (anteriormente denominada de Bahema Educação e Participações SP S.A.)	100	Direta	100	Direta
Bahema Educação RJ S.A. (a)	99,99	Direta	100	Direta
Bahema Educação MG Ltda.	80	Direta	80	Direta
Sovila Participações S.A.	80	Indireta	80	Indireta
Escola da Vila Educação Ltda.	80	Indireta	80	Indireta
Somater Eventos e Pesquisa Ltda.	80	Indireta	80	Indireta

(a) Conforme AGO realizada em 27 de abril de 2018 os acionistas da Bahema Educação RJ decidiram, dentre outras deliberações, ceder e transferir 01 (uma) quota de sua propriedade representativa do Capital Social totalmente subscrita e integralizada para a Bahema Educação MG Ltda. **3. AQUISIÇÃO DE CONTROLADAS:** Em 14 de fevereiro de 2017, o Grupo obteve o controle da Sovila Participações S.A. ("Sovila"), holding mandanteas das entidades prestadoras de serviços de educação básica Escola da Vila Educação Ltda., Escola da Vila Educação Infantil Ltda. (incorporada pela Escola da Vila Educação Ltda. em 30/06/2017) e Somater Ensino e Pesquisa Ltda. (conjuntamente referidas como "Grupo Escola da Vila"), ao adquirir 80% das ações do capital votante dessas entidades. **3.1. Contraprestação transferida:** A tabela a seguir resume o valor justo na data de aquisição dos itens mais relevantes da contraprestação transferida:

	14/02/2017 Valor nominal	14/02/2017 Valor presente	31/12/2017 Valor presente	Consolidado 31/12/2017 Valor presente
Caixa	10.397	10.397	–	–
Parcelas futuras **(i)**	14.000	10.839	13.398	7.931
Contraprestação contingente **(ii)**	6.000	5.325	6.199	–
Contraprestação trimestral **(iii)**	4.087	3.581	1.952	–
Total da contraprestação transferida	**34.484**	**30.142**	**21.549**	**7.931**

(i) Parcelas futuras: O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores o valor de até R$ 14.000, sujeito a um ajuste de preço calculado com base no endividamento líquido apurado após a data de fechamento, e seu resultado após tal ajuste será paga em duas parcelas anuais e sucessivas, no valor máximo de R$ 7.000 cada, vencendo a primeira 12 meses após a data de fechamento, sendo esta quitada no 1º trimestre de 2018 no valor de R$ 6.547, e a segunda 24 meses após a data de fechamento. Os valores das parcelas futuras são corrigidos pela variação do CDI a partir da data de fechamento até o seu efetivo pagamento. Em 31 de dezembro de 2018 o valor presente da parcela futura, já ajustada pelo endividamento líquido, era de R$ 7.931 (R$ 13.398 em 31 de dezembro de 2017). **(ii) Contraprestação contingente:** O Grupo concordou em pagar aos acionistas vendedores um valor adicional de R$ 6.000 dentro de um prazo de 2 anos, condicionado à confirmação, em conjunto, da quantidade de alunos matriculados e da mensalidade média durante os anos letivos de 2017 e 2018. No primeiro trimestre de 2018 foi efetuado o pagamento R$ 3.271 correspondente à primeira parcela da contraprestação contingente. No segundo trimestre de 2018, o Grupo identificou que a condição estabelecida para a segunda parcela da contraprestação contingente não foi atingida. Desta forma a Companhia ficou desobrigada do pagamento da parcela com vencimento para fevereiro de 2019. A segunda parcela da contraprestação contingente, no valor presente de R$ 3.370 foi baixada do passivo com os vendedores e contabilizada como outras receitas no resultado operacional do segundo trimestre de 2018. **(iii) Contraprestação trimestral:** O Grupo concordou em pagar uma contraprestação trimestral a cada um dos acionistas vendedores no valor total máximo de R$ 511, por trimestre, totalizando o valor máximo de R$ 4.087, que estará condicionado ao sucesso na transição dos negócios exclusivamente durante os anos letivos de 2017 e 2018. No segundo trimestre de 2018, tendo em vista a saída de umas das Vendedoras, foi revertido do passivo com os vendedores o montante de R$ 211, referente as parcelas futuras, e contabilizada como resultado operacional do trimestre. Com isso, o valor total máximo remanescente por trimestre é de R$ 434, já considerando correção pelo IPCA. Em 28 de dezembro de 2018, o Grupo pagou a sétima parcela do bônus trimestral no valor de R$ 444, totalizando o valor de R$ 3.993. **3.2. Ativos adquiridos e passivos assumidos:** A tabela a seguir resume os valores dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data da aquisição:

	Grupo Escola da Vila 14/02/2017
Caixa e equivalentes de caixa	4.412
Mensalidades a receber	1.231
Impostos a recuperar	146
Outros ativos circulantes e não circulantes	1.925
Imobilizado	4.054
Intangível	17.931
Empréstimos e financiamentos circulantes e não circulantes	(307)
Fornecedores	(593)
Adiantamento de mensalidades	(5.971)
Obrigações trabalhistas	(1.868)
Obrigações tributárias	(682)
Impostos parcelados circulantes e não circulantes	(641)
Outras contas a pagar	(1.984)
Provisão para contingências	(756)
Total dos ativos identificáveis líquidos	**16.897**
(i) Mensuração de valor justo	

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos ativos significativos adquiridos foram as seguintes:

Ativos adquiridos	Técnica de avaliação
Ativo intangível	Método *royalty relief*, método *multi-period excess earnings* e método *with or without*. O método *relief-from-royalty* considera os pagamentos descontados de royalties estimados que deveriam ser evitados como resultado das patentes ou marcas adquiridas. O método *multi-period excess earnings* considera o valor presente dos fluxos de caixa líquidos esperados pelas relações com clientes, excluindo qualquer fluxo de caixa relacionado com ativos contributórios. O método *with or without* considera o benefício futuro gerado por um ativo, projetando a diferença dos fluxos de caixa gerados pela empresa com a presença deste intangível e sem a presença do mesmo.

3.3. Ágio: O ágio reconhecido como resultado da aquisição foi determinado conforme segue:

Contraprestação transferida	30.142
Participação dos acionistas não controladores, baseado na participação proporcional nos ativos e passivos reconhecidos da adquirida	3.371
Valor justo dos ativos líquidos identificáveis	(16.897)
Ágio	**16.616**

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: 4.1. Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pela *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias contidas nas demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão. **4.2. Aprovação das demonstrações contábeis:** A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis ocorreu na reunião de diretoria realizada em 26 de março de 2019. **4.3. Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros e ativos específicos avaliados por valores justos, ou combinação de negócios que foram mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período do relatório. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **4.4. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de Reais, que é a moeda funcional do Grupo. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4.5. Uso de estimativas e julgamentos:** Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas é necessário realizar julgamentos e utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas continuamente. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As principais estimativas e julgamentos estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:** As mensalidades escolares a receber e demais recebíveis são submetidos ao critério do *impairment* e as provisões, quando aplicáveis, são constituídas para cobrir as perdas esperadas; **• Provisão para contingências:** reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Aquisição de controlada:** valor justo da contraprestação transferida (incluindo contraprestação contingente) e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos. **4.6 Reclassificação e retificação de erros de exercícios anteriores:** Durante o trimestre findo em 30 de setembro de 2018, a Companhia identificou que a parcela de 20% atribuível aos acionistas não controladores sobre os ativos intangíveis identificados na combinação de negócios não foi consolidada em 31/12/2017. Consequentemente, o ativo intangível e a participação de não controladores foram apresentadas a menor naquela data. O erro foi corrigido pela reapresentação dos valores correspondentes no exercício anterior afetado. A tabela a seguir resume os impactos nas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia:

(i) Balanço patrimonial consolidado - 31/12/2017

	31/12/2017 (Anterior) I	Ajustes II	31/12/2017 (Reapresentado) III
Total do ativo circulante	41.089	–	41.089
Total do ativo não circulante	52.992	3.277	56.269
Total do ativo	**94.081**	**3.277**	**97.358**
Total do passivo circulante	22.622	–	22.622
Total do passivo não circulante	12.607	–	12.607
Total do patrimônio líquido	**58.852**	**3.277**	**62.129**

| | Intangível (Anterior) I | Ajuste d

Bahema S.A.

continuação

BAHEMA S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 45.867.245/0001-92

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

por redução ao valor recuperável. **• Outros ativos intangíveis:** Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. **Gastos subsequentes:** Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Amortização:** A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. **h) Redução ao valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **i) Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Grupo e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o Grupo possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais (quando aplicável) incorridas até a data do balanço patrimonial. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **j) Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **k) Benefícios a empregados: • Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **• Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **• Plano de benefício definido:** A obrigação líquida do Grupo para o plano de benefício definido é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. Os acordos contratuais firmados entre o plano de benefício definido e o Grupo estão registrados no passivo circulante e não circulante na rubrica deficit atuarial a pagar. Qualquer alteração do referido acordo é ajustada contra o resultado do período em que ocorreu a alteração do acordo. **l) Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. **(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os valores usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. **m) Novas normas e interpretações novas e revisadas: a) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019: IFRS 16/CPC 06 (R2)** - aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem os passivos assumidos em contraparticipação aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento. A norma inclui duas isenções de reconhecimento, que permitem ao arrendatário decidir não aplicar os requisitos para: (i) arrendamentos de curto prazo; e (ii) arrendamentos para os quais o ativo subjacente é de baixo valor. Durante o exercício de 2018, o Grupo avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações contábeis decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16/CPC 06 (R2), resultando nos seguintes principais pontos: (i) **Abordagem de transição** - O Grupo optou pela abordagem de transição retrospectiva simplificada, ou seja, aplicará os requerimentos da norma de arrendamento mercantil a todos os seus contratos existentes, com exceção daqueles cabíveis nas condições de isenção de reconhecimento, na data de aplicação inicial, em 1º de janeiro de 2019. Por conseguinte, não reapresentará informações e saldos em base comparativas. (ii) **Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso** - dos contratos de aplicação obrigatória da norma, a Administração do Grupo considerou como componente de arrendamento o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, consideradas as renovatórias de acordo com a política interna do Grupo, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato, configurando-se a "razoável certeza" da renovação. Esses fluxos de pagamentos são inicialmente inflacionados com base nas expectativas de taxas de atualização contratual e posteriormente ajustados a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto. A taxa nominal de desconto corresponde às condições de mercado (referência em % CDI em 1º de janeiro de 2019) para captações com montantes que representam o total de investimentos para abertura de novas instalações, considerando o prazo remanescente de cada contrato. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto nominal única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes. A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração do Grupo optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento. (iii) **Impactos na adoção inicial** - nas estimativas sobre os impactos realizada pela Administração do Grupo, concluiu-se que em 1º de janeiro de 2019 o Grupo reconheceu um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de R$ 379 na Controladora e R$12.791 no Consolidado. As contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas de locação passarão a ser reconhecidas nas linhas de amortização e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no resultado dos exercícios futuros em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. **IFRIC 23** - Incertezas relativas ao tratamento do imposto sobre o lucro: Estabelece como os requisitos de reconhecimento e mensuração da IAS 12 são aplicados quando há incertezas sobre o tratamento dos tributos sobre o lucro (IRPJ e CSLL). Após avaliação, o Grupo entende que não há incertezas sobre o tratamento tributário aplicado, sendo provável a aceitação deste por parte das autoridades fiscais. **6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:**

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Caixa	1	2	47	134
Bancos - conta corrente	4	2	2.575	1.646
Aplicações financeiras - fundos de investimentos	11.404	31.130	13.168	35.771
	11.409	**31.133**	**15.790**	**37.551**

Em 31 de dezembro de 2018, as aplicações financeiras em cotas de fundos de investimentos possuem liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

7. MENSALIDADES A RECEBER: (a) Composição:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Mensalidades	1.429	1.815
Acordos (*)	–	35
Valores em cobrança judicial (*)	–	103
Cheques em cobrança (*)	–	77
Atividades extras	89	–
(–) Perdas esperadas 15% sobre o saldo de Mensalidades a receber	(494)	(272)
	1.024	**1.758**

(*) Valores reclassificados para Outros Ativos. O saldo de mensalidades escolares a receber está integralmente composto por recebíveis no mercado nacional. **(b) Composição dos saldos por tempo de vencimento:** A composição do saldo com base nos vencimentos por tributo, é demonstrada como segue:

	Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**
A vencer	–	**35**
Vencidos de 0 a 30 dias	237	190
Vencidos de 31 a 60 dias	219	297
Vencidos de 61 a 90 dias	137	254
Vencidos a mais de 91 dias	925	1.177
(–) Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(494)	(272)
Cheques em cobrança	–	77
Total	**1.024**	**1.758**

(c) **Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa:** A movimentação dos saldos da perda estimada para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		**(272)**
Adições		(393)
Recuperação - estorno		(8)
Reversões e baixas		179
Saldos em 31 de dezembro de 2018		**(494)**

8. ADIANTAMENTOS:

	Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Adiantamento de férias (a)	324	258
Adiantamento a fornecedores	169	45
Outros adiantamentos	–	7
	493	**310**

(**a)** Pagamento antecipado das férias aos professores. As despesas serão reconhecidas de acordo com o período aquisitivo.

9.TRIBUTOS A RECUPERAR:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Imposto de renda	5.690	5.148	5.913	5.230
Contribuição Social	19	311	80	354
	5.709	**5.459**	**5.993**	**5.584**
Circulante	861	320	722	440
Não circulante	**5.248**	**5.139**	**5.271**	**5.144**

O saldo é composto substancialmente por saldos em apurações de base negativa de imposto de renda e contribuição social de exercícios anteriores.
As compensações estão sendo realizadas gradativamente, via DCOMP, quando da apuração de base tributável.

10. OUTROS ATIVOS:

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Mútuo Escola Viva (a)	2.064	–	2.064	–
Acordos	–	–	309	–
Valores em cobrança judicial	–	–	450	–
Cheques em cobrança	–	–	67	–
Outros Ativos	562	273	2.233	2.575

13. INTANGÍVEL (CONSOLIDADO): Composição:

	31/12/2018					31/12/2017				
	% - Taxa de amortização	Custo	Ajuste	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Ajustes	Custo Ajustes Amortização Nota 4.6	Amortização Nota 4.6	Valor líquido (Reapresentado)
Vida útil indefinida										
Ágio		– 18.241		–	18.241	18.241	–	–	–	18.241
Ágio - ajustes da mensuração a valor justo dentro do prazo de 1 ano		– (1.625)	94	–	(1.531)	(1.625)	–	(1.625)	–	(1.625)
Total ágio		**– 16.616**	**94**		**– 16.710**	**16.616**		**– 16.616**		**16.616**
Vida útil definida										
Marca	10	5.813		(885)	4.928	4.835	(402)	4.433	1.218	–
Contratos	10	119		(38)	81	103	(17)	86	26	(4)
Carteira de clientes	10	11.337		(1.726)	9.611	9.415	(785)	8.630	2.334	(195)
Software	5	1		–	1	–	–	–	–	–
Total		**33.886**	**94**		**(2.649) 31.331**	**30.970**	**(1.204)**	**29.766**	**3.578**	**(301)**

Movimentação		31/12/2017			31/12/2018
	Método de amortização	**(Reapresentado)**	**Ajuste**	**Amortização**	**31/12/2018**
Vida útil indefinida					
Ágio	–	**16.616**	94	–	**16.710**
Vida útil definida					
Marca	Linear	**5.549**		(621)	4.928
Contratos	Linear	**108**		(27)	81
Carteira de clientes	Linear	**10.769**		(1.158)	9.611
Software	Linear	**1**		–	**1**
Total		**33.043**	**94**	**(1.806)**	**31.331**

Teste por redução ao valor recuperável - Ágio
O valor recuperável do ágio da Sovila foi baseado no valor justo menos os custos de venda, estimados com base em fluxos de caixa descontados. A mensuração do valor justo foi classificada como Nível 3 com base nos inputs utilizados na técnica de avaliação.
As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

	Consolidado
Descrição	**31/12/2018**
Taxa de desconto nominal	19,0%
Taxa de crescimento estimada para os próximos 5 anos	15,7%
Taxa de crescimento na perpetuidade	6,2%

A taxa de desconto foi estimada após impostos com base no custo médio ponderado de capital, com uma possível alavancagem de 10% a uma taxa de juros de mercado de 120% do CDI.
As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para cinco anos e uma taxa de crescimento na perpetuidade após este período. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo, a qual a Administração acredita estar consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria.
O valor recuperável estimado, em estudo realizado para o encerramento de 31 de dezembro de 2018, foi superior ao seu valor contábil, dessa forma, não se faz necessário a contabilização de impairment para o ágio da Sovila.

	Controladora		Consolidado	
Descrição	**31/12/2018**	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
	2.626	**273**	**5.123**	**2.575**
Circulante	262	273	1.214	1.030
Não circulante	**2.364**		**3.909**	**1.545**

(a) Em 21 de março de 2018, a Companhia firmou contrato de empréstimo no valor de R$ 2.000 com a Escola Viva Ensino Fundamental e Médio S.A.
O prazo final para pagamento do empréstimo, contado a partir da data de desembolso que ocorreu em 26 de junho de 2018, será de 10 anos. Sobre o empréstimo incidem juros a uma taxa anual equivalente a 100% (cem por cento) da variação positiva do CDI, que são calculados pro rata de deste a data do desembolso até o efetivo pagamento. **11. INVESTIMENTOS: Composição**

	Controladora				Investimentos	
	% - Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do exercício	Equivalência patrimonial	31/12/ 2018	31/12/ 2017
Avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP)						
Centro de Formação de Educadores da Vila Lida. (nova denominação da Bahema Educação e Participações SP S.A.) **(a)**	100	18.922	(325)	(325)	18.922	10.772
Bahema Educação RJ S.A.	99,99	11.747	156	156	11.747	9.741
Bahema Educação MG	80	502	(1.062)	(851)	473	103
Subtotal investimentos (MEP)				**(1.020)**	**31.142**	**20.616**
Investimentos avaliados pelo valor justo/custo						
Escola Mais Educação Ltda. **(d)**	15	–	–	–	1.308	850
Outros	–	–	–	–	3	3
Subtotal investimentos (valor justo/custo)					**1.311**	**853**
Total geral					**32.453**	**21.469**

	Consolidado					
	% - Participação	Patrimônio líquido	Lucro (prejuízo) líquido do período	Equivalência patrimonial	Investimentos 31/12/ 2018	31/12/ 2017
Investimentos avaliados pelo valor justo/custo						
Progresso Participações S.A **(b)**	5	–	–	–	7.750	7.750
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. **(c)**	–	–	–	–	3.730	1.750
Escola Mais Educação Ltda. **(d)**	15	–	–	–	1.308	850
Outros	–	–	–	–	3	3
Total geral					**12.791**	**10.353**

(a) Em 14 de fevereiro de 2017, a Controlada Centro de Formação de Educadores da Vila Lida. (anteriormente Bahema Educação SP S.A.) adquiriu o controle do Grupo Escola da Vila por meio da aquisição de 80% das ações ordinárias, conforme divulgado na Nota nº 3. O contrato também prevê uma opção de compra exercível pela Controlada dos 20% remanescentes após três anos, e durante os seis meses subsequentes ("Período de Exercício"), e uma opção de venda dos mesmos 20% exercível pelos acionistas vendedores durante o Período de Exercício de até um ano após o término do Período de Exercício; Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia contabilizou a opção de venda dos acionistas vendedores no valor de R$ 3.725, conforme divulgado na Nota nº 19. **(b)** Em 02 de março de 2017, a Controlada Bahema Educação RJ S.A. adquiriu 5% da participação do capital social da Progresso Participações S.A., sociedade mantenedora da Escola Parque no Rio de Janeiro, no valor de R$ 7.750, sendo que desse valor R$ 6.431 foi pago no 1º trimestre de 2017 e o restante no valor de R$ 1.319 foi pago no 3º trimestre de 2017. O contrato também oferece uma opção de compra dos 95% restantes após três anos. O investimento realizado na Progresso Participações S.A. ocorreu com uma parte não relacionada (portanto, a valor justo na data) e que por se tratar de uma sociedade que não possui avaliação de preço a mercado, não seria possível estimar o preço atualizado nas Demonstrações Contábeis, a Administração da Companhia concluiu que o custo de aquisição representava, em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018, a melhor estimativa do valor justo. **(c)** Em 06 de julho de 2017, a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação RJ S.A., firmou com as proprietárias das quotas representativas da totalidade do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. um contrato de promessa de concessão de mútuo, outorga de opções, instituição de direos e outras avenças, que determina, dentre outras coisas, a concessão de um mútuo no valor total de R$ 3.400, com desembolso de duas parcelas de R$ 1.700. O primeiro desembolso ocorreu em 07 de julho de 2017 e a segunda em 06 de julho de 2018. Para a garantia do mútuo foram entregues à Bahema Educação RJ S.A. notas promissórias emitidas pelas mutuárias, bem como alienadas fiduciariamente em favor da Bahema Educação RJ S.A. 33.000 quotas do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. de propriedade das mutuárias. As quotas alienadas representam 20% do capital social e são objetos de opção de compra que pode ser exercida pela Bahema Educação RJ S.A. até 06 de julho de 2020. O preço de exercício será pago por meio de endosso, em favor de cada uma das mutuárias das notas promissórias emitidas pelo mútuo consignado. As notas promissórias emitidas em razão da primeira parcela representam 10% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda. e passou a totalizar 20% após a segunda parcela do mútuo em 06 de julho de 2018. O mútuo consignado venceu em 30 de setembro de 2020 e sobre o valor total de cada parcela incidirão juros remuneratórios de 5,25% a.a. O contrato firmado também estabelece a opção de compra de 80% do capital social do Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda., que poderá ser exercida até 06 de julho de 2020, pelo preço certo e ajustado de R$ 13.600, devidamente corrigido pela variação da taxa DI. Considerando que a intenção da Companhia e a consumação do mútuo (instrumento financeiro ativo ao custo amortizado) em participação societária na referida entidade, o valor total foi classificado na rubrica Investimentos e considerado como participação societária em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2018 para refletir a essência da transação. **(d)** Em 18 de abril de 2017, a Companhia firmou contrato de mútuo no valor de R$ 275 com a Escola Mais Educação Ltda., o qual foi convertido em participação societária de 5% em 2018. Durante o exercício de 2017 houve atualização no montante de R$ 25mil, correspondentes aos juros remuneratórios equivalentes a 1% ao mês. Em 1 de dezembro de 2017, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R$ 550mil contra uma transferência de participação societária, representativa de até 5,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda. Em 29 de outubro de 2018, a Companhia realizou investimento adicional, mediante aporte de capital no valor de R$ 450 contra a transferência de participação societária, representativa de até 4,5% do capital social da Escola Mais Educação Ltda. Neste caso totalizando um investimento de R$ 1.308 representativo de 15% do Capital Social da Escola Mais.

Movimentação dos investimentos

	Controladora			
	Saldo em 31/12/2017	Atualização Juros/ Aportes/Ajustes de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial				
Centro de Formação de Educadores da Vila Lida. (nova denominação da Bahema Educação e Participações SP S.A.)	**10.772**	8.475	(325)	**18.922**
Bahema Educação RJ S.A.	**9.741**	1.850	156	**11.747**
Bahema Educação MG	**103**	1.221	(851)	**473**
Investimentos avaliados pelo método de custo/valor justo				
Escola Mais Educação Ltda.	**850**	458	–	**1.308**
Outros	**3**		–	**3**
Total geral	**21.469**	12.004	(1.020)	**32.453**

	Consolidado			
Investimentos avaliados pelo método de custo/valor justo	Saldo em 31/12/2017	Atualização Juros/Aportes	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2018
Progresso Participações S.A.	**7.750**		–	**7.750**
Centro de Pesquisa e Formação de Educação Balão Vermelho Ltda.	**1.750**	1.980		**3.730**
Escola Mais Educação	**850**	458		**1.308**
Outros	**3**			**3**
Total geral	**10.353**	**2.438**		**12.791**

12. IMOBILIZADO:
Composição

	Consolidado				
			31/12/2018		31/12/2017
	% - Taxa de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Móveis e utensílios	10%	2.287	(1.565)	**722**	**774**
Máquinas e equipamentos	10%	277	(223)	**54**	**14**
Computadores e periféricos	20%	2.317	(1.925)	**392**	**277**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	(a)	8.451	(2.716)	**5.735**	**4.061**
Instalações	10%	1.028	(591)	**437**	**366**
Brinquedos didáticos	10%	45	(22)	**23**	**26**
Equipamento de som	10%	16	(10)	**6**	**7**
Equipamentos escolares	10%	81	(71)	**10**	**15**
Instrumentos musicais	10%	7	(4)	**3**	**4**
Materiais de laboratório	10%	58	(56)	**2**	**2**
Materiais esportivos	10%	31	(27)	**4**	**5**
Materiais de biblioteca	10%	4	(4)	–	–
Móveis didáticos	10%	393	(117)	**276**	**128**
Veículos	20%	296	(296)	–	**48**
Total		**15.291**	**(7.627)**	**7.664**	**5.727**

(a) A amortização das Benfeitorias em propriedades de terceiros é calculada pelo prazo contratual de utilização, conforme os contratos realizados pelo grupo.

	Prazo de Locação	Taxa
Bahema S/A	5 anos	20%
Escola da Vila Ltda.	10 anos	10%
Somater Ensino e Pesquisa Ltda	10 anos	10%
Bahema MG (em andamento)	–	–

Movimentação

	Consolidado				
Descrição	**31/12/2017**	**Adições**	**Baixas**	**Depreciação**	**31/12/2018**
Moveis e utensílios	774	76	–	(128)	**722**
Máquinas e equipamentos	14	49	–	(9)	**54**
Computadores e periféricos	277	255	–	(140)	**392**
Benfeitorias em propriedade de terceiros	4.061	2.225	–	(551)	**5.735**
Instalações	366	135	–	(64)	**437**
Brinquedos didáticos	26	–	–	(3)	**23**
Equipamento de som	7	–	–	(1)	**6**
Equipamentos escolares	15	–	–	(5)	**10**
Instrumentos musicais	4	–	–	(1)	**3**
Materiais de laboratório	2	–	–	–	**2**
Materiais esportivos	5	–	–	(1)	**4**
Moveis didáticos	128	188	–	(40)	**276**
Veículos	48	–	–	(48)	–
	5.727	**2.928**	–	**(991)**	**7.664**

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:

			Consolidado	
	Moeda	**% - Taxas contratuais a.a.**	**Vencimentos**	**31/12/2018**
Empréstimos e financiamentos				
BNDES **(a)**	R$	6%	2019	45
Leasing **(b)**	R$	23% a 29%	2017 a 2019	27
Encargos a apropriar				(10)
Total				**62**
Passivo circulante				62
Passivo não circulante				
Total				**62**

(a) Empréstimo obtido para aquisição de ônibus escolares; **(b)** Financiamentos para aquisição de notebooks, projetores, estabilizadores, entre outros equipamentos de informática.

15. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Salários a pagar	–	–	1.056	975
Provisão de férias e encargos	4	9	594	471
Rescisões a pagar	–	–	3	–
FGTS a pagar	–	–	189	170
INSS a pagar	20	22	557	518
Pró-labore a pagar	–	–	25	18
Outros	–	–	45	45
	24	**32**	**2.469**	**2.197**

16. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Parcelamento REFIS **(a)**	–	–	437	527
IRPJ a pagar	–	–	–	154
CSLL a pagar	–	–	–	65
PIS e COFINS	9	8	175	226
ISS	4	–	102	130
IRRF	17	17	723	644
Outros	195	4	241	31
Total	**225**	**29**	**1.678**	**1.777**
Passivo circulante	**32**	**29**	**1.100**	**1.350**
Passivo não circulante	**193**	–	**578**	**427**

(a) O Grupo efetuou o parcelamento de seus débitos tributários para pagamento em até 180 meses.
A manutenção das condições de pagamento e demais benefícios dos parcelamentos está condicionada ao pagamento regular de suas parcelas, o que tem ocorrido dentro dos preceitos da legislação em vigor.
A movimentação do referido parcelamento para as demonstrações contábeis é como segue:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	**527**
Atualização no período	16
Amortização no período	(106)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**437**

17. ADIANTAMENTOS DE MENSALIDADES: Os valores contabilizados nessa rubrica referem-se aos adiantamentos de mensalidades de cursos que serão atendidos no decorrer do exercício subsequente. A receita é reconhecida dentro de seu correto período de competência, à medida que o serviço de educação seja prestado.

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS: O Grupo é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	Consolidado		
	31/12/2018		
Contingências	**Depósito judicial**	**Probabilidade de perda Provável**	
Trabalhistas	16	–	
Cíveis	9	–	
Tributárias	432	324	
	457	**324**	

Conforme informações dos assessores jurídicos do Grupo, os processos judiciais movidos na condição de parte, envolvendo questões trabalhistas, perfazem o montante de R$ 2.455 em 31/12/2018 que se referem a causas trabalhistas. **Movimentação das provisões - consolidado**

	Depósitos	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Total
Saldo em 31/12/2017	**457**	**467**	–	**324**	**791**
Atualização	–	83	–	–	**83**
Processos concluídos - Baixa/Pagamento a Pagar (a)	–	(550)	–	–	**(550)**
Saldo em 31/12/2018	**457**	–	–	**324**	**324**

(a) No ano de 2012 foi constituída a Contingência Trabalhista, nas empresas Escolas da Vila e Somater, resultante de um processo de reclamatória trabalhista, envolvendo o Professor de xadrez, Armando Tambelli Júnior, processo nº 0000665-24.2012.5.02.0031. Em 05 de setembro de 2018, foi realizada a Audiência, na qual foi acordado que empresas deverão pagar a importância líquida de R$ 550, em 20 parcelas a contar de 28 cada, sendo que a primeira parcela foi paga no dia 06 de setembro de 2018, a título de indenização. Desta forma foi realizada a reclassificação para Outras contas a pagar (Passivo Circulante e Não Circulante).

19. OUTRAS CONTAS A PAGAR:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	**31/12/2017**	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Honorários advocatícios **(a)**	–	330	–	330
Ações a pagar Sovila Participações S.A. - Nota nº 3.1	–	–	7.931	21.549
Ações a pagar Vereda Educação S.A. (b)	–	49	–	49
Dividendos	–	–	440	–
Opção de Venda (c)	–	–	3.725	–
Outras	48	36	1.875	1.814
	48	**415**	**13.971**	**23.742**
Passivo circulante	**48**	**366**	**8.590**	**12.415**
Passivo não circulante	–	**49**	**5.381**	**11.327**

(a) A Companhia possuía ação de rescisão contratual por perdas e danos movida pela Unique Foods & Investimentos Ltda., com valor de R$ 10.444 em 31 de dezembro de 2016, classificada na condição de perda remota em decorrência da negativa de provimento ao recurso proferida em 30 de outubro de 2014. Em abril de 2018 foi efetuado um acordo e o caso foi encerrado, dessa forma a Companhia pagou R$ 502 de honorários advocatícios dos quais R$ 330 já estavam provisionados. **(b)** Em 20 de dezembro de 2016, a Companhia subscreveu 4.745 ações preferenciais, no valor de R$ 667 da empresa Vereda Educação S.A. R$ 44 foram integralizados no 1º trimestre de 2017, R$ 162 no 2º trimestre de 2017, R$ 56 no 3º trimestre de 2017, R$ 278 no 4º trimestre de 2017. Em 28 de dezembro de 2017, a Companhia decidiu vender as 4.745 ações preferenciais pelo valor de R$ 539. O valor recebido foi R$ 588, portanto a maior em R$ 49 que foram devolvidos aos compradores em de ja junho de 2018. Em contrapartida do acordo de aquisição de participação da Escola da Vila, uma opção de venda ("*put*") foi emitida pela Companhia e uma opção de compra ("*call*") foi emitida pelos acionistas vendedores, que pode resultar em uma aquisição pela Companhia das ações remanescentes da Escola da Vila por um valor equivalente ao múltiplo de EBITDA, sendo a *put* exercível por seis meses a partir de fevereiro de 2019 e até um ano após este período,

Bahema S.A.

→ continuação

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas Encerradas em 31 de Dezembro de 2018
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Reversão de provisão para contingências	–	180	–	180
Reversão de provisão para deficit atuarial	–	463	–	463
Reversão de perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	179	–
Provisão para perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	–	–	(393)	–
Amortização mais-valia	–	–	(1.806)	(1.204)
Combinação de Negócios - Reversão de parcelas contingentes - Nota nº 3.1	–	–	3.370	–
Outras	200	(24)	1.658	(221)
	200	**619**	**3.008**	**(782)**

26. RESULTADO FINANCEIRO:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Receitas financeiras				
Rendimentos de aplicações financeiras e fundos de investimentos	1.102	1.990	1.522	2.314
Juros ativos	386	436	546	490
Outras Receitas Financeiras	–	–	3	–
	1.488	**2.426**	**2.071**	**2.804**
Despesas financeiras				
Juros passivos	(26)	(15)	(129)	(77)
Juros passivos - variação CDI contratos aquisição Sovila Nota nº 3.1	–	–	(611)	(1.513)
Juros passivos - AVP contratos de aquisição Sovila Nota nº 3.1	–	–	(813)	(1.692)
Outras	(5)	(5)	(243)	(195)
	(31)	**(20)**	**(1.796)**	**(3.477)**
Resultado financeiro	**1.457**	**2.406**	**275**	**(673)**

27. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: Conciliação da alíquota de imposto efetiva:

	Controladora		Consolidado	
	01/01/2018 a 31/12/2018	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2018 a 31/12/2018	14/02/2017 a 31/12/2017
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.085)	(4.557)	(5.675)	(12.854)
Lucro contábil antes do Imposto de renda e da contribuição social - controladas			3.596	10.252
Total	**(2.085)**	**(4.557)**	**(2.079)**	**(2.602)**
Alíquota nominal combinada %	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal	**(709)**	**–**	**(1.223)**	**3.486**
Adições/exclusões líquidas	(732)	–	736	(4.905)
Imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado - corrente	**(23)**	**–**	**(487)**	**(1.419)**
Alíquota efetiva	**1%**	**–**	**(14%)**	**(14%)**

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. O Grupo não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condicionados às políticas e estratégias definidas pela Administração. Os instrumentos financeiros nanceiros usualmente utilizados pelo Grupo estão representados por caixa e equivalentes de caixa, investimentos, fornecedores. Estes instrumentos são classificados por meio de estratégias operacionais, visando a liquidez, rentabilidade e minimização de riscos. Todas as operações com instrumentos financeiros são reconhecidas nas demonstrações contábeis do Grupo, a qual está sujeita aos fatores de riscos oriundos de suas operações e de seus negócios, tais como: a possibilidade do Grupo ter perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, o Grupo adota como prática a análise das situações financeiras e patrimoniais das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito com base em critérios pré-estabelecidos e o permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, o Grupo somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. **Risco de mercado:** Risco de mercado é o risco relacionado às variações dos fatores de mercado como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações, etc. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros do Grupo em 31 de dezembro de 2018 representam o custo amortizado, sendo que os valores contabilizados se aproximam dos valores de mercado. **29. PARTES RELACIONADAS: (a) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** Os membros da Administração recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral. Os suplentes de membros do Conselho de Administração são remunerados mediante importância fixa, por reunião a que comparecerem, salvo quando assumam o cargo de conselheiro, em caso de vaga do titular. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal é fixada pela Assembleia Geral que os eleger. Os Diretores recebem uma remuneração no montante e na forma fixados pela Assembleia Geral. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, foram pagos aos administradores da Companhia benefícios de curto prazo de R$ 886 e R$ 896 respectivamente. Não há pago nenhum valor a título de: **(i)** benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); **(ii)** benefícios de longo prazo (licença-prêmio ou outras licenças, jubileu ou outros benefícios por anos de serviço e benefícios por inavilidez de longo prazo) e **(iii)** remuneração com base em ações. **(b) Dividendos a pagar:** Em 27 de dezembro de 2017, a Companhia pagou R$ 385 de dividendos correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, em consonância com o Artigo 287 da Lei 6.404, foram reversíveis os dividendos prescritos dos anos de 2013 e 2014 no montante de R$ 42. Restando um saldo de R$ 3 de dividendos não reclamados. **30. Informações por segmento:** A Administração do Grupo baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são preparadas e apresentadas revistas pela Administração do Grupo para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento "prestação de serviços de educação básica" e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias. **31. Seguros:** O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas foram julgadas suficientes e adequadas pela Administração da Companhia. **32. Eventos Subsequentes:** Em 11 de fevereiro de 2019, a Companhia, através de sua controlada direta Bahema Educação FIJ S.A., adquiriu cotas representativas de 15% do Capital Social da Escola Centro Educacional Vila Lida. ("Centro Viva") pelo valor de R$ 682. O contrato também oferece uma opção de compra de até 70% de quotas adicionais da Centro Viva.

Diretoria

Guilherme Affonso Ferreira Filho - Diretor

Contador

Edson Manabu Kubagawa - CRC - CT ISP 146.701/O-4

Relatório do auditor Independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da **Bahema S.A.** - São Paulo - SP - **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Bahema S.A. ("Companhia"), identificadas como individual e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Bahema S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura *(goodwill)*: Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA:** Conforme descrito na Nota Explicativa no 13 - "Intangível", em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui registrado ágio por expectativa de rentabilidade futura no valor de R$16.710 mil, cuja realização está suportada por estimativas de rentabilidade futura que são revisadas anualmente. Esse tema foi considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2018, tendo em vista o grande volume de transações, individualmente de baixo valor, aumentando a relevância dos controles internos estabelecidos, notadamente a manutenção de um adequado cadastro de alunos e precificação dos cursos ofertados. **Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações contábeis:** Efetuamos o entendimento dos controles internos chave implantados pela Companhia com o objetivo de verificar se as informações relevantes de cada contrato de prestação de serviços firmados com os alunos apresentam-se adequadamente refletidas nos processados, aprovados e registrados dos. Selecionamos uma amostra de contratos e inspecionamos os contratos firmados entre a Companhia e os seus clientes, os documentos cadastrais e os comprovantes de recebimentos das mensalidades. Com base na abordagem de nossa auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para registro das receitas operacionais estão adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas como um todo. **Ênfase: Reapresentação dos valores correspondentes comparativos:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 4.6, em decorrência da não consolidação da parcela de 20% atribuível aos acionistas não controladores sobre os ativos intangíveis identificados na combinação de negócios, os valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém ressalva em relação a essa matéria. **Outros assuntos - Demonstrações do Valor Adicionado (DVA):** As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria, ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o de provenientes de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados para as circunstâncias, mas, não, com o propósito de expressarmos uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações das demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou, caso tal modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais poderem manter a continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressarmos uma opinião sobre as demonstrações contábeis consoladas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros assuntos, do alcance planejado, do período e das datas de ocorrência das atividades significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências, significativas ou não, nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os aplicáveis de independência, e comunicamos a eles todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2019

Grant Thornton

Grant Thornton Auditores Independentes - CRC SP-025.583/O-1
Régis Eduardo Baptista dos Santos - CT CRC 1SP-255.954/O-0

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0006580-65.2013.8.26.0010. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional X - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Luis Fernando Cirillo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) a Adriano Vladimir Lisuchenko (CPF: 028.219.598-00), que nos autos da ação de Despejo por Falta de Pagamento c/c Cobrança, ora em fase de cumprimento de sentença, ajuizada por LBA Administração de Imóveis Ltda (CNPJ: 02.687.342/0001-04), em face de SMA Technologies Ltda (CNPJ: 02.947.331/0001-97), bem como em relação ao sócio Yrjo Lars Stefan Johansson, CPF 100.975.808-05 (intimado - 8.445), foi deferida a INTIMAÇÃO por EDITAL para que escapareça a verdadeira situação da empresa, indicando, desde logo, bens que possam garantir a execução, sob as penas dos artigos 600, IV e 601, do CPC, advertindo-os, ainda, sobre a possibilidade de responderem com o próprio patrimônio (art. 50, CC). Encontrando-se o requerido em lugar incerto e não sabido que em 15 (quinze) dias, a fluir após os 20 (vinte) dias supra, manifeste-se sobre o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da empresa SMA Technologies Ltda (CNPJ: 02.847.331/0001-97), requerendo as provas cabíveis. Será o presente edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 19 de março de 2019. 27 e 28 / 03 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO 20 DIAS. PROCESSO Nº 1038334-56.2018.8.26.0002. O (A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Raphael Augusto Cunha, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a firma Alpha 4 Comércio de Materiais de Construção e Instalações Elétricas e Hidráulicas Ltda. (CNPJ. 07.480.609/0001-54 na pessoa de seu representante legal Jorge Tintas Lusacor Lida, lhe ajuizou uma ação de EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, para a cobrança de R$ 17.677,05(fls. 59 dos autos). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida sua CITAÇÃO por EDITAL para pagar, em o prazo de 3 dias (art.829, CPC), hipótese em que serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, CPC), requerer o parcelamento nos termos do art. 916 do CPC, (comprovando, no prazo para embargos, o depósito de 30% do crédito, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, e pugnado pelo pagamento do saldo em 6 parcelas acrescidas de juros de 1% e correção pela tabela prática do TJSP), ou apresentar embargos no prazo de 15 dias. No caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2019. 28 e 29/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0057928-07.2017.8.26.0100 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 38ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Cristina de Figueiredo Dorihac Nogueira, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) LUCÉLIA MORAIS DE JESUS, brasileiro, CPF 115.682.778-73, que o Condomínio Edifício Rina, ajuizou-lhe Ação de Conhecimento, julgada procedente, encontrando-se o processo na fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$207.852,36 (Duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) 01/08/2018, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei 28 e 29/03

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0002745-44.2018.8.26.0001 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Ariane de Fátima Alves Dias Paulkoski Simoni, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(s) CLEBER PASINI, Brasileiro, CPF 275.472.868-35, que por esta Justiça tramita de uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por HSBC Bank Brasil S/A Banco Múltiplo, CNPJ 60.746.948/0001-12. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$227.852,36 (Duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e cinquenta e dois reais e trinta e seis centavos) 01/08/2018, devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de novembro de 2018. 28 e 29/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1010550-07.2018.8.26.0002 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carolina Nabarro Munhoz Rossi, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARIA ISABEL VINABEL GARCIA, CPF 417.004.578-53, que o RESIDENCIAL JOYLI LIFESTYLE, ajuizou-lhe Ação de Execução de Título Extrajudicial objetivando a cobrança de R$ 6.540,95, referente ao valor remanescente, cota condominial, fundo de reserva e fundo de obras, vencidos em 10.07.2017, 10.08.2017 e 10.10.2017 a 10.02.2018, cujo débito atualizado em 09/10/2018 é de R$ 13.777,01, referente à unidade 101, inclusa a multa de 2% de conformidade com o artigo 1336, § 1º do Código Civil, em vigor a partir de 11.01.2003, e ajuizada de maneira cumulada, localizado no Condomínio Autor. Encontrando-se a executada em lugar ignorado e incerto, foi deferida a CITAÇÃO por EDITAL, para que em 03 dias, pague o débito atualizado, quando então a verba honorária fixada em 10% do valor do débito, será reduzida em 5%, em caso de pagamento, e queiram oferecer embargos no prazo de 15 dias, facultando-lhe nesse prazo, reconhecendo o crédito da exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, requerer que o pagamento restante seja feito em 06 parcelas mensais, atualizadas e juros de 1% ao mês. A opção de parcelamento importará renúncia ao direito de opor embargos. Os prazos começarão a fluir, após os 20 dias supra. Na ausência de embargos, a executada será considerada revel, sendo-lhe nomeado curador especial. Será o presente edital, publicado na forma da lei. NADA MAIS. 28 e 29/03

---

cba

Companhia Brasileira de Alumínio
CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763
Ata de Rerratificação da assembleia Geral Extraordinária,
Realizada em 23 de Janeiro de 2019

1. Data, Horário e Local: Dia 23 de janeiro de 2019, às 10:00 horas, na sede social, localizada na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, Capital do São Paulo, CEP: 04571-900. **2. Convocação:** Dispensada em virtude da presença da totalidade dos acionistas, de acordo com os termos do parágrafo 4º do Artigo 124 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."). **3. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, conforme assinaturas, ações no livro "Presença de Acionistas". **4. Mesa Diretora:** Ricardo Rodrigues de Carvalho, Presidente e Luiz Marcelo Pinheiro Fins, Secretário. **5. Ordem do Dia:** Rerratificar a ata de Assembleia Geral Extraordinária do dia 29 de outubro de 2015 (AGE), nos termos da sua declaração a), item 2, alterando a medida descrita do imóvel descrito de propriedade desta Companhia, para a Prefeitura de Alumínio e para o SENAI de Alumínio, conforme abaixo descritos. **6. Deliberações:** Submetido o assunto constante na ordem do dia à discussão e, logo depois a votação, os acionistas presentes, por unanimidade, deliberaram sobre a rerratificação do ata da AGE, alterando a medida expressa no item a), 2, de 7786,02 m² (sete mil, setecentos e oitenta e seis virgula zero dois metros quadrados) para 7850,10 m² (sete mil, oitocentos e cinquenta virgula dez metros quadrados). Assim, o item a), 2, da AGE passa a ter a seguinte redação: "2. Doação do SENAI do Município de Alumínio, do imóvel denominado Escola Senai Antonio Ermírio de Moraes, localizado na Avenida Antônio de Castro Figueirôa, nº 60 - Centro, Município de Alumínio, com 7.850,10 metros quadrados de área, com valor de R$10.500.000,00 (dez milhões de quinhentos mil reais), sendo que o imóvel será matriculado na transcrição nº 7.136 do Cartório de Registro de Imóveis de São Roque/SP e descrição: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice **AOE-P-0690**, de coordenadas **nº 7.396.771,52** m. e **E 270.070,00** m., situado de frente para a Avenida Antônio de Moraes, José Ermírio de Moraes e no limite com a Fazenda Pantojo, Transcrição 7.136 de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio; deste, segue com azimute de 252°25'44" e distância de 100,71 m., confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Avenida Senador José Ermírio de Moraes, até o vértice **P1**, de coordenadas **nº 7.395.741,12** m. e **E 269.973,99** m.; deste, defle à direita e segue em curva de raio=5,66m e desenvolvimento de 4,90m, de frente para a esquina da Avenida Senador José Ermírio de Moraes com a Avenida Antônio de Castro Figueirôa, até o vértice **P2**, de coordenadas **nº 7.395.743,91** m. e **E 269.970,15** m.; deste, segue com azimute de 344°27'31" e distância de 72,56 m., confrontando neste trecho com a faixa de domínio da Avenida Antônio de Castro Figueirôa, até o vértice **P3**, de coordenadas **nº 7.395.813,82** m. e **E 269.950,71** m.; deste, defle à direita e segue em curva de raio=3,77m e desenvolvimento de 3,82m, confrontando neste trecho com área da Prefeitura Municipal de Alumínio, até o vértice **P4**, de coordenadas **nº 7.395.816,26** m. e **E 269.953,44** m.; deste, segue com azimute de 74°28'21" e distância de 97,61 m., confrontando neste trecho com área da Prefeitura Municipal de Alumínio, até o vértice **AOE-M-0220**, de coordenadas **nº 7.395.842,39** m. e **E 270.047,48** m.; deste, segue com azimute de 162°22'21" e distância de 74,37m., confrontando neste trecho com a Fazenda Pantojo, Transcrição 7.136 de propriedade da Companhia Brasileira de Alumínio, até o vértice **AOE-P-0690**, de coordenadas **nº 7.395.771,52** m. e **E 270.070,00** m., ponto inicial da descrição deste perímetro, sendo desta área 2.954,59 metros quadrados de área construída. **7. Observações Finais**: Nada mais havendo a tratar, foi oferecida a palavra a todos os presentes e, ninguém se manifestando, foram encerrados os trabalhos e suspensa a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e por todos os presentes assinada. *Presidente da Mesa:* Ricardo Rodrigues de Carvalho; *Secretário da Mesa:* Luiz Marcelo Pinheiro Fins; *Acionistas:* Votorantim S.A., representada por João Henrique Batista de Souza Schmidt e Luiz Marcelo Pinheiro Fins, diretores e VF Gestão Ltda., representada por João Henrique Batista de Souza Schmidt e Luiz Marcelo Pinheiro Fins. A presente transcrição é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio da Companhia. São Paulo, 23 de janeiro de 2019. **Luiz Marcelo Pinheiro Fins** - Secretário. **JUCESP** nº 137.330/19-4 em 08/03/2019. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0008713-19.2018.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Penha de França, Estado de São Paulo, Dr(a). Adaisa Bernardi Isaac Nalpen, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Galizki Comércio e Representações Ltda ME (CNPJ. 84.144.447/0001-17), que a ação de Cobrança, de Procedimento Comum, ajuizada por Bradesco Saúde S/A, foi julgada procedente, condenando-o ao pagamento da quantia de R$ 11.752,28 (setembro de 2018). Estando a executada em lugar ignorado, foi deferida a intimação por edital, para que em 15 dias, a fluir dos 20 dias supra, efetue o pagamento, sob pena de incidência de multa de 10%, pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% e expedição de mandado de penhora e avaliação. Fica a parte executada advertida de que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 do CPC sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2019. 27 e 28 / 03 / 2019.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1026605-67.2017.8.26.0002. O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional II – Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr. Renato de Abreu Perine, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a firma AV DIAS DIVISORIAS – ME, CNPJ 09.267.874/0001-84 e seu Sócio ALIDO VIANA DIAS, CPF 271.080.008-42, que BRASFORT COMERCIAL LTDA, lhes ajuizou a ação de EXECUÇÃO DE TITULO EXTRAJUDICIAL, para a cobrança de R$.10.845,97(novembro/2018). Estando os executados em lugar ignorado, foi deferida CITAÇÃO por EDITAL para pagarem o débito n prazo de três dias (art.829, CPC), hipótese em que os honorários fixados serão reduzidos pela metade (art. 827, § 1º, CPC), requerer o parcelamento nos termos do art. 916 do CPC, (comprovando, no prazo para embargos o depósito de 30% do crédito exequendo, inclusive custas processuais e honorários advocatícios, e pugnado pelo pagamento do saldo em 06 parcelas acrescidas de juros de 1% e correção pela tabela prática do TJSP), ou apresentar embargos no prazo de 15 dias. No caso de revelia será nomeado curador especial (art. 257, IV, CPC). Será o edital, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de março de 2019. 28 e 29/03

17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP. 17ª Ofício Cível. Edital de Citação. Prazo 20 dias. Processo nº 1083073-87.2013.8.26.0100. O Dr. André Luiz da Silva da Cunha, Juiz de direito da 17ª Vara Cível do Foro Central da Capital/SP, Faz Saber a INVESTIDO PARADA VITAL (CPF/CNPJ. 09.026.715/0001-98), REBECA GRINSPUM 316.352.778-76 e ISMAEL DOMINGUES CAETANO 087.504.378-01 que IRESOLVE COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS ajuizou a Ação de Execução de Título Extrajudicial, objetivando o seu pagamento de R$ 182.904,48 25/10/2013, corrigidos e acrescidos de encargos legais, referente a(ao) contrato 30911 0000008022 CDB COMPANHIA MESA REBECA GRINSPUM, e não tendo sido encontrado em lugar ignorado, foi deferida a citação por edital, para que em 3 dias, paguem a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados em 10% a contar da citação. (Em caso de pagamento no prazo fixado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade) ou queremos, oferecer Embargos à Execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais rel

Jornal O DIA SP

São Paulo, quinta-feira, 28 de março de 2019

Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 26.757.881/0001-09

Relatório da Administração

Fundada em 23 de agosto do ano de 2017, a Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 9º Andar, Parte - Vila Nova Conceição - São Paulo, Estado de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor imobiliário, cresceu em um ritmo acelerado nos principais mercados globais, inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tomar-se líder e ampliar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, maior flexibilidade bancária, operações bem estruturadas e com abundância de garantias e taxas atraentes. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros nos últimos anos tem estimulado os agentes econômicos a incrementar a rentabilidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação de carteira de crédito dos bancos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2018, a Gaia Cred esteve cada vez mais próxima dos clientes e investidores, gerando e investindo em estruturações financeiras, pensando em análise e gestão de risco e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, emitindo 1 (uma) série de Debêntures no ano de 2018. O nosso objetivo neste ano foi obter e se manter bem próximos de um volume, mas ser a Companhia com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nossos ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos, de clientes e investidores, sempre será satisfeito! Finalmente, para os fins da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2018, a Mazars Auditores Independentes S.S., ou quaisquer partes relacionadas a esta, assim definidas nos termos da ICVM 381, não prestou à Companhia o/ou às demais empresas pertencentes a seu grupo econômico qualquer serviço que não o de auditoria externa das demonstrações financeiras relacionadas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Obrigações fiscais	10	2	-
Debêntures	11	12.422	-
Partes relacionadas	16	-	75
		12.424	**75**
Não circulante			
Debêntures	11	97.125	-
		97.125	-
Patrimônio líquido	**12**		
Capital social		1	-
Prejuízos acumulados		(75)	-
Prejuízo do exercício		(2.474)	(75)
Outros resultados abrangentes		2.548	-
		-	**(75)**
Total do ativo		**109.550**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2018	2017
Receita líquida de operação de crédito		-	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(2.599)	(75)
Outras receitas/despesas operacionais	14	(221)	-
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(2.820)**	**(75)**
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	15	875	-
Despesas financeiras	15	(529)	-
Resultado financeiro líquido		**(356)**	**-**
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Prejuízo do exercício		**(2.424)**	**(75)**
Média ponderada de ações		**1.00**	**1.00**
Prejuízo básico e diluído por lote de mil ações do capital social no fim do exercício - R$		**(2.424)**	**(75,00)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Prejuízo do exercício	**(2.474)**	**(75)**
Redução do valor nominal das debêntures	2.549	-
Resultado abrangente do exercício	**75**	**(75)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	-	-
Prejuízo do exercício / período	**(2.424)**	**(75)**
Ajuste ao lucro líquido	-	-
Ajuste valorização da carteira	2.549	-
Lucro líquido ajustado	**75**	**(75)**
Variações nos ativos e passivos:		
(Aumento) redução em aplicações financeiras	(1.074)	-
(Aumento) redução em contas a receber	(108.009)	-
(Aumento) redução em impostos a recuperar	(15)	-
(Aumento) redução em ativo disponível para venda	(13)	-
(Aumento) redução em obrigações fiscais	2	-
(Aumento) redução em partes relacionadas	(75)	75
Total caixa líquido consumido nas atividades operacionais	**(108.109)**	**-**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	-	-
Captação de debêntures	109.547	-
Integração de capital	1	-
Caixa líquido originado pelas atividades de financiamento	**109.548**	**-**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício/período	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício/período	379	-
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	**379**	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**379**	**-**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio social Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017	-	-	-
Capital social emitido	-	-	-
Capital social subscrito a integralizar	(1)	-	-
Prejuízo do exercício	-	(75)	(75)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	-	(75)	(75)
Capital social emitido	1	-	1
Prejuízo do exercício	-	(2.474)	(2.474)
Outros resultados abrangentes	-	2.549	2.549
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**1**	**-**	**1**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado - Exercícios findos em 31 de dezembro (Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2018	2017
Receita bruta de prestação de serviço	792	-
Outras receitas	82	-
Insumos adquiridos de terceiros	**(2.866)**	**(75)**
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.866)	(75)
Valor adicionado bruto	**(2.029)**	**(75)**
Valor adicionado líquido produzido pela companhia	**(2.029)**	**(75)**
Valor adicionado recebido em transferência	-	-
Receitas financeiras	82	-
Valor adicionado total a distribuir	**(1.947)**	**(75)**
Distribuição do valor adicionado	**(1.947)**	**(75)**
Pessoal	-	-
Remuneração direta	-	-
Impostos, taxas e contribuições	**8**	-
Federais	8	-
Remuneração de capital de terceiros	**519**	-
Juros	2	-
Remuneração de capitais próprios	**(2.474)**	**(75)**
Lucros/prejuízos acumulados	(2.474)	(75)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima, com sede na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, nº 633, 9º Andar, Parte - Vila Nova Conceição - São Paulo - SP foi constituída em 23 de agosto de 2017 e obteve seu registro na JUCESP em 25 de setembro de 2017. Tem por objetivo: (i) a aquisição e securitização de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias, entre outros; (ii) a emissão e colocação, privada ou junto ao mercado financeiro e de capitais, de títulos de crédito ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitados os trâmites, da legislação aplicável; (iii) a realização de serviços relacionados à administração e cobrança de operações de securitização de créditos supracitadas e, (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. Em 02 de fevereiro de 2019, a Companhia formalizou o seguinte instrumento jurídico para a aquisição de créditos oriundos de operações praticadas por bancos múltiplos, comerciais, investimentos, Companhias de créditos imobiliários, arrendamento mercantil, Companhias de créditos, financiamento e investimento, associações de poupança e empréstimo, caixas econômicas e companhias hipotecárias. Escritura particular da 1ª(Primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real. Dessa forma em 02 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debêntures: Classe Sênior no valor de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais) conforme nota explicativa nº 11. Dos valores emitidos foram integralizados R$ 117.119 (cento e dezessete milhões cento e dezenove mil reais) em 28 de fevereiro de 2018. **2. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e dos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 31 de janeiro de 2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis:** As principais práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas abaixo, aplicadas de modo consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. **a) Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens mantidos por exercícios nos balanços patrimoniais: (i) os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e (ii) instrumentos financeiros disponíveis para venda. **b) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em real (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas foram arredondadas para a unidade de milhar mais próxima, exceto quando indicado de outra forma. **c) Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC e as normas IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas, quando necessárias, são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia para sua emissão em 08 de fevereiro de 2019. **d) Caixa e equivalentes de caixa:** Inclui caixa, saldos positivos em conta movimento, fundos de investimento, e aplicações financeiras pós-fixadas, resgatáveis a qualquer momento, com riscos insignificantes de mudança de seu valor de mercado e sem penalidades. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos. **e) Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se utilize de premissas e julgamentos na determinação do valor e registro de estimativas contábeis, que se baseiam na experiência histórica e expectativa de eventos futuros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente e entende que os seguintes itens requerem a um uso. **f) Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para a qual eles foram adquiridos, e são classificados nas seguintes categorias: **(i) Custo amortizado:** São os ativos mantidos dentro do modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais e em termos contratuais devem originar a fluxos de caixa que sejam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto (critério de "somente P&J"). O Custo amortizado é calculado por perdas por impairment. A Receita de Juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. **(ii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo através do resultado quando ele não atende os critérios de classificação dos demais categorias anteriores ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil. Os ativos financeiros derivativos estão contemplados nesta categoria. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. **(iii) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado abrangente:** Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio do resultado abrangente caso ele satisfaça ao critério de "somente P&J", ou seja, fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros em aberto, e que seja mantido em um modelo de negócios cujo o objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes. **(iv) Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. **g) Ativos financeiros não derivativos:** Os ativos financeiros são classificados no seu reconhecimento inicial. A sua classificação depende da finalidade para o qual eles foram adquiridos, e são classificados nas seguintes categorias, de acordo com a natureza do seu negócio. A Companhia, de acordo com suas operações, classifica os seguintes categorias: **h) Passivos financeiros não derivativos:** São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. São mediados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos e sua baixa ocorre quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. A Companhia tem as contas representativas de financeiros passivos: passivos financeiros não derivativos. **i) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment"):** **(i) Ativos financeiros:** São avaliados a cada data de apresentação, para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução do valor recuperável é calculada pela diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixas estimados, descontados à taxa de juro efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão conta recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através do desconto. Quando ocorrer um subsequente aumento na versão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. **(ii) Ativos não financeiros:** O valor contábil dos ativos não financeiros da Companhia, por não a geração de renda e avaliação social diferindo, é revisto a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. **j) Outros ativos e passivos circulantes:** Os demais ativos e passivos são demonstrados ao custo, incluindo os rendimentos e as variações monetárias auferidas e, quando aplicável, o efeito do ajuste para o valor justo ou de realização. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. **k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são apresentadas de acordo com as regras estabelecidas no CPC 25 (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando da ocorrência de fatos que decorrem de decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado; (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis, e os montantes envolvidos puderem ser mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são nem divulgados; e (iii) Obrigações legais são registradas independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito dos processos em que a Companhia questiona a inconstitucionalidade de impostos ou tributos. **l) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda, quando aplicável, é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável que ultrapasse R$ 240 no exercício para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **m) Resultado por ação:** Calculado de acordo com o CPC 41, o resultado básico e diluído por ação é obtido dividindo-se o resultado do período atribuído aos acionistas da Companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação. **d) Apuração do resultado:** A receita ocorre pela recuperação dos créditos inadimplidos, e a diferença positiva entre o valor de custo de aquisição dos créditos e o valor efetivamente recuperado. As receitas são reconhecidas pelo regime de caixa e contabilizadas em conta específica do ativo circulante e a data-base do balanço. **e) Demonstrações de valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são requeridas pela legislação societária para companhias abertas, enquanto para IFRSs representam informação financeira suplementar. **4. Normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas:** As alterações das normas existentes e que foram publicadas e serão obrigatórias para exercícios contábeis subsequentes, ou seja, a partir de 1º de janeiro de 2018. Não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia. IFRS 16 - "Operações de arrendamento mercantil". A norma requer que os arrendatários reconheçam passivos de arrendamento relacionados a pagamentos futuros e ativos de direito de uso para os contratos de arrendatário. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2019. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. IFRIC 23 – "Incertezas sobre Tratamento de Impostos sobre o Lucro". A norma provê esclarecimento a contabilização de posições fiscais que ainda não foram aceitas pelas autoridades fiscais. A administração está avaliando as alterações introduzidas pela norma e não espera impactos significativos. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2018	31/12/2017
Banco conta movimento	379	-
	379	**-**

6. Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado

	31/12/2018	31/12/2017
Certificados de Depósitos Bancários-CDB	1.074	-
	1.074	**-**

Os títulos para negociação da Companhia são compostos por certificados de depósitos bancários (pós-fixados) cujo valor de custo atualizado desses títulos é o seu valor justo. A taxa de juros média contratada dos certificados de depósitos bancários é de 93% da taxa dos depósitos interfinanceiros - DI, com vencimentos para setembro de 2021. **6.1. Hierarquia de níveis - Ativos e Passivos financeiros reconhecidos a valor justo:** A mensuração da estimativa do valor justo em nível baseia-se na seguinte hierarquia: Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos idênticos. Nível 2: Classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados de mercado e quando todos esses dados são observáveis no mercado aberto. Nível 3: Mensuração do valor justo são as derivadas de técnicas de avaliação que incluem entradas para os ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (dados não observáveis). A tabela a seguir apresenta hierarquia do valor justo dos "Títulos para negociação" e dos "Títulos disponíveis para venda" mantidos pela Companhia:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Tipo de Instrumento	**Nível 1**	**Nível 2**	**Nível 3**	**Nível 1**	**Nível 2**
Certificados de depósitos bancários	Valor justo	1.074				

6.2. Movimentação das aplicações financeiras

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	-	-
Aplicações/Resgates	992	-
Receita financeira	82	-
Saldo final	**1.074**	**-**

7. Contas a receber - Carteira de créditos: Os montantes contabilizados referentes a carteira de crédito foram classificados como recebíveis e correspondem a direitos de crédito financeiros vencidos e inadimplidos. Os serviços de gestão da carteira e de cobrança dos direitos creditórios inadimplidos da Securitizadora e a atividade de consultoria especializada para a originação, identificação, negociação, precificação e assessoria em geral nas operações serão exercidas pelo CINHA CONSTRUCTION BANK (BRASIL) BANCO MÚLTIPLO S.A., sociedade anônima com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.440, 5º andar, Itaim Bibi, São Paulo, SP. **7.1. Operações com aquisição substancialmente-livre e benefícios: (a) Descrição das características dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios da carteira de crédito da Securitizadora são oriundos de contratos de empréstimos e financiamentos celebrados entre o cedente e seus clientes. **(b) Critérios de elegibilidade e condições de cessão:** O único critério de elegibilidade a ser observado para aquisição de direitos creditórios pela Companhia é que os direitos creditórios devem ser de titularidade de pessoas jurídicas e Companhias em geral. A Gestora e a Consultora especializada, previamente à cessão dos direitos creditórios a Securitizadora, deverão verificar as condições de cessão auditando a existência, vencimentos de suas composições e o valor de aquisição dos direitos creditórios. **(c) Transferência dos riscos e benefícios de propriedade dos direitos creditórios:** Os direitos creditórios são adquiridos pela Securitizadora em caráter definitivo, irrevogável e irretratável, sem coobrigação do cedente ou qualquer mecanismo de recompra dos direitos creditórios inadimplidos. **(d) Composição da carteira de crédito:** As aquisições dos direitos creditórios ocorrerem substancialmente durante o exercício de 2018. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 a Securitizadora adquiriu direitos creditórios no montante de R$ 117.119. O prazo de recuperação dos créditos vistos nas projeções de fluxo futuro preparadas pela consultoria especializada é de até 120 meses a partir do mês de aquisição dos direitos creditórios.

Cedente	31/12/2018	31/12/2017
China Construction Bank (Brasil) S.A.	117.119	-
Total	**117.119**	**-**

(e) Valor Justo: Para ativos referentes a carteira de crédito, a empresa estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de negócios recentes entre partes contratadas com terceiros (avaliador do próprio banco investidor CHINA CONSTRUCTION BANK BRASIL), a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise dos modelos de precificação que fazem maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. A Companhia avalia, periodicamente, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável ("impairment"). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa – mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "impairment" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado deve ser retirada do patrimônio líquido e reconhecida no demonstração do resultado. A companhia está utilizando a precificação de custo de aquisição de 26% quando comparável ao valor de mercado de 5 a 10%, pois os créditos contam com garantia real e laudo de avaliação de recuperabilidade de consultoria especializada.

Custo de aquisição	31/12/2018	
Principal	117.119	
Ajuste valor de mercado	2.549	
Est PMVV	117.119	
% Custo de aquisição	**26%**	
% Valor justo de mercado		**5% a 10%**
(II) Movimentação	**31/12/2018**	**31/12/2017**
Saldo inicial	**108.009**	**-**
Aquisição de carteiras	117.119	-
Amortizações	(6.050)	-
Saldo final	**219.078**	**-**
Parcela no ativo circulante	**11.064**	**-**
Parcela no ativo não circulante	**97.125**	**-**

8. Tributos a recuperar: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores de tributos a recuperar referem-se substancialmente a imposto de renda sobre os rendimentos de aplicações financeiras realizadas pela Emissora.

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda sobre aplicações financeiras	15	-
	15	**-**

9. Imóveis disponíveis para venda: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia retomou bens dados em garantia no valor de R$ 13 (R$ 0 em 31 de dezembro de 2017) que foram disponibilizados para venda. Os resultados líquidos dos de venda dos imóveis serão destinados a amortização do saldo devedor das debêntures (Nota 8).

	31/12/2018	31/12/2017
Imóveis consolidados	13	-
	13	**-**

10. Obrigações fiscais: No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, os valores de obrigações fiscais referem-se substancialmente a impostos retidos sobre prestação de serviço.

	31/12/2018	31/12/2017
IRFF – Terceiros	2	-
	2	**-**

11. Debêntures: Em 02 de fevereiro de 2018, a Companhia emitiu 1 (uma) série de debêntures, sem garantia real, com vencimento em 2026. O valor de emissão foi de R$ 1.000.000 (um bilhão de reais), dos valores emitidos foram integralizados R$ 117.119 (cento e dezessete milhões cento e dezenove mil reais) em 28 de fevereiro de 2018. Em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 estão representadas da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
(-) Debêntures Emissão 1 Série única	1.000.000	-
(-) Debêntures a integralizar	(882.881)	-
Debêntures integralizadas	**117.119**	-
Atualização monetária das debêntures	-	-
(+) Constituição de Fundo de Reserva	2.151	-
(-) Amortizações	(7.691)	-
(+) Provisão para redução do valor nominal das debêntures	(2.549)	-
(+) Prêmios a pagar	517	-
Total líquido	**109.547**	-
Parcela no passivo circulante	**12.422**	-
Parcela no passivo não circulante	**97.125**	-

Tipo: simples, nominativas escritural e não conversíveis em ações. **Espécie:** com garantia real. **Valor Original:** R$ 1.000.000,00 (um bilhão de reais). **Valor Nominal:** que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia. **Destinação dos recursos:** Os recursos oriundos da emissão serão destinados à aquisição dos recebíveis. **Pagamentos condicionais:** A obrigação da Securitizadora de efetuar a amortização dos títulos (amortizações e remunerações) está condicionada à realização das parcelas de crédito que serão adquiridas pela Securitizadora a partir da integralização dos recursos da emissão e/ou integralização mediante a cada uma das séries de debêntures. **Remuneração adicional (prêmio):** Corresponde a remuneração adicional apurada com base na receita da Securitizadora decorrente da realização dos direitos creditórios vinculados a cada série de debêntures e que será paga em parcelas mensais que estão condicionadas a amortização de 90% do valor principal da debênture. **Garantias:** Cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos pela Securitizadora e de conta vinculada, contendo o fluxo de recebimentos das carteiras vinculadas a cada série de debêntures. **Dação em pagamento:** Na hipótese de não realização dos direitos creditórios atuais e futuros adquiridos a cada uma das séries de debêntures, o agente fiduciário (Vórtx S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários) deverá comunicar assembleia geral de debenturistas para comunicação da tal evento e apoiar de plano de ação a ser executado pela Securitizadora que poderá incluir entre outras medidas (i) cobrança judicial ou extrajudicial dos direitos creditórios; (ii) alienação da carteira de direitos creditórios; (iii) resgate das debêntures mediante dação em pagamento aos debenturistas da proporção dos seus créditos, dos respectivos direitos creditórios não realizados; (iv) aguardo da recuperação dos direitos creditórios, entre outras medidas. **Amortização:** São constituídos pelo saldo devedor de debêntures e será liquidado a um valor mínimo de R$ 2.151 (dois milhões, cento e cinquenta e um mil reais). **12. Patrimônio líquido: Capital social:** Em 20 de setembro de 2017, houve a integralização de capital no montante de R$ 100 (cem reais), totalizando 100 ações ordinárias nominativas integralizadas, sem valor nominal. Em 31 de dezembro de 2017, o Capital Social de R$ 1.000 (mil reais) representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Em 28 de fevereiro de 2018, houve a integralização de capital no montante de R$ 900 (novecentos reais), totalizando 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Acionistas	**%**	31/12/2018	31/12/2017
Nova Atlantis Participações Ltda.	99.90%	999	999
Outros	0.10%	1	1
	100%	**1.000**	**1.000**

Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente à apropriação de, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. **Reservas estatutárias:** O lucro líquido após as destinações de dividendos mínimos deverá ser destinado a reserva estatutária para a futura distribuição de dividendos aos acionistas da Companhia. **Dividendos:** Aos acionistas está assegurado, pelo estatuto social da Companhia, um dividendo mínimo correspondente a 10% do lucro líquido apurado em cada exercício social, calculado nos termos da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 11.638/2007) em 31 de dezembro de 2018, não houve distribuição de dividendos aos acionistas. **Juros sobre o capital próprio (*):** De acordo com as normas do Comitê de Pronunciamento Contábil calculamos o lucro básico por ação aos acionistas, para cada exercício social conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(2.474)	(75)
Média ponderada do número de ações durante o exercício	0,1	0,1
Prejuízo básico e diluído por ação	(2.474,00)	(750,00)

(*) O lucro diluído apresenta-se igual ao lucro básico por ação, pois não existem efeitos diluidores.

13. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2018	31/12/2017
Despesas serviços de terceiros	(2.489)	(53)
Despesas com arrendamento	(65)	(22)
Despesas com utilidades e serviços	(38)	-
Despesas tributárias	(7)	-
	(2.600)	**(75)**

14. Outras receitas/despesas operacionais: Refere-se ao resultado da venda de garantias recuperadas e monetizadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

	31/12/2018	31/12/2017
Receita de ativo imobilizado	45	-
Baixa de ativo imobilizado	(276)	-
Lucro/prejuízo na venda de imobilizado	**(231)**	**-**

15. Resultado financeiro: Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 o resultado financeiro está representado da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Juros carteira de crédito	792	-
Rendimento de aplicação financeira	83	-
Despesas bancárias/juros	(2)	-
Prêmios investidor (a)	(517)	-
	356	**-**

(a) Refere-se a remuneração do investidor que será paga no investidor quando o cedente devedor de debêntures for amortizado em 90%. **16. Partes relacionadas: (a) Participação acionária:** A Companhia é controlada direta da Nova Atlantis Participações Ltda. que, em 31 de dezembro de 2018, esta possuía participação de R$ 999,9% do seu capital. **(b) Transações com partes relacionadas:** Os detalhes a respeito das transações entre a Companhia e suas partes relacionadas em 31 de dezembro de 2018 estão apresentados a seguir:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Ativo (passivo)	**Receita (despesa)**	**Ativo (passivo)**	**Receita (despesa)**
Despesas operacionais	-	-	-	(75)
Partes relacionadas	-	-	(75)	-
Contas a receber	-	-	-	-
Total líquido	**-**	**-**	**(75)**	**(75)**

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração: A Assembleia Geral Ordinária (AGO) da Companhia fixou desde a sua constituição, inclusive em relação ao último exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e ao presente exercício social do ano de 2017 a remuneração mensal do valor fixado em um salário mínimo, acrescido do custo do INSS, na alíquota de 11%, ao Diretor Estatutário. O pessoal-chave da Administração da Companhia não recebeu benefícios pós-emprego, benefícios em razão dos cargos ocupados. **17. Gerenciamento de riscos - Instrumentos financeiros: Instrumentos financeiros:** O valor justo de ativos e passivos financeiros e mensurados por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda, é apurado por referência aos seus preços de fechamento apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. As aplicações financeiras da Gaia Cred IV Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. são realizadas através das aquisições de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) administrados pelo Banco Bradesco S.A. **Instrumentos financeiros derivativos:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos. **Política de gestão de riscos:** A Companhia possui uma política de gestão de riscos cujo objetivo é assegurar a boa gestão e responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas ad

BIOMM

BIOMM S.A.

CNPJ: 04.752.991/0001-10

Mensagem da Administração

No exercício social de 2018, a Biomm, deu continuidade ao seu plano de negócios visando entrar no mercado brasileiro de forma rentável e sustentável.

Perfil: A Biomm S.A. é a única empresa de biotecnologia humana listada no Brasil com o objetivo de comercializar, distribuir e produzir biomedicamentos para atender a crescente demanda por tratamentos acessíveis em diversas áreas terapêuticas no Brasil.

Os resultados consolidados da Biomm S.A. incluem as informações contábeis da Biomm International Inc., que possui duas subsidárias integras, sendo elas, a Biomm Middle East Inc. e a Biomm Russia Ltd. Esse conjunto de entidades compõem o Grupo Biomm, que é apresentado pelos números consolidados nas demonstrações financeiras. Em janeiro de 2014, a Companhia concluiu o aumento de capital de R$195.522.mil. De forma complementar, foram assinados contratos de financiamentos com BNDES, BDMG, FINEP e FAPEMIG, que juntos somam mais R$200.098 mil. Para que possamos atingir os níveis de produção, foi preciso, dos recursos liberados dos financiamentos firmados o montante de R$157.730 mil. Ainda em 2014, revisitando o plano de negócios da Companhia, o plano de investimento foi alterado e foi decidido que a Companhia deveria se responsabilizar por R$ 37.792 mil. Ainda em 2014, no final de 2014, a Companhia firmou parceria comercial e de transferência de tecnologia para fornecimento de insulina análoga Glargina e insulina NPH, respectivamente com a GanLee Pharmaceuticals Co. China e a Biomm S.A. no Brasil. Em 2015, a Companhia recebeu a Autorização de Funcionamento junto à Agência (AFE) concedida pela ANVISA, que permite o registro, exportação de importação e distribuição de medicamentos. Em 31 de outubro de 2016, a Companhia celebrou a assinatura da "Escritura pública de venda e compro com pacto adjeto de hipoteca", com a Novartis Biociências S.A., cujo objeto consistia na compra de 3 lotes no terreno localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes / PE e os direitos possessórios e aquisitivos do trecho de uma área localizada entre esses lotes, além dos bens móveis e equipamentos de propriedade da Novartis. Em dezembro de 2016, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 551, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da qual a Companhia foi indicada como um dos entes privados selecionados para a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo ("PDP") da demanda de Insulina Humana para o Sistema Único de Saúde. Em dezembro de 2017, a Companhia assumiu o compromisso de fornecimento de insulina Humana no âmbito do PDP, em parceria com a Fundação Ezequiel Dias - FUNED. No dia 20 de abril de 2017, conforme previsão, a Companhia resubmeteu por meio de ofício, o projeto do PDP de Insulina Humana e requereu a outorga do certificado de boas práticas de fabricação junto à Comissão de Avaliação das PDPs. Em 31 de maio de 2017, foi celebrado um acordo de exclusividade de fornecimento com a BiemKind Corporation, com o Biomm possuindo o direito de distribuição e comercialização do produto Insulina Glargina Humana ("Afreezza 6") no Brasil, a Companhia aguarda aprovação da ANVISA desde medicamento. Em 29 de Junho de 2017, a Companhia e o Conselho de Administração da Companhia aprovou o início das vendas do produto Confort Care, de acordo com o contrato firmado junto ao Laboratório Alfinda. No dia 25 de setembro de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União a Portaria nº 2.662, de 25 de setembro de 2017, Coreia do Sul, um acordo de exclusividade de fornecimento, distribuição e comercialização do medicamento Herceptin, medicamento, biossimilar indicado para o tratamento de câncer de mama. Este produto está em fase de aprovação do registro junto da ANVISA e da CMED. No dia 05 de outubro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Resolução – RE nº2652, o qual foi deferido pela ANVISA o pedido de cadastro do produto Lifepen G (canetas preenchidas para injeção de insulinas). A aprovação acima mencionada é documento da autorização de fornecimento, distribuição e comercialização do produto Lifepen G, que é um medicamento de uso hospitalar nacional, de canetas reutilizáveis para injeção de insulinas celebrado entre a Companhia e a empresa polonesa Copernicus - SPK O.O. em 01 de junho de 2017. Em 23 de outubro de 2017, a Companhia submeteu à ANVISA, para aprovação, o dossiê de registro do produto Afreezafl, insulina humana. A Companhia será responsável pelo registro do junto do órgão regulatório. Após a aprovação, o medicamento será submetido à Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos (CMED), e a partir desta liberação final, a MannKind Corporation fornecerá o Afreezafl para a Biomm, que será responsável pela promoção, distribuição e venda, com exclusividade, em todo o Brasil. No ano de 2018 a Companhia ainda em fase pré-operacional, deu continuidade na execução estratégica para iniciar a comercialização de insulinas e biossimilares e avançou com os trabalhos para a conclusão da planta industrial localizada em Nova Lima. No dia 26 de março de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 731, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da qual a Companhia foi aprovada para a Fundação Ezequiel Dias (FUNED), como parceiro privado da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do produto Insulina Glargina para o Sistema Único de Saúde. A parceria entre a Companhia e a FUNED será responsável por 100% da demanda de insulina Glargina no âmbito do PDP.

Em 16 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria em avançar com as negociações e eventualmente celebrar o contrato com a Celltrion Healthcare Co., Ltd, para o fornecimento e distribuição do medicamento Trusteo (Biossimilar Rituximabe), com exclusividade no Brasil. Em 30 de abril de 2018, foi publicado no D.O.U. o deferimento pela ANVISA do pedido do registro do monitor de calor e equivalentes do Afrezafl. No dia 25 de junho de 2018 foi assinado um contrato com a Bioton S.A. referente a prestação de serviços de coordenação de estudos clínicos para insulinas NPH e Regular no Brasil. No dia 9 de julho de 2018, foi publicado pela ANVISA, por meio da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Resolução - RE nº 1.792, de 5 de julho de 2018, no Diário Oficial da União, o deferimento do pedido de registro do produto Glargilin® (insulina glargina). No dia 8 de novembro de 2018, foi publicado no D.O.U. a manutenção do indeferimento pela ANVISA do pedido do registro dos produtos InsuBIOMM® Insulina Humana Regular e InsuBIOMM® NPH. Essa decisão impede a comercialização dos produtos por mais de dois anos. No que se refere ao intangível constituído, existem dois projetos em andamento: (i) Projeto Insulina em base de CMO (Contract Manufacturing Organization) com uma empresa alemã, que visa à produção, a partir da tecnologia da Biomm, de lotes de insulina para a utilização nos testes pré-clínicos e clínicos, sendo testes estes necessários para a obtenção da licença de produção e comercialização e (ii) Projeto Glargina: em processo de desenvolvimento interno. Para estes dois projetos, a Companhia realizou desembolsos de R$29.650 mil. No imobilizado em andamento que compreende a edificação e os equipamentos na planta alocada em Nova Lima, em conjunto com os ativos localizados na planta de Nova Lima o montante de R$1.614 mil, totalizando um investimento de R$107.603 mil. **Mercado de Capitais:** As ações emitidas pela Biomm são negociadas no Bovespa Mais, segmento da BM&FBOVESPA que tem como objetivo fomentar o crescimento de empresas sob o modelo de capitais, desde 2 de janeiro de 2014. No dia 7 de julho de 2018, foi aprovado o aumento de capital no valor de R$87.442 mil em ação da subscrição e total integralização de 12.473.938 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia. Com isso, o Capital Social da Companhia, passou de R$200.000 mil para R$ 287.442 mil, dividido em 47.782.714 ações ordinárias, e sem valor nominal. A partir de 18 de setembro de 2017, a Companhia deu início ao seu programa de formador de mercado para as ações ordinárias de sua emissão, a ação de formador de mercado tem o objetivo de fomentar liquidez para os ativos de Biomm, facilitando os negócios a serem promover o aumento de liquidez, o número de negócios e o índice de negociabilidade das ações da Companhia. **Governança Corporativa:** O conselho de administração da Companhia é composto por 8 (oito) membros, dos quais 2 são independentes. Os membros do Conselho de Administração são: Eduardo Fischer (Presidente do Conselho), Italo Aurélio de Oliveira Filho, Lia Francisco Novelli Vilella, Wilmário Silvino dos Mares Guia Neto, Eduardo Augusto Buarque de Almeida, Cláudio Luiz Lottenberg, Marco Aurélio Crocco Afonso, Dirceu Brás Aguiar Barbosa. A Companhia também mantém instalado três comitês consultivos de apoio ao Conselho: Comitês de Estratégia, o Comitê de Auditoria e o Comitê de RH e Remuneração. **Perspectivas:** Na área de Desenvolvimento de Negócios, a Companhia tem expectativa potencial parceiros que tenham produtos em desenvolvimento ou já registrados, que sejam adventes do portfólio da Biomm, sendo esses de endocrinologia, produtos hiperbólicos e que possam ser comercializados nos mesmos canais de distribuição dos produtos da Biomm. A Companhia também possui interesse em novos produtos na linha de medicamentos Biológicos como por exemplo anticorpos monoclonais para tratamento de câncer ou outras doenças crônicas. A Estes são crescimento sustentável e geração de valor para o negócio se faz presente na perspectiva de novos negócios, mas sempre mantendo o foco no atendimento das regras da ANVISA e dos demais órgãos reguladores, tanto para fabricação própria realizada pela Companhia ou nos processos produtivos dos parceiros. A Biomm ainda em ser sofrer da economia que considerarem prioritário e estruturante em uma cadeia tecnologicamente sofisticada. A Companhia será a única fabricante de insulina do país e estamos trabalhando para ser o fornecedor de produtos biofarmacêuticos no mercado brasileiro e também encontrar outras oportunidades de negócio de modo a oferecer ao mercado um portfólio de produtos inovadores. **Relacionamento com Auditores:** Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003 a Companhia informa que não contratou os auditores independentes, a ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S., para trabalhos diversos daqueles correlatos à auditoria externa. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade no desempenho dos trabalhos pelos auditores independentes não relacionados aos serviços de auditoria externa. Os serviços prestados não afetaram a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa, por se tratar de serviços de natureza não relacionada à auditoria externa, e que foram realizados para atender as determinações declaradam à Administração da Companhia. Nos termos da Instrução CVM 480/09, a Administração, em reunião realizada em 20 de março de 2019, declara que discutiu, revisou e concordou com as informações expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018. **BIOMM S.A.**
Belo Horizonte, 27 de março de 2019.

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	8.112	1.893	15.814	8.630
Aplicações financeiras no exterior	7	5.167	3.704	5.167	3.704
Aplicações financeiras	8	67.030	32.480	67.030	32.480
Contas a receber		622	66	622	66
Estoques	9	16.925	16.412	16.925	16.412
Impostos a recuperar		637	692	637	692
Despesas antecipadas		1.618	427	1.618	427
Ativos mantidos para venda		1.800	1.800	1.800	1.800
Outros ativos		158	158	240	158
Total do ativo circulante		102.157	57.630	109.853	64.367
Não circulante					
Aplicações financeiras	8	7.582	11.690	7.582	11.690
Depósitos Judiciais		1.016	-	1.016	-
Contas a receber com partes relacionadas	17	2.078	1.774	-	-
Despesas antecipadas		-	182	-	182
Outros ativos		969	827	969	827
Investimentos	10	1.039	578	-	-
Imobilizado	11	156.272	155.669	156.272	155.669
Intangível	12	29.324	29.083	29.991	29.768
Total do ativo não circulante		198.280	199.803	195.830	198.020
Total do ativo		300.437	257.433	305.683	262.387

	Notas	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fornecedores	13	18.809	17.956	18.915	18.032
Empréstimos e financiamentos	15	16.622	20.127	16.622	20.127
Impostos a recolher		413	839	413	839
Salários e encargos sociais	16	4.644	3.891	4.644	3.891
Outras contas a pagar		661	428	661	428
Total do passivo circulante		41.149	43.241	41.255	43.317
Não circulante					
Títulos a pagar	14	15.939	15.476	15.939	15.476
Empréstimos e financiamentos	15	136.697	134.843	136.697	134.843
Partes relacionadas	17	5.023	4.288	-	-
Adiantamento de clientes estrangeiros		-	-	10.169	8.682
Tributos diferidos	20	55	22	55	22
Outras contas a pagar		1.479	262	1.479	746
Total do passivo não circulante		159.193	154.891	158.339	159.769
Patrimônio líquido					
Capital social	21	287.442	200.000	287.442	200.000
Reserva de capital		14.194	12.366	14.194	12.366
Prejuízos acumulados		(195.864)	(153.302)	(195.864)	(153.302)
Ajuste de avaliação de conversão		317	237	317	237
Total do patrimônio líquido		106.089	59.301	106.089	59.301
Total do passivo e patrimônio líquido		300.431	257.433	305.683	262.387

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Receita operacional líquida	22	1.566	103	1.566	103
Custos de revenda de mercadorias e serviços prestados		(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
Lucro bruto		245	36	245	36
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas gerais e administrativas	23	(32.349)	(31.023)	(32.604)	(31.237)
Outras despesas e/ou receitas	23	(4.879)	(3.938)	(4.315)	(4.220)
Resultado de equivalência patrimonial	10	381	(180)	-	-
Prejuízo operacional antes do resultado financeiro		(36.602)	(35.387)	(36.674)	(35.421)
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	24	13.337	10.594	13.425	10.634
Despesas financeiras	24	(19.264)	(16.239)	(19.280)	(16.245)
Receitas (despesas) financeiras líquidas		(5.927)	(5.645)	(5.855)	(5.611)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		(42.529)	(41.032)	(42.529)	(41.032)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(33)	2.904	(33)	2.904
Prejuízo do exercício		(42.562)	(38.128)	(42.562)	(38.128)
Prejuízo por ação (em R$)					
Básico e diluído		(1,01)	(1,14)	(1,01)	(1,14)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Prejuízo do exercício	(42.562)	(38.128)	(42.562)	(38.128)
Outros resultados abrangentes líquidos não reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Ajuste de conversão de investida no exterior	80	54	80	54
Resultado abrangente total	(42.482)	(38.044)	(42.482)	(38.044)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Controladora e Consolidado 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de capital	Prejuízos acumulados	Ajuste de avaliação patrimonial	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	168.584	12.366	(115.174)	153	65.929
Integralização de capital	31.416	-	-	-	31.416
Prejuízo do exercício	-	-	(38.128)	-	(38.128)
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	84	84
Saldos em 31 de dezembro de 2017	200.000	12.366	(153.302)	237	59.301
Integralização de capital	87.442	-	-	-	87.442
Prejuízo do exercício	-	-	(42.562)	-	(42.562)
Opções de outorga reconhecidas	-	1.828	-	-	1.828
Outros resultados abrangentes:					
Ajuste de conversão de investida no exterior	-	-	-	80	80
Saldos em 31 de dezembro de 2018	287.442	14.194	(195.864)	317	106.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo do exercício	(42.562)	(38.128)	(42.562)	(38.128)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido				
Baixa do imobilizado	-	189	-	189
Depreciação/amortização	1.740	495	1.740	495
Resultado de equivalência patrimonial	(381)	180	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	33	(2.904)	33	(2.904)
Juros provisionados	9.612	7.803	9.612	7.803
Receitas financeiras	(3.582)	(2.248)	(3.668)	(2.271)
Variações cambiais não realizadas	229	32	1.247	141
Opção de ações outorgadas	1.828	-	1.828	-
	(33.083)	(34.581)	(31.770)	(34.675)
Variação nos ativos e passivos operacionais:				
(Aumento) redução de contas a receber	(556)	(66)	(556)	(66)
(Aumento) redução de estoques	(513)	(16.412)	(513)	(16.412)
(Aumento) redução de outros ativos	(2.954)	(148)	(2.954)	(148)
Aumento (redução) de fornecedores	(660)	6.521	(600)	6.521
Aumento (redução) de salários e encargos	753	702	753	702
Aumento (redução) de outros passivos	1.024	440	540	440
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(8.915)	(10.767)	(8.915)	(10.767)
	(11.921)	(19.730)	(12.345)	(19.730)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(45.004)	(54.311)	(44.115)	(54.405)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de imobilizado	(909)	(5.801)	(909)	(5.801)
Desenvolvimento de intangível	(236)	(6)	(236)	(6)
Depósitos bancários no exterior	(810)	5.961	(810)	5.961
Aplicações financeiras	(25.478)	(2.338)	(25.392)	(2.315)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(27.433)	(2.184)	(27.347)	(2.161)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Obtenção de empréstimos	-	41.872	-	41.872
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(8.787)	(4.065)	(8.787)	(4.065)
Pagamento de empréstimo com parte relacionada	-	(8.048)	-	(8.048)
Aumento de capital	87.442	27.622	87.442	27.622
Caixa proveniente das atividades de financiamento	78.655	57.381	78.655	57.381
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.218	888	7.193	815
Variação cambial sobre caixa	1	(4)	(9)	(18)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.893	1.011	8.630	7.833
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	8.112	1.893	15.814	8.630
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	6.218	888	7.193	815

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2018	Controladora 31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	Consolidado 31/12/2017
Receitas				
Receita relativa à construção de ativos próprios	2.210	6.069	2.210	6.069
Venda de mercadorias, produtos e serviços	1.619	122	1.619	122
	3.829	6.191	3.829	6.191
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
Custo relativo à construção de ativos próprios	(2.210)	(5.844)	(2.210)	(5.844)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.468)	(13.125)	(11.724)	(13.340)
Materiais consumidos	(14.999)	(19.036)	(15.255)	(19.271)
Valor adicionado bruto	(11.170)	(12.865)	(11.426)	(13.080)
Depreciação e amortização	(1.740)	(495)	(1.740)	(495)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	(12.910)	(13.360)	(13.166)	(13.575)
Resultado de equivalência patrimonial	381	(180)	-	-
Receitas financeiras	13.337	10.594	13.425	10.634
Outros	(1.805)	(819)	(1.236)	(818)
Valor adicionado recebido em transferência	11.913	9.595	12.189	9.816
Valor adicionado líquido total a distribuir	(997)	(3.765)	(977)	(3.759)
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal	17.303	16.671	17.303	16.671
Impostos, taxas e contribuições	4.998	1.453	5.002	1.453
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas financeiras	19.264	16.239	19.280	16.245
Remuneração de capitais próprios:				
Prejuízo do exercício	(42.562)	(38.128)	(42.562)	(38.128)
Valor adicionado líquido distribuído	(997)	(3.765)	(977)	(3.759)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Biomm S.A. ("Biomm" ou "Companhia") é uma Companhia de biotecnologia, em estágio pre-operacional, que detém tecnologia de insulinas pelo processo de DNA recombinante, que se caracteriza pelo uso de microrganismos em contrast com os processos puramente químicos. A Companhia foi fundada em 2001, através da cisão parcial da Biobrás S.A., a época, a maior produtora de biotecnologia da América Latina. A Companhia é uma sociedade anônima, que tem sua sede, desde o dia 8 de janeiro de 2018, na Avenida Regent, 705, Nova Lima, Estado de Minas Gerais e possui ações negociadas na BM&FBOVESPA Valores de São Paulo ("BOVESPA MAIS") sob o código BIOMM3. A Companhia possui um processo de produção de proteínas terapêuticas, utilizadas na produção de medicamentos, de características bioférmicas. Esse processo é patenteado nos Estados Unidos de América, Brasil e Índia. Implantação da unidade fabril: A Biomm continua o processo de implantação de uma unidade biofarmacêutica, em Nova Lima Minas Gerais, destinada à produção e comercialização de insulinas e outras proteínas biofarmacêuticas por engenharia genética (biofármacos). O modelo de construção da unidade industrial, fasiado e modular, permite à Companhia iniciar a comercialização de produtos adquiridos de terceiros por meio de parcerias comerciais junto à GanLee Pharmaceuticals Limited, da China, para o fornecimento de insulina análoga Glargina e a Biobon S.A. da Polônia, para o fornecimento de insulinas NPH e Regular. Adicionalmente, o modelo adotado permitiu à Companhia flexibilizar o modelo de negócio para realizar parcerias de comercialização de produtos biotecnológicos no tratamento de doenças, sem necessidade de investimento adicional. A conclusão da unidade fabril da Companhia encontra-se substancialmente finalizada. No entanto, ainda que ocorra a operação fabricação própria, a Companhia deverá se necessitar o seu comprometimento a respectiva validação, sendo que que ocorra a operação fabricação própria, a Companhia deverá se necessitar o seu comprometimento a respectiva validação, sendo que que os processos somente podem ser iniciados sobre produtos com registros aprovados pela ANVISA. Em 2015, a Companhia recebeu a Autorização de Funcionamento junto à Agência (AFE) concedida pela ANVISA. A AFE atesta a Companhia nos requisitos técnicos e administrativos para futura operação de importação e distribuição de medicamentos. Além dessa liberação, a ANVISA aprovou em fevereiro de 2016, através da publicação no Diário Oficial da União (D.O.U.), o registro do produto Canetá Descartável para aplicação de insulina da Biomm. Em fevereiro de 2017, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 551, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da Ezequiel Dias (FUNED), indicada como um dos entes privados selecionados para a Parceria para o Desenvolvimento Produtivo ("PDP") da demanda de Insulina Humana para o Sistema Único de Saúde. Isto que dizer que a Companhia será responsável por 50% da demanda de Insulina Humana no âmbito do PDP em parceria com a Fundação Ezequiel Dias - FUNED. Em 31 de maio de 2017, foi celebrado com a MannKind Corporation um acordo de exclusividade de fornecimento, distribuição e comercialização do produto Afreeza Inhaliator. Powder("Afreezy"). A Companhia será responsável por preparar e submeter os documentos necessários à aprovação registo/cadastro do Afreezy no Brasil incluindo a aprovação junto à ANVISA e, no que se refere aos aspectos pertinentes à precificação do produto, a aprovação junto à Câmara de Regulação de Mercado de Medicamentos ("CMED"). Uma vez obtida a aprovação de ambos os órgãos reguladores, a MannKind Corporation irá produzir e fornecer o Afreezy para a Companhia, que será responsável pelo fornecimento e distribuição do produto no Brasil. No dia 12 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital no valor de R$31.416 em razão da subscrição e total integralização de 4.481.495 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia correspondente ao valor máximo do aumento de capital aprovado na Reunião do Conselho de Administração de 23 de março de 2017. No dia 25 de setembro de 2017, a Companhia celebrou com a Celltrion Healthcare Co., Ltd, empresa sediada na Coreia do Sul, um acordo de exclusividade de fornecimento, distribuição e comercialização do medicamento Herceptin, medicamento biossimilar indicado para o tratamento de câncer de mama. Esse produto está em fase de aprovação de registro na ANVISA e CMED. No dia 29 de março de 2018, foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 731, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da qual a Companhia foi aprovada em parceria com a Fundação Ezequiel Dias (FUNED), como parceiro privado da Parceria para o Desenvolvimento Produtivo (PDP) do produto Insulina Glargina para o Sistema Único de Saúde. A parceira entre a Companhia e a FUNED será responsável por 100% da demanda de insulina Glargina no âmbito do PDP. Em 16 de abril de 2018, o Conselho de Administração autorizou a Diretoria em avançar com as negociações e eventualmente celebrar o contrato com a Celltrion Healthcare Co., Ltd, para o fornecimento e distribuição do medicamento Trusteo (Biossimilar Rituximabe), com exclusividade no Brasil. Em 30 de abril de 2018, foi publicado no D.O.U. o deferimento pela ANVISA do pedido do registro do aparelho inalador do Afrezafl. A Companhia permanece com os esforços para aprovação junto à ANVISA da cápsula que contém insulina que é utilizada no inalador. No dia 9 de julho de 2018, foi publicado pela ANVISA, por meio da Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos, Resolução - RE nº 1.792, de 5 de julho de 2018, no Diário Oficial da União, o deferimento do pedido de registro do produto Glargilin® (insulina glargina). Com a aprovação do registro, a Companhia, é detentora com exclusividade do fornecimento e distribuição do Glargilin®. No dia 8 de novembro de 2018, foi publicado no D.O.U. a manutenção do indeferimento pela ANVISA do pedido do registro dos produtos InsuBIOMM® Insulina Humana Regular e InsuBIOMM® NPH. Essa decisão impede a comercialização dos produtos por mais de dois anos. A Companhia tem a providências adequadas para a obtenção dos registros. No dia 23 de novembro de 2018 foi publicado pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos ("CMED"), os preços máximos do medicamento do princípio ativo do produto Glargilin®. No dia 26 de dezembro de 2018 foi publicado no D.O.U. a reprovação da proposta de Parceria para o Desenvolvimento Produtivo ("PDP") do produto Insulina Glargina, que a Companhia detinha junto à Fundação Ezequiel Dias ("FUNED"). Esta decisão anula, tema de outorga de opção de compra de ações da JV Gabas em favor da Biomm ME, sendo que a Companhia, ao ter seu percentual de participação diluído, tem a opção de compra de até 15% da JV Gabas por US$1.00 (um dólar). Em razão do histórico de atrasos e diversas adiamentos na implantação do projeto que trazem incertezas para a execução e sua efetividade, a Companhia decidiu não exercer um plano de negócios consistente com cenários confiáveis, decorrentes, principalmente das especificidades do ambiente regulatório, político e econômico saudita, a Administração, em 31 de dezembro de 2016, decidiu reconhecer perda ao valor recuperável da totalidade desse investimento. Já em 2017, a JV Gabas renovou todas as licenças pendentes desde 2016, porém, a continuidade dos empregados em posição de comando da Companhia ainda se mostrava incerta e, portanto, a Companhia decidiu por baixar os ativos e passivos da JV Gabas. Em 30 de dezembro de 2018 foi publicada no Diário Oficial da União a Portaria nº 551, do Ministério da Saúde (Portaria), por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos diretores estatutários e aos empregados em posição de comando da Companhia e/ou de suas controladas e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. No início do Plano, os beneficiários terão o direito de, observadas determinadas condições, adquirir ações da Companhia que sejam equivalentes a até 5% do capital social de ações ordinárias da sua emissão. Em 21 de dezembro de 2018 ocorreu a outorga do referido plano. Para maiores informações e impactos contábeis vide Nota Explicativa 21. No dia 7 de junho de 2018, foi homologado o aumento de capital no valor de R$87.442 em razão da subscrição e total integralização de 12.473.938 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal emitidas pela Companhia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis e julgamentos e estimativas significativas: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como controladora e consolidado, respectivamente. *Demonstrações financeiras consolidadas*: As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas tomando como base os padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* ("IFRIC"), implantados no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e suas interpretações técnicas ("ICPC") e orientações ("OCPC"), aprovadas pela Deliberação da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). *Demonstrações individuais da controladora*: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 e suas alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). A demonstração do valor adicionado, apesar de não requerida pelas IFRS, é obrigatória para as Companhias abertas no Brasil. Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período, sendo ajustada como informação suplementar de demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, as demonstrações foram preparadas e emanadas da Orientação Técnica OCPC07 na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Base de elaboração: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas com base no custo histórico como base de valor. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de transação. A Companhia avalia periodicamente as IFRS e CPC em vigor e, quando aplicáveis, as novas e revisadas IFRS e CPC emitidas e aprovadas pelo Conselho de Administração. c) Moeda funcional e de apresentação: A moeda funcional da Companhia e a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o Real ("BRL" ou "R$"). As informações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto onde indicado de outra forma. As cotações das principais moedas que impactam as operações da Companhia são:

	Cotações utilizadas para conversões em reais 31/12/2018	31/12/2017
Dólar Norte-Americano ("US$")	3.8748	3.3080
Euro ("EUR" ou "€")	4,4390	3,9693
Rial Arábia Saudita ("SR")	1,0330	0,8821

d) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação das demonstrações financeiras requer a Administração efetue estimativa e adote premissas no seu melhor julgamento e baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes, que afetam os montantes apresentados de ativos e passivos, bem como os valores das receitas, custos e despesas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material estão incluídas nas seguintes notas explicativas: *Nota Explicativa nº 10* - redução ao valor recuperável de investimentos em controlada em conjunto; *Notas Explicativas nº 11 e 12* - contabilização da vida útil e do valor residual dos bens do imobilizado e intangível; *Nota Explicativa nº 23* - valor justo de instrumentos financeiros. A Companhia revisa suas estimativas e premissas anualmente. Os efeitos decorrentes dessas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas. Para efeito de análise de impactos futuros das estimativas utilizadas, a Companhia generaliza os efeitos por meio de um plano de negócios estratégico de longo prazo.

**3

continuação **BIOMM S.A.** - CNPJ: 04.752.991/0001-10 **Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2018 e 2017 (Em milhares de reais)**

O saldo de aplicações financeiras do ativo não circulante, visam garantir a emissão de cartas fianças bancárias contratadas em instituições bancárias de primeira linha. Nesse sentido, houve as cessões de título de crédito (renda fixa) em decorrência das contratações de fianças bancárias, que tem como objeto a garantia complementar do: i) R$2.737 (R$2.602 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto à FINEP; (ii) R$1.130 (R$1.071 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto à FAPEMIG; (iii) R$2.745 (R$5.965 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto ao BNDES; (iv) R$870 (R$2.052 em 31 de dezembro de 2017) ao contrato de financiamento junto ao BDMG.

9. Estoques

	Controladora e Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Estoques em poder de terceiros	16.358	16.358
Custos incorridos em contratos com clientes	501	-
Mercadoria para revenda	49	54
Outros estoques	17	-
	16.925	16.412

O saldo de estoques em poder de terceiros refere-se à aquisição de produtos vinculados ao contrato junto a Celltion Healthcare.

10. Investimentos: a) A composição dos investimentos é como segue:

	Participação no capital social	Patrimônio líquido 31/12/2018	31/12/2017	Investimentos 31/12/2018	31/12/2017	Resultado de equivalência 31/12/2018	31/12/2017
Controladas direta:							
Biomm International	100%	1.117	626	1.117	626	401	(168)
Biomm Middle East	100%	(42)	(26)	(42)	(26)	(10)	(8)
Biomm Russia	100%	(36)	(22)	(36)	(22)	(10)	(4)
Controlada em conjunto:							
JV Gabas	15%	-	-	-	-	-	-
Impairment Gabas		-	-	-	-	-	-
				1.039	578	381	(180)

No ano de 2016, foi feito realizado um *impairment* do projeto da JV Gabas no valor de R$4.110, além da provisão do ajuste acumulado de conversão sobre este investimento no valor de R$2.260. Em 2018, a Administração manteve essa provisão conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. b) A movimentação dos investimentos é como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	578	754
Resultado de equivalência patrimonial	381	(180)
Ajuste acumulado de conversão	80	4
Saldo final	1.039	578

c) Os saldos totais das contas patrimoniais e de resultados das sociedades controladas, diretamente e indiretamente, e controladas em conjunto, considerados nas demonstrações financeiras consolidadas, podem ser assim sumarizados:

	Biomm International 31/12/2018	31/12/2017	Biomm Middle East 31/12/2018	31/12/2017	Biomm Russia 31/12/2018	31/12/2017
Balanço patrimonial						
Ativo circulante	7.702	6.737	-	-	-	-
Ativo não circulante, permanente e intangível	5.769	4.906	-	-	-	-
Total do ativo	13.471	11.643	-	-	-	-
Passivo circulante	2.177	2.329	-	-	-	-
Passivo não circulante	10.177	8.688	42	26	36	22
Patrimônio líquido	1.117	626	(42)	(26)	(36)	(22)
Total do passivo	13.471	11.643	-	-	-	-
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Resultado						
Receita líquida	-	-	-	-	-	-
Custo dos serviços prestados	-	-	-	-	-	-
Lucro bruto	-	-	-	-	-	-
Despesas gerais e administrativas	328	(202)	(10)	(8)	(10)	(4)
Outras despesas e/ou receitas	73	-	-	-	-	-
Resultado financeiro	-	34	-	-	-	-
Prejuízo líquido	401	(168)	(10)	(8)	(10)	(4)

(*) Representa 100% dos saldos do investimento.

11. Imobilizado (controladora e consolidado)

			Depreciação			
		Custo	acumulada	Líquido	Líquido
Instalações		5.078	(561)	4.517	48
Máquinas e equipamentos		5.281	(1.937)	3.344	798
Equipamentos de proc. de dados		692	(358)	334	158
Construções em andamento		107.603	-	107.603	76.834
Edificações		26.549	(566)	25.983	8.608
Terrenos		13.851	-	13.851	13.851
Adiantamento a fornecedor de imobilizado		-	-	-	55.075
Outros		913	(273)	640	297
		159.967	(3.695)	156.272	155.869

A movimentação do ativo imobilizado é como segue:

	Tx. deprec.	31/12/2017	Adições	Depreciação	Transferência	Baixa	31/12/2018
Instalações	10%	48	59	(498)	4.908	-	4.517
Máquinas e equipamentos	10%	798	22	(447)	2.971	-	3.344
Equipamentos de proc. de dados	20%	158	358	(150)	263	-	334
Construções em andamento	-	76.834	1.614	-	29.155	-	107.603
Edificações	1,5%	8.608	-	(411)	17.786	-	25.983
Terrenos	-	13.851	-	-	-	-	13.851
Adiantamento a fornecedor de imobilizado	-	55.075	482	-	(55.557)	-	-
Outros	19%	297	8	(125)	460	-	640
		155.869	2.248	(1.631)	(14)	-	156.272

	Tx. deprec.	31/12/2016	Adições	Depreciação	Transferência	Baixa	31/12/2017
Instalações	10%	54	1	(7)	-	-	48
Máquinas e equipamentos	10%	1.125	12	(151)	-	(188)	798
Equipamentos de proc. de dados	20%	192	6	(39)	-	(1)	158
Construções em andamento	-	71.080	5.377	-	377	-	76.834
Edificações	1,5%	8.763	-	(155)	-	-	8.608
Terrenos	-	13.851	-	-	-	-	13.851
Adiantamento a fornecedor de imobilizado	-	51.760	3.692	-	(377)	-	55.075
Outros	19%	323	38	(64)	-	-	297
		147.148	9.126	(416)	-	(189)	155.869

A rubrica "Construções em andamento no imobilizado" refere-se aos gastos da Companhia com os fornecedores prestadores de serviço para a construção da unidade fabril em Nova Lima. A despesa de depreciação no ano, no montante de R$1.631 (R$416 em 31 de dezembro de 2017), foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas". Em 31 de dezembro de 2018, foram capitalizados juros sobre empréstimos e financiamentos no imobilizado, cujo montante foi de R$1.325 (R$3.172 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados à taxa media de 7,92% a.a. Controladora e consolidado: Em 31 de dezembro de 2018, propriedades com valor contábil de (i) R$3.165 (equivalente ao valor do terreno adquirido para a construção da fábrica em Nova Lima) e (ii) R$19.449 (equivalente ao valor do terreno e edificações localizada em Jaboatão dos Guararapes) estão sujeitas a uma hipoteca registrada para garantir empréstimos bancários.

12. Intangível: A movimentação do intangível pode ser resumida como segue:

	Controladora					
	Tx. amortização	31/12/2017	Adição	Amortização	Transferência	31/12/2018
Testes e protótipos em andamento (*)	-	28.869	114	-	-	28.983
Software	20%	214	222	(100)	-	336
Marcas e Patentes		-	-	(9)	14	5
		29.083	336	(109)	14	29.324

	Controladora					
	Tx. amortização	31/12/2016	Adição	Amortização	Transferência	31/12/2017
Testes e protótipos em andamento (*)	-	28.554	315	-	-	28.869
Software	20%	267	6	(79)	-	214
		28.841	321	(79)	-	29.083

	Consolidado					
	Tx. amortização	31/12/2017	Adição	Amortização	Transferência	Variação cambial	31/12/2018
Testes e protótipos em andamento (*)	-	28.869	114	-	-	98	29.081
Software	20%	214	222	(100)	-	-	336
Marcas e patentes		-	-	(9)	14	-	5
		29.852	336	(109)	14	98	29.391

	Consolidado					
	Tx. amortização	31/12/2016	Adição	Amortização	Transferência	Variação cambial	31/12/2017
Testes e protótipos em andamento*	-	29.115	315	-	8	-	29.438
Software	20%	267	6	(79)	-	-	214
		29.402	321	(79)	8	-	29.652

(*) Em 2018, o saldo de testes e protótipos não estão concluídos, com isto, a Companhia não realizou avaliação de expectativa de vida útil definida ou indefinida. Esta avaliação será feita no momento em que o projeto desenvolvido estiver concluído.

A despesa de amortização no ano, no montante de R$109 (R$79 em 31 de dezembro de 2017), foi reconhecida no resultado na conta de "Despesas administrativas". O valor mais expressivo do intangível da Companhia refere-se a custos incorridos com investimento em CMO (Contract Manufacturing Organization) para testes clínicos e pré-clínicos, para produção de insulina na Fábrica de Nova Lima, ainda em fase de desenvolvimento. No ano de 2014, foi iniciado o processo de desenvolvimento interno para a futura produção de insulina Glargina. Os gastos com pessoal de pesquisa envolvidos no desenvolvimento desse protótipo, quando incorridos, são ativados na classe do intangível. Por fim, foram capitalizados juros sobre empréstimos e financiamentos no intangível, cujo montante foi de R$114 (R$315 em 31 de dezembro de 2017) na controladora e no consolidado. Os referidos encargos foram capitalizados à taxa media de 7,92%.

13. Fornecedores

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Circulante	18.809	17.958	18.915	18.032
	18.809	17.958	18.915	18.032

O saldo de fornecedores se trata de compromissos referentes a aquisição de estoques e a construção da fábrica em Nova Lima.

14. Tributos a pagar

	Controladora e Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Não circulante	15.938	15.416
	15.938	15.416

O montante de tributos a pagar refere-se à aquisição de três lotes de terreno localizados na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE) e os direitos possessórios e aquisitivos do trecho de uma rua localizada entre esses lotes, além dos bens móveis, utilidades e edificações incorporados ao ativo da Companhia. O saldo a pagar é corrigido pelo IPC-FIPE em bases anuais.

15. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado): Características dos empréstimos

Instituição financeira	Modalidade	Data da contratação	Vencimento final	Juros anuais	31/12/2018	31/12/2017
BNDES	Emprést. longo prazo	23/01/2014	2025	80.000 TJLP + 2,24%	57.761	60.333
BDMG FINEM	Emprést. longo prazo	23/09/2016	2025	20.000 TJLP + 3%	20.271	21.129
BDMG FAPEMIG	Emprést. longo prazo	23/01/2014	2025	30.000 5,32%	28.004	29.442
FINEP	Emprést. longo prazo	14/03/2014	2027	46.730 TJLP	43.274	45.907
Custos de captação de empréstimos					(1.991)	(1.841)
				157.750	147.319	154.970
Empréstimos curto prazo					16.916	20.363
Custos de captação de empréstimos					(294)	(236)
Total empréstimos curto prazo					16.622	20.127
Empréstimos longo prazo					132.394	136.448
Custos de captação de empréstimos					(1.697)	(1.605)
Total empréstimos longo prazo					130.697	134.843

Movimentação dos empréstimos

Contratos	31/12/2017 Circulante	Principal circulante	Total	Adições	Juros pagos mentos	Juros Adições	Juros circulante	31/12/2018 Total
BNDES	7.686	52.447	60.333	- (3.202)	4.928	(4.298)	9.107	48.854
BDMG - FINEM	2.696	18.433	21.129	- (1.094)	1.907	(1.671)	3.187	17.074
FAPEMIG	3.817	25.625	29.442	- (1.563)	1.474	(1.349)	4.500	23.504
FINEP	5.964	39.943	45.907	- (2.928)	2.862	(2.597)	112	43.162
TOTAL	20.363	136.448	156.811	- (8.787)	11.201	(9.915)	16.916	132.394

Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Não Circulante
2020	18.006
2021	20.911
2022	20.911
2023	20.911
2024 e após	49.958
	130.697

Além das garantias informadas anteriormente, (Nota Explicativa nº 8 - Aplicações financeiras e Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado), os empréstimos são garantidos por fianças dos acionistas controladores proporcionais às suas participações.

16. Salários e encargos sociais

	Controladora e consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Salários e encargos	1.084	9.080
Participação de resultados	2.770	2.501
Provisão de férias e 13º salário	796	582
	4.644	3.891

17. Transações com partes relacionadas: a) A seguir os saldos decorrentes das transações entre partes relacionadas, em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017
Ativo		
Partes relacionadas - Contas a receber - Biomm International (i)	2.078	1.774
Passivo		
Partes relacionadas - Biomm International (ii)	5.023	4.288
	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Passivo		
Adiantamento de clientes estrangeiros (iii)	10.169	8.682

(i) O saldo a receber em 31 de setembro de 2018, na controladora, refere-se ao saldo de Royalties sobre os direitos de tecnologia de produção de insulina da controladora para sua controlada direta, Biomm International. Esse saldo não possui a incidência de juros, é mantido em dólares norte-americanos e não possui provisões para perdas. (ii) O saldo a pagar com Biomm International refere-se ao mútuo firmado entre as partes. Esse saldo não possui a incidência de juros, e é mantido em dólares norte-americanos. (iii) Refere-se a saldo recebido sobre contrato de transferência de Tecnologia entre JV Gabas e Biomm International. (v) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores. A remuneração paga ao pessoal-chave da Administração está apresentada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Salários e outros benefícios de curto prazo a empregados	8.848	9.204
Plano de pagamento baseado em ações	1.828	-
Outros benefícios de longo prazo	91	136
	10.767	9.340

Os benefícios de curto prazo a empregados e administradores contemplam honorários e encargos sociais aos diretores e outros estratégico, assistência médica e outros benefícios não monetários, além de participação nos resultados aos diretores mediante o cumprimento das metas aprovadas pelo Conselho. Os benefícios de longo prazo contemplam o plano de previdência privada dos diretores. Em 30 de abril de 2018, através da Assembleia Geral Ordinária foi aprovado a verba global anual de 2018 destinada à remuneração fixa e variável da Administração da Companhia, no valor de até R$1.199.

18. Plano de previdência privadas: A Companhia oferece para seus colaboradores um Plano de Previdência Complementar do tipo PGBL - Plano Gerador de Benefícios Livres, de contribuição definida. As principais características deste plano são: (a) Fundo de contribuição definida: o participante terá ao final do plano o somatório dos recursos aportados pela Companhia e pelo participante e os rendimentos do plano ao longo do período de participação, (b) Contribuição normal da patrocinadora: a Companhia contribuirá em até 2,5% do salário nominal do participante, limitado à contribuição normal do participante, (c) A Companhia arcará com as taxas de administração do plano e com as despesas bancárias. (d) O benefício será concedido desde que observados os seguintes pré-requisitos: idade mínima de 60 anos; estar aposentado pela previdência oficial; tempo mínimo de contribuição ao plano de previdência privada de cinco anos. No exercício de 2018, a Companhia incorreu em R$187 (R$205 em dezembro de 2017) com despesas de contribuição nos planos de pensão.

19. Cobertura de seguros: A Companhia mantém apólices de seguro contratadas com uma das principais seguradoras do país, mas quais foram definidas por orientação de especialistas do segmento, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguro são:

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017
Riscos de engenharia	139.809	139.809
Responsabilidade civil executivos	25.000	25.000
Responsabilidade civil geral (Empresa)	6.000	6.000
Incêndio, explosões e fenômenos da natureza	29.413	29.622
Riscos diversos e recomposição de documentos	1.050	1.000

20. Imposto de renda e contribuição social (controladora e consolidado): a) O imposto de renda e a contribuição social são registrados com base na receita reconhecida e nos custos e despesas incorridos pelo regime de competência.

Devido ao atual estágio da Companhia, não foram auferidos imposto de renda e contribuição social correntes no exercício de 2018. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía prejuízos fiscais e base de contribuição social de R$ 41 e R$ 1 milhão, no montante total de R$192.089 (31 de dezembro de 2017 - R$150.186). Tal valor não está registrado contabilmente devido à inexistência de histórico de rentabilidade da Companhia e pelo estágio ainda pré-operacional da Companhia, conforme Nota 1. a) c) Imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte composição:

	Imposto de renda e contribuição social - diferido (controladora e consolidado) 31/12/2018	31/12/2017
Diferença temporária sobre variação cambial não realizada	230	92
Base de prejuízo fiscal - limitada a 30% sobre o total de IR e CSLL		
diferido passivo	(69)	(28)
Total	161	64
Alíquotas vigentes (25% de IRP e 9% de CSLL)	34%	34%
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo líquido	55	22
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - ativo	(23)	(9)
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo	78	31
Total do IRPJ e da CSLL diferidos - passivo líquido	55	22

b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo em 31 de dezembro de 2017	22	-
Prejuízo fiscal e base negativa realizados	(14)	-
Variação cambial líquida pelo regime de caixa	47	-
Saldo em 31 de dezembro de 2018	55	-

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social: A seguir a reconciliação dos montantes de imposto de renda e contribuição social registrados em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo líquido antes do imposto de renda e contribuição social	(42.529)	(41.030)
Alíquota nominal (34% IR/CS)	14.460	13.951
Adições permanentes	(772)	(1.165)
Exclusões permanentes	910	383
Diferido não constituído	(14.234)	(13.203)
Diferença temporária	-	2.938
Imposto de renda e contribuição social	(33)	2.904
Taxa efetiva	0%	7%

21. Patrimônio líquido: A movimentação acionária e do capital social da Companhia está demonstrada a seguir:

Evento	Data	Quantidade de ações (*) Ordinárias	Preferenciais	Capital social	Valor da ação
Saldo em 31/12/2016	31/12/2016	30.827.321	-	188.584	
Aumento de capital	29/03/2017 a 12/05/2017	4.481.455	-	31.416	7,01
Saldo em 31/12/2017	31/12/2017	35.308.776	-	220.000	
Aumento de capital	28/02/2018 a 25/05/2018	12.473.938	-	67.442	7,61
Saldo em 31/12/2018	31/12/2018	47.782.714	-	287.442	

(*) Número de ações apresentados por números inteiros

No dia 12 de junho de 2017, foi homologado o aumento de capital no valor de R$31.416 em razão da subscrição e total integralização de 4.481.455 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia. No dia 7 de junho de 2018, foi homologado o aumento de capital no valor de R$67.442 em razão da subscrição e total integralização de 12.473.938 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal emitidas pela Companhia. O capital total autorizado e integralizado da Companhia é de R$287.442. Os principais acionistas da Companhia em 31 de dezembro de 2018 são o Grupo TMG (16,44% das ações), BNDESPAR (12,23% das ações), W. Mares Guia (12,20% das ações), Grupo Emrich (8,96% das ações), Grupo Vinci (8,79% das ações), BDMGTEC (8,46% das ações), H. Mares Guia (7,68% das ações), o Grupo Gaetani (5,79% das ações), Grupo Cayuga (5,29% das ações). Os acionistas remanescentes somam 14,76% das ações. Reserva de capital: O valor da reserva é decorrente da subscrição com ágio, ocorrida em 2009. Adicionalmente, a reserva inclui os montantes relacionados ao plano de pagamento baseado em ações da Companhia. Dividendos: Aos acionistas é garantido um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos da legislação societária. Plano de opção de compra de ações: Em 30 de abril de 2018, por meio da Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado o Plano de Opção de Compra de Ações destinado aos administradores, colaboradores e prestadores de serviços da companhia ou de suas subsidiárias, que sejam indicados e aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia. O Plano administrado pelo Conselho de Administração da Companhia, observadas as limitações constantes do Plano, fixa o prazo, os beneficiários terão o direito, observadas determinadas condições, de subscrever ações da Companhia que sejam equivalentes a até 5% do número total de ações ordinárias de sua emissão. Em 31 de dezembro de 2018, foram outorgadas 809.217 opções do referido plano. As opções concedidas aos executivos elegíveis da Companhia, mediante "Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações", estão sujeitas ao cumprimento dos períodos de vesting, conforme cronograma abaixo, ou à ocorrência de Evento e Liquidez da Companhia, no qual ocorrerá transferência dos acionistas controladores ações em quantidade superior a 80% do total de ações. As condições de exercício das opções outorgadas em 31 de dezembro de 2018 têm as seguintes características: a) 1º lote (correspondente a 70% do total de opções outorgadas): cumprimento dos períodos de vesting, conforme cronograma abaixo; (i) exercício de até 21% do total das Opções do 1º Lote a partir da data de assinatura do Contrato de Opção; (ii) exercício de até 21% do total das Opções do 1º Lote a partir de 20 de fevereiro de 2019; (iii) exercício de até 14% do total das Opções do 1º Lote a partir de 20 de fevereiro de 2020; e (iv) exercício de até 21% do total das Opções do 1º Lote a partir de 19 de fevereiro de 2021. b) 2º lote: exercício de até 30% do total das opções outorgadas, sujeito à ocorrência de um evento de liquidez dentro do prazo de 10 (dez) anos contados da assinatura do Contrato de Opção. O preço de exercício corresponde ao valor de R$11,53 (que corresponde ao valor por ação fixado no aumento de capital da Companhia homologado pelo Conselho de Administração da Companhia em 30 de janeiro de 2014) atualizado pro rata temporis pela variação positiva do IPC-A mais 4% (quatro por cento) entre 30 de janeiro de 2014 e 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, o beneficiário deverá se comprometer a utilizar ABC do seu bônus anual e nesse caso, a Companhia atribuirá Bônus Complementar no mesmo valor do bônus destinado para exercício da opção se ainda estiver exclusivamente para exercício da opção. O valor justo na data da outorga, bem como as principais premissas utilizadas de acordo com o modelo de precificação Black-Scholes foram as seguintes:

Premissas	6º lote
Valor justo médio na data da outorga	3,08
Preço da ação	8,50
Volatilidade do preço da ação	30%
Taxa de retorno livre de risco	3,5%
Vigência média da opção (meses)	108

A volatilidade do preço da ação prevista é baseada na volatilidade histórica ajustada desde ao início da série histórica em 11/02/2000, sendo 230 meses anteriores à data da outorga. Os custos do Bônus Complementar, no qual a Companhia atribuirá ao beneficiário montante similar ao valor do bônus do beneficiário destinado ao exercício das opções, conforme Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, são mensurados pelo valor justo das ações na data do exercício, sendo reconhecidos no período entre base i) vesting das ações ordinárias da Companhia. Em 31 de dezembro de 2018, o impacto no patrimônio líquido foi de R$1.828 (Controladora e Consolidado) (0 em 31 de dezembro de 2017).

22. Receitas Líquida

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Vendas brutas de produtos e serviços	1.619	133	1.619	133
Impostos e outras deduções	(53)	(30)	(53)	(30)
	1.566	103	1.566	103

23. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Gasto com pessoal	(20.762)	(19.876)	(20.762)	(19.876)
Depreciação e amortização	(1.740)	(495)	(1.740)	(495)
Serviços de terceiros	(5.625)	(6.457)	(5.882)	(6.671)
Gastos de infraestrutura	(4.021)	(4.108)	(4.021)	(4.108)
Gastos com manutenção	(480)	(371)	(480)	(371)
Despesas com viagens	(1.359)	(1.470)	(1.358)	(1.470)
Taxas Diversas	(1.824)	(998)	(1.824)	(998)
Outras despesas administrativas	(1.297)	(1.468)	(728)	(1.468)
Custos	(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
	(38.549)	(35.310)	(38.240)	(35.524)
Representado por:				
Custos	(1.321)	(67)	(1.321)	(67)
Despesas gerais e administrativas	(32.349)	(31.023)	(32.604)	(31.237)
Outras despesas	(4.879)	(4.220)	(4.315)	(4.220)
Total	(38.549)	(35.310)	(38.240)	(35.524)

O incremento no valor da depreciação e amortização se deve, principalmente, a depreciação da estrutura em funcionamento da unidade fabril em Nova Lima.

24. Receitas e despesas financeiras

	Controladora 31/12/2018	31/12/2017	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras:				
Juros	4.425	3.312	4.512	3.336
Descontos financeiros obtidos	582	68	582	68
Variação cambial	8.330	7.214	8.331	7.230
	13.337	10.594	13.425	10.634
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	(9.763)	(7.971)	(9.763)	(7.971)
Juros passivos	(43)	(65)	(43)	(64)
Tarifas bancárias e IOF	(843)	(1.064)	(844)	(1.064)
Variação cambial	(8.614)	(7.133)	(8.631)	(7.145)
	(19.264)	(16.233)	(19.280)	(16.245)
Total	(5.927)	(5.640)	(5.855)	(5.611)

25. Lucro (prejuízo) por ação a) Básico: O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	Consolidado 31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo do exercício	(42.562)	(38.126)
Quantidade média ponderada de ações emitidas - ordinárias (milhares)	42.402	33.454
Prejuízo básico por ação - R$	(1,00)	(1,14)

b) Diluído: Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia emitiu um plano de pagamento baseado em ações. Em decorrência do resultado do exercício as opções não são consideradas para fins de diluição, uma que vez que sua conversão diminuiria o prejuízo por ação.

26. Instrumentos financeiros e gestão de riscos: Fatores de risco financeiro: A Companhia encontra-se sujeita a fatores de risco que podem prejudicar a Companhia são definidos como: a) Risco de mercado: a Companhia está sujeita a riscos de mercado como, taxa de câmbio, taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A gestão de risco financeiro da Companhia se concentra em minimizar possíveis efeitos adversos de mercado. A Companhia não utilizou instrumentos derivativos em operações findo em 31 de dezembro de 2018. i) *Risco de mercado:* Risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado que afetam a Companhia são: risco cambial e taxa de juros. a) Risco cambial: A Companhia implica riscos de câmbio em decorrência de operações de escalações cambiais do real em relação principalmente ao dólar norte-americano e euro. Os compromissos futuros da Companhia em moeda estrangeira incluem contratos de fornecedores estrangeiros e partes relacionadas. No caso de operações em moeda estrangeira, em relação às moedas estrangeiras, nas quais os compromissos estão atrelados, a Companhia incorrerá em acréscimo monetário com relação a tais compromissos. Os riscos cambiais específicos da Companhia estão associados às exposições geradas por seus compromissos assumidos de curto e longo prazos em moeda estrangeira. A administração da exposição cambial da Companhia considera diversos fatores econômicos atuais e projetados, além das condições de mercado. A Companhia gerencia risco cambial, bem sua exposição cambial aos investimentos em moeda estrangeira, dentro de seu plano de investimentos em sua nova unidade industrial, utilizando como instrumento financeiro a exportação dos recursos para conta corrente no exterior em moeda estrangeira, no montante previsto para liquidação de futuros compromissos em moedas estrangeiras. Em 31 de dezembro de 2018, uma parte dos compromissos financeiros da Companhia, já contratados, está atrelada ao dólar totalizando nesta data US$4.779 e ao euro totalizando nesta data EUR 54. Os valores correspondentes em reais eram de R$18.518 e R$240 respectivamente, utilizando a taxa de câmbio vigente em 31 de dezembro de 2017 de 3,8748 (reais por unidade de dólar) e 4,4398 (reais por unidade de euro). A Companhia possui ativos em dólares e euros, aplicados no exterior, por conta dos futuros investimentos previstos em seu projeto da construção da fábrica em Nova Lima.

	Consolidado 31/12/2018 Moeda estrangeira	Reais	31/12/2017 Moeda estrangeira	Reais
Caixa e equivalente de caixa disponível no exterior EUR	1.891	7.114	1.695	6.725
Depósitos bancários e aplicações financeiras US$	3.578	13.866	3.502	11.584
Compromissos em US$	(4.779)	(18.518)	(4.779)	(15.808)
Caixa líquido em US$	790	3.062	758	2.501
Caixa disponível no exterior EUR	2	9	3	12
Depósitos bancários e aplicações financeiras EUR	169	750	8	32
Compromissos em EUR	(54)	(240)	(2)	(8)
Caixa líquido em EUR	117	519	9	36

Considerando eventuais exposições cambiais, o cenário I abaixo apresenta o efeito no resultado para os próximos 12 meses considerando a manutenção da taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2018 e os demais cenários consideram um aumento de 25% e 50% no cenário III os impactos, para os próximos 12 meses, de uma possível valorização do real para saídas ativos e desvalorização do real para saídas passivos em 25% e 50%, respectivamente.

	Consolidado Cenário I (Provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+ 50%)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2018 em US$ - Análise para os próximos 12 meses	790	790	790
Taxa em US$ em 31/12/2018	3,8748	3,8748	3,8748
Taxa cambial estimada conforme cenários	3,8700 (i)	2,9061	1,9350
Diferença cambial líquida	(0,0048)	(1,1223)	(2,0398)
Impacto em reais	(162)	(887)	(1.611)
Exposição cambial líquida em 31 de dezembro de 2018 em € - Análise exposição para os próximos 12 meses	117	117	117
Taxa em € em 31/12/2018	4,4390	4,4390	4,4390
Taxa cambial estimada conforme cenários	4,1800 (i)	3,1350	2,0900
Diferenças entre taxas	(0,2590)	(1,3040)	(2,3490)
Impacto em reais	(30)	(153)	(275)

(i) Para o cenário em US$ e € foi considerado a taxa estimada para o dia 31 de dezembro de 2019, conforme Bovespa em 04 de fevereiro de 2019. (*) Foram considerados os cenários negativos de variação cambial do real para dólar e euro em função de em 31 de dezembro de 2018 a Companhia apresentar um saldo líquido positivo nessas moedas. b) Risco de taxas de juros: Risco de taxa de juros é o risco de valor justo dos fluxos de caixa ou instrumentos financeiros flutuem pelas variações das taxas de juros de mercado. A Companhia apresenta aplicações financeiras locais pós-fixadas, no caso o CDI. Dentre as aplicações financeiras da Companhia, em 31 de dezembro de 2018, um total de R$16.501 estava aplicado em operações de renda fixa, incluindo CDB, com liquidez diária em bancos de primeira linha. Além disso, a Companhia mantém aplicações em longo prazo no valor de R$7.582 referente a fianças bancárias em benefício a garantias junto à FAPEMIG, FINEP, BDMG e FINEM, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 8 A dívida financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é pós-fixada, vinculada à TJLP, com exceção do contrato firmado com a instituição FINEP que são pré-fixados. Uma vez que o histórico de variação da TJLP não é significativo, a Administração da Companhia entende que a exposição a taxa de juros não é relevante. O restante das aplicações, somam R$48.104, estava aplicado em um fundo de crédito privado também considerado em primeira linha. O fundo é classificado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA") como sendo fundo de Renda Fixa, e a sua meta será buscar rentabilidade que supere a variação verificada pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI) - CETIP, conforme é divulgado p

Governo vai intensificar diálogo para agilizar reformas, diz Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse na quarta-feira (27) que, a partir da próxima semana, o presidente Jair Bolsonaro vai intensificar o trabalho na interlocução com a população e com o Congresso Nacional para dar celeridade às reformas propostas pelo governo, entre elas a reforma da Previdência. Caiado se reuniu com Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

"O sentimento no presidente é que o ciclo de crise está terminando", disse. "Ele não tem nenhuma dificuldade em poder fazer aquilo que durante 28 anos ele praticou, que é a convivência com parlamentares e disse que chamará todos os líderes e presidentes de partido para o diálogo. Ele sabe da importância do Congresso Nacional para a governabilidade", afirmou Caiado.

De acordo com Caiado, Bolsonaro vem de um período de recuperação de sua saúde e de viagens e "agora terá mais tempo de conversar com presidentes e líderes partidários e de iniciar viagens pelo Brasil".

Em janeiro, o presidente passou pela cirurgia de reconstução do aparelho intestinal e retirada da bolsa de colostomia, usada por ele desde setembro do ano passado, quando ele foi esfaqueado no abdômen, durante um ato de campanha eleitoral em Juiz de Fora. Ele teve alta em 17 de fevereiro, após 17 dias internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Neste mês de março, Bolsonaro já esteve em viagem oficial aos Estados Unidos e ao Chile. No próximo domingo (31), desembarca em Israel, onde deve ficar até o dia 3 de abril. (Agencia Brasil)

Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. - CNPJ: 02.643.896/0001-52

Demonstrações Contábeis periodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Relatório da Administração: Prezados Acionistas: A administração da Real AI PIC Securitizadora de Créditos Imobiliários S.A. divulga o relatório da administração e as informações trimestrais com o relatório dos auditores independentes, referente ao período findo em 31/12/2018. As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e atendendo a Lei das S.A. - Lei 6.404/76 alteradas pela Lei 11.638/07 e pela Lei 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidas pela CVM. O relatório de gestão em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia e respectivas notas explicativas. A Companhia está registrada na CVM como companhia aberta, desde 14/09/1999 e Tesde 01/01/2010 está como categoria B. A Real Estate Mortgaloans Participações Ltda (CNPJ 17.261.861/0001-26), empresa do grupo WTorre, controlada pela WTorre S.A. é a controladora e detentora das 59.406 ações ordinárias, nominativas, e sem valor nominal da Companhia. **Títulos Creditórios e Certificados de Recebíveis Imobiliários:** Os direitos creditórios e os certificados de recebíveis imobiliários são indexados pelo IGPM. Nos vencimentos contratuais, cuja variação acumulada em 2018 foi de 7,54% (4,54% - 2017), foram recebidos os direitos creditórios da Volkswagen do Brasil Ltda e liquidadas as

Demonstrações do Resultados

Demonstrações do Resultados	Resultado Acumulado	
Despesas) receitas operacionais	Nota	2018	2017
Administrativas	10	(342)	(321)
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(342)**	**(321)**
Resultado financeiro		**6.298**	**6.287**
Receitas financeiras	11	44.830	25.908
Despesas financeiras	11	(37.732)	(19.621)
Resultado antes do IR e CS		**6.756**	**5.966**
IR e contribuição social			
Corrente	8.a	(2.273)	(1.739)
Diferido		(265)	
Lucro Líquido do Exercício		**4.483**	**3.962**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Demonstrações do Resultado Abrangente	Acumulado	
	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	4.483	3.962
Total do resultado abrangente de exercício	**4.483**	**3.962**

vendas imobiliárias e outras direitos. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Atualmente, exceto pelo caixa e aplicações financeiras que são avaliados pelo valor justo por meio do resultado, os demais ativos financeiros que a Companhia possui são os instrumentos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis. Os passivos financeiros que incluem os instrumentos de dívida e contas a pagar são avaliados ao custo amortizado. **e1. Ativos financeiros não derivativos:** Ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia torna-se parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo, líquido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Com exceção do contrato de mútuo firmado

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital Social	Reservas Legal	Reservas Acumulados	Lucros Adicionais Propostos	Dividendos Total	Saldo
Saldo em 31 de Dezembro de 2016	59	12	-	4.102	4.113	4.172
Dividendos Adicionais - AGE 28.04.2017 Jucesp 14.07.2017	-	-	-	(4.102)	(4.102)	(4.102)
Lucro Líquido do exercício	-	-	3.962		3.962	
Destinação do lucro: Dividendos adicionais propostos	-	-	(3.962)	3.962		3.962
Saldo em 31 de Dezembro de 2017	59	12		3.962	4.033	
Dividendos Adicionais - AGE 28.04.2018 Jucesp 10.05.2018	-	-		(3.962)	(3.962)	
Lucro líquido do exercício	-	-	4.483		4.483	
Destinação do lucro: Dividendos adicionais propostos	-	-	(4.483)	4.483		
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	59	12		4.483	4.554	

entre a companhia e sua controlada conforme nota explicativa 13.a. **e2. Passivos financeiros:** Passivos financeiros são inicialmente registrados ao custo amortizado. Todos os passivos financeiros são reconhecidos na data de negociação, na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros são reconhecidos pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mediados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. i. Custo de transação: Os custos de transação são aqueles custos de Bolsa de Valores Imobiliários no mercado, incorrendo custos, que envolvem a contratação de uma instituição para coordenar o processo de divulgação e captação de recursos. Esses gastos estão relacionados com a emissão de ações (custos diretamente ligados não incorrido) e apropriados ao resultado em função da fluência do prazo do contrato, com base no método de custo amortizado, conforme

Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto

Demonstrações do Fluxo de Caixa Indireto	2018	2017
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Lucro do Período	4.483	3.962
Ajustes por:		
Juros e Variação monetária s/passivo financeiro	37.503	19.464
Juros e Variação monetária sobre ativo	(45.179)	(26.201)
Apropriação de pagamentos operacionais	139	159
Despesas Diferidas	265	
Resultado após Ajustes	**(3.054)**	**(2.351)**
Aumentos/Diminuições nos Ativos Operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções-Direitos Creditórios	51.095	51.419
(Aumentos)/Reduções-Outros ativos e outros ativos	(723)	(1.025)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) -Obrigações Fiscais e outros	(43)	(102)
Caixa líquido gerado das ativ. operacionais	**47.275**	**47.941**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		
Liquidação de certif. de recebíveis imobiliários	(26.361)	(26.731)
Juros Pagos de certif. de recebíveis imobiliários	(18.822)	(20.752)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de Financiamento	**(47.183)**	**(47.483)**
Aumento/Redução Caixa e Equiv. de Caixa	**92**	**458**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	616	158
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	708	616
Aumento/Redução Caixa e Equiv. de Caixa	**92**	**458**

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	2018	2017
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados terceiros	(121)	(79)
Despesas com comunicação de trabalho	(139)	(159)
Comissões e despesas bancárias	(229)	(157)
Outros custos operacionais	(447)	(47)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(936)**	**(463)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre aplicações financeiras e outros	8	21
Remuneração sobre direitos creditórios	45.179	26.201
Valor adicionado total a distribuir	**44.651**	**25.759**
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	2.665	2.333
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	37.503	19.464
Remuneração de capitais próprios	4.483	3.962
Valor adicionado distribuído	**44.651**	**25.759**

Demonstrações do Fluxo de Caixa - são demonstrações que evidenciam a entrada e saída de caixa e seus equivalentes, em um período, classificados em operacionais, de investimento e de financiamento. **Demonstração do Valor Adicionado** - DVA - tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela companhia, quanto a não contratação de serviços não relacionados à auditoria, está embasada em princípios que preservam a independência do auditor. O contrato foi assinado em 10/04/2018, para emissão de uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras para o exercício a findar-se em 31/12/2018 e a revisão das Informações Trimestrais (ITR). **Declaração da Diretoria:** Em observância às disposições constantes da Instrução CVM 480/09, a diretoria declara que discutiu, revisou e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas a 31/12/2018. São Paulo, 06/03/2019.

Demonstrações do Fluxo de Caixa Líquidos - Método Indireto

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2018	2017
Lucro do Período	4.483	3.962
Ajustes por:		
Juros e Variação monetária s/passivo financeiro	37.503	19.464
Juros e Variação monetária sobre ativo	(45.179)	(26.201)
Apropriação de pagamentos operacionais	139	159
Despesas Diferidas	265	
Resultado após Ajustes	**(3.054)**	**(2.351)**
Aumentos/Diminuições nos Ativos Operacionais		
Ativos		
(Aumentos)/Reduções-Direitos Creditórios	51.095	51.419
(Aumentos)/Reduções-Outros ativos e outros ativos	(723)	(1.025)
Passivos		
Aumentos/(Reduções) -Obrigações Fiscais e outros	(43)	(102)
Caixa líquido gerado das ativ. operacionais	**47.275**	**47.941**
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de financiamento		
Liquidação de certif. de recebíveis imobiliários	(26.361)	(26.731)
Juros Pagos de certif. de recebíveis imobiliários	(18.822)	(20.752)
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de Financiamento	**(47.183)**	**(47.483)**
Aumento/Redução Caixa e Equiv. de Caixa	**92**	**458**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Período	616	158
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Período	708	616
Aumento/Redução Caixa e Equiv. de Caixa	**92**	**458**

Demonstração do Valor Adicionado

Demonstração do Valor Adicionado	2018	2017
Insumos adquiridos de terceiros		
Serviços prestados terceiros	(121)	(79)
Despesas com comunicação de trabalho	(139)	(159)
Comissões e despesas bancárias	(229)	(157)
Outros custos operacionais	(447)	(47)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(936)**	**(463)**
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre aplicações financeiras e outros	8	21
Remuneração sobre direitos creditórios	45.179	26.201
Valor adicionado total a distribuir	**44.651**	**25.759**
Distribuição do valor adicionado		
Remuneração do trabalho	2.665	2.333
Remuneração de capitais de terceiros - Juros	37.503	19.464
Remuneração de capitais próprios	4.483	3.962
Valor adicionado distribuído	**44.651**	**25.759**

Informações Financeiras - são demonstrações que evidenciam a riqueza gerada pela companhia e sua distribuição entre os fatores que contribuem para a sua formação. **Informações Contábeis** - são informações financeiras e operacionais que devem ser divulgadas pela companhia, de acordo com os princípios contábeis pertinentes que definem valor justo, os quais se referem a conceitos de avaliação e requerimentos de divulgação para ativos e valor justo. Especificamente quanto à divulgação, a Companhia aplica os requerimentos de hierarquização, que envolve três níveis de mensuração de valor justo. **Ativo Financeiro** - é qualquer ativo pode ser trocado, ou um passivo liquidado, entre partes

Revita Engenharia S.A.

CNPJ/MF nº 08.623.970/0001-55 - NIRE: 35.300.338.952

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária de 31/12/2018

Data, Hora e Local: 31/12/2018, às 09 horas, na sede, Avenida Gonçalo Madeira, 400FR, Térreo, Sala 1, São Paulo/SP. **Convocação: Dispensada. Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa: Presidente:** Tomoyuki Vargas Pereira da Silva - Presidente; José Francisco Diniz - Secretário. **Deliberações Aprovadas por Unanimidade: (i)** Aumento do Capital Social: de R$ 235.602.989,00, para R$ 252.373.188,00, um aumento de R$ 16.770.199,00, mediante a emissão de 16.770.199 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, no valor de R$ 1,00 por preço de emissão de R$ 1,00 por ação, para integralização por meio de conversão de créditos, nos termos do item (iii), e conforme Boletim de Subscrição, no valor de R$ 16.770.199, de ações ora emitidas, desprezado o valor de R$ 0,61 para fins de capitalização, fixado no artigo 5.º, §1º da Lei das S.A., subscritas e integralizadas pela acionista **Solví Participações S.A. ("Solví")**, CNPJ/MF nº 02.886.838/0001-50, após constitutivos arquivados na JUCESP sob o NIRE 35.300.158.903, com sede em São Paulo/SP. **(ii)** Dispensado o prazo de 30 dias para o exercício do direito de preferência em face da subscrição e integralização, tendo sido exercido pela **Servy Participações S.A.**, renunciado expressamente ao seu direito de preferência a fim de possibilitar a subscrição das novas ações ordinárias pela **Solví Participações S.A.**. **(iii)** O valor correspondente a R$ 16.770.199,00, de aumento de capital social é integralizado pela Solví mediante a somatória de crédito detido pela contra a Companhia no total de R$ 11.943.994,00 proveniente de crédito de contas a receber e a conversão de créditos que possui junto à Companhia, nos termos do Instrumento de Cessão de Crédito e Outras Avenças, celebrado entre **Solví** e a empresa Temvenetia Salvador S.A., no valor de R$ 4.826.205,59. **(iv)** Alterar, o caput do artigo 5º do Estatuto Social: ***Artigo 5º:*** *O capital social subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, é de R$ 252.373.188,00, divididos em 252.373.188 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma*". **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 31/12/2018. **Acionistas: Solví Participações S.A.;** e **Servy Participações S.A.**, ambas representadas por Pedro Henrique de Lima Vargas Pereira da Silva - Diretor. **Mesa:** Arnaldo Vargas Pereira da Silva - Presidente; Francivitto Diniz - Secretário. JUCESP nº 78.055/19-2 em 08/02/2019. Flávia Regina Britto Gonçalves - Secretária Geral.

WDPAR Investimentos e Participações S.A.

NIRE: 35.300.435.346 - CNPJ/MF: 15.249.209/0001-60

Extrato da Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 31/01/2019

Data, Hora e Local: 31/01/2019, às 09 horas, na sede social, Rua Augusto Farina, nº 259, São Paulo/SP. **Presença:** totalidade do capital social. **Mesa:** David Elias Watai - Presidente e Fernanda Ornellas dos Santos - Secretária. **Deliberações Aprovadas:** (i) Reeleição da diretoria, por mandato de 01 nova Ação Ordinária Nominativa, sem valor nominal, com preço de emissão de R$ 1,00 por ação, por meio de capitalização de parte dos créditos que o acionista Watai possui junto à Companhia, para o valor de R$ 2.327.000,00, correspondente a R$ 2.327.000,00 de Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal, atribuídas ao acionista David Elias Watai. **(iv)** Homologação da proposta de aumento do capital social, no valor de R$ 11.000 para R$ 600.010,00, dividido em 600.010 Ações Ordinárias Nominativas, sem valor nominal. **(v)** O resgate pela Companhia, de 240.005 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (as "Ações Resgatadas"), de emissão da Companhia e de titularidade do acionista David Elias Watai, com o consequente cancelamento das referidas ações e redução do capital social em R$ 240.005,00 (correspondente a R$ 1,00 por ação), no valor de R$ 257.099,00, de forma que pelo resgate ora aprovado o acionista terá direito a receber um valor total de R$ 257.099,00 (R$ 1,07 por ação). **(vi)** O Valor do Resgate será pago ao acionista mediante a dação em pagamento de R$ 257.099 quotas, com valor nominal de R$1,00 cada de emissão da Neuro Tecnologia da America Latina Importação e Exportação Ltda. (CNPJ/MF: 19.632.287/0001-99/ NIRE: 35.228.165.198) detidas pela Companhia. **(iv)** Em consequência do resgate e cancelamento das Ações Resgatadas, o acionista David Watai deverá receber R$600.010,00 por ação, sendo R$ 257.099 a quota de capital social, e o saldo de R$ 342.911,00 a ser pago em dinheiro. **Encerramento:** Nada mais, lavrou-se a ata. São Paulo, 31/01/2019. Acionistas: David Elias Watai; e ITA Sul, representada por David Elias Watai. Mesa: David Elias Watai - Presidente; Fernanda Ornellas dos Santos - Secretária.

Governo vai intensificar diálogo para agilizar reformas, diz Caiado

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, disse na quarta-feira (27) que, a partir da próxima semana, o presidente Jair Bolsonaro vai intensificar o trabalho na interlocução com a população e com o Congresso Nacional para dar celeridade às reformas propostas pelo governo, entre elas a reforma da Previdência. Caiado se reuniu com Bolsonaro, no Palácio do Planalto.

"O sentimento no presidente é que o ciclo de crise está terminando", disse. "Ele não tem nenhuma dificuldade em poder fazer aquilo que durante 28 anos ele praticou, que é a convivência com parlamentares e disse que chamará todos os líderes e presidentes de partido para o diálogo. Ele sabe da importância do Congresso Nacional para a governabilidade", afirmou Caiado.

De acordo com Caiado, Bolsonaro vem de um período de recuperação de sua saúde e de viagens e "agora terá mais tempo de conversar com presidentes e líderes partidários e de iniciar viagens pelo Brasil".

Em janeiro, o presidente passou pela cirurgia de reconstução do aparelho intestinal e retirada da bolsa de colostomia, usada por ele desde setembro do ano passado, quando ele foi esfaqueado no abdômen, durante um ato de campanha eleitoral em Juiz de Fora. Ele teve alta em 17 de fevereiro, após 17 dias internado no Hospital Albert Einstein, em São Paulo. Neste mês de março, Bolsonaro já esteve em viagem oficial aos Estados Unidos e ao Chile. No próximo domingo (31), desembarca em Israel, onde deve ficar até o dia 3 de abril. (Agencia Brasil)

Santana Administração de Bens Próprios S/A

CNPJ: 00.278.128/0001-74

Demonstrações Financeiras 2018 - Valores expressos em reais (R$)

Balanço Patrimonial

Ativos	31/12/2018	31/12/2017
Circulante	**409.318,21**	**(2.818.015,65)**
Disponível	45.596,06	34.391,50
Bens numerários	13,88	15,71
Depósitos bancarios a vista	86,52	86,72
Aplicações de liquidez imediata	49.495,66	34.289,07
Créditos	359.722,15	368.519,60
Adiantamentos à fornecedores	-	10.276,20
Adiantamentos a funcionarios	354,82	-
Impostos e contribuições	291.433,32	293.823,55
Tributos a recuperar	18.290,17	17.360,59
Despesas a reaver	47.623,34	47.059,24
Despesas pagas antecipadamente	-	(3.220.926,75)
Despesas de exercícios seguintes	-	(31.489.301,40)
Custos recretos a realizar	-	28.268.374,70
Não circulante	**11.304.046,36**	**3.921.277,90**
Realizável a longo prazo	895.760,17	1.368.475,86
Outros créditos	895.760,17	1.368.475,86
Conta corrente dos sócios	389.967,34	942.585,33
Depósitos judiciais	505.892,53	425.892,53
Imobilizado	10.408.286,19	2.552.802,04
Imobilizado por aquisição	113.681,72620	5.826.595,43
Construções em andamento	351,58	-
Depreciação/amortização/ exaustão acumulada	(2.824.986,28)	(3.824.986,28)
Depreciação acumulada	(448.805,11)	(448.805,11)
Total do ativo	**11.713.364,57**	**1.103.262,25**

Demonstração do Resultado

Receita operacional bruta	3.942.399,82	-
Outras atividades	3.942.399,82	-
(+) Deduções da receita bruta	(143.897,63)	-
Impostos incidentes sobre vendas	(143.897,63)	-
(+) Receita operacional líquida	3.798.502,19	-
(-) Custos	(683)	-
Dos serviços	(683)	-
Custos dos serviços	(683)	-
(=) Lucro bruto	3.797.819,19	-
(+/-) Despesas operacionais	(758.004,36)	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

Em atendimento aos Princípios Gerais de Contabilidade e à legislação vigente, as Demonstrações Contábeis e estas Notas Explicativas, estão expressas em Reais (R$). **Nota 1 - Sumário das Principais Práticas Contábeis:** As demonstrações financeiras foram elaboradas em obediência aos princípios de Contabilidade. Comercial, aos princípios das Leis societárias Andrômica e as Princípios de Contabilidade Geralmente aceites. **Nota 2 - Principais Práticas Contábeis: a) Determinação do Resultado:** O resultado é apurado em obediência ao regime de competência de exercícios, que foi de R$ 2.637.810,99. **b) Ativo Circulante e Ativo Não Circulante:** Ativos, referem-se a direitos, a receber decorrentes de operações de vendas efetuadas a prazo ou da conta presentação de serviços de qualquer natureza apresentados pelo valor de face e, quando couber, atualizados monetariamente e a valor de mercado. A provisão para contas de realização duvidosa é calculada com base na experiência da administração com perdas em anos anteriores, condição de mercado e situação economica. Os estoques são demonstrados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores, respectivamente, ao custo de reposição e ao valor de realização. A existência de saldos em aplicações financeiras está demonstrada pelo valor de aplicação, acrescido dos rendimentos correspondentes, apropriados até a data do balanço, computados os custos incorridos. O ativo imobilizado é demonstrado ao custo ou valor de avaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 03. **c) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante:** Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros incorridos e variações monetárias ou cambiais incorridas até a data do balanço. **Nota 3 - Imobilizado:** Ativos pelo custo original mais reavaliação efetuada, e depreciação, pelas taxas estabelecidas na legislação vigente.

Imobilizado	Custo	Depreciação Anterior	Depreciação 2017	Depreciação 2018	Líquido
Veículos	178.895,93	-	-	-	178.895,93
Fornos	20.173,51	20.173,51	-	-	20.173,51
Moveis e Utensílios	20.101,09	16.142,11	1.175,18	-	3.958,98
Benfeitorias em Imoveis de Terceiros	801.451,40	448.805,11	352.646,29	352.646,29	-
Terreno	2.150.000,00	-	2.020.084,64	2.150.000,00	-
Imóveis	12.016.000,00	2.788.670,46	-	10.901.329,34	-
Total	**13.681.726,00**	**485.120,73**	**2.352.802,04**	**13.196.605,37**	

Nota 4 - Coberturas de seguros: Face à natureza de suas atividades a empresa adota a política de contratar cobertura de seguros com base no conceito secundário de "perda máxima provável", o que representa em média o valor máximo passível de ocorrer em um mesmo evento. **Nota 5 - Patrimônio Líquido:** O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados. Composição do Patrimônio Líquido: Capital Líquido da Sociedade/Sócios distribuído nas seguintes rubricas:

	2017	2018
Patrimônio Líquido	4.031.252,71	11.550.597,40

Pedreira/SP - 31/12/2018

Raul Rafael Lopes - Procurador Administrador / Contador CRC 1SP193330/O-9 - CPF: 272.845.668-25 - RG: 28.054.831-8

BIOMM

BIOMM S.A.

CNPJ/MF Nº 04.752.991/0001-10 - NIRE 31.300.016.510

Companhia Aberta

CVM 01030-5

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Senhores Acionistas da Biomm S.A. ("Companhia") na forma prevista no artigo 124 da Lei 6.404/1976, e comparecerem à Assembleia Geral Ordinária ("Assembleia"), a realizar-se no dia 30 de abril de 2019, às 14:00hs, na sede social da Companhia, situada na Avenida Regent, nº 705, Alphaville Lagoa dos Ingleses, CEP 34018-000, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, a fim de deliberarem sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **I)** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018; **II)** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018 e aprovar a distribuição de dividendos, se houver; e **III)** Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2019. Todos os documentos e informações pertinentes às matérias a serem examinadas e deliberadas na Assembleia, incluindo esse Edital, a Proposta do Conselho de Administração da Companhia e aqueles exigidos pelo artigo 133 da Lei 6.404/1976 e pela Instrução CVM nº 481/09 estarão disponíveis aos acionistas na sede da Companhia, bem como no seu website (www.biomm.com) no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site da BM&FBovespa (www.bmfbovespa.com.br). Para participação e deliberação na Assembleia presencialmente ou por meio de procurador, os acionistas deverão apresentar comprovante de titularidade de ações e de identidade, conforme o caso, nos termos da Instrução Normativa nº 481/09 da CVM: (i) Pessoas Físicas: documento de identificação com foto; (ii) Pessoas Jurídicas: cópia autenticada do último estatuto ou contrato social consolidado e dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is); (iii) Fundos de Investimento: cópia autenticada do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além dos atos societários outorgando poderes de representação (ata de eleição dos diretores e/ou procuração), bem como documento de identificação com foto do(s) representante(s) legal(is). Aos acionistas que se fizerem representar por meio de procurador, solicitamos que o instrumento de mandato, nos termos do artigo 126 da Lei 6.404/1976, seja depositado na sede da Companhia, preferencialmente com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da realização da Assembleia. Os acionistas também poderão exercer seu direito de voto por meio do boletim de voto a distância. Neste caso, os acionistas poderão: (i) preencher o Boletim de Voto e enviá-lo diretamente à Companhia; (ii) transmitir as instruções de voto por Escriturador ou por seus agentes de custódia que prestem esse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central. Para informações adicionais, os acionistas deverão observar as regras previstas na Instrução CVM nº 481/2009, conforme alterada, bem como os procedimentos descritos no boletim de voto a distância disponibilizado pela Companhia. Nos termos do artigo 28 da Instrução CVM nº 165/91 e do artigo 4º da Instrução CVM nº 481/09, informamos que o percentual mínimo de participação no capital social votante necessário à requisição da adoção do processo de voto múltiplo para eleição dos membros do conselho de administração é de 5% (cinco por cento). Belo Horizonte, 28 de março de 2019. **Guilherme Caldas Emrich - Presidente do Conselho de Administração.**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO - COMARCA DE SÃO PAULO - FORO REGIONAL XV - BUTANTÃ - 1ª VARA CÍVEL - Avenida Corifeu de Azevedo Marques, 148/150 - Butanta - CEP05582-000 - Fone: (11) 3721-6399 - E-Mail: butantacivel@tjsp.jus.br - **EDITAL de INTIMAÇÃO** - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0007854-43.2018.8.26.0704**. A MM. Juíza de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, **Dra. Fernanda THOMAZ PREVEDELLO NUNES**, na forma da Lei, **FAZ SABER a CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA CAMPOS,** CPF 418.829.258-07, atualmente em lugar ignorado, que pelo presente, **FOI DADO INTIMAR o CUMPRIMENTO DE SENTENÇA** movido por **BANCO CITIBANK S/A,** fica **INTIMADO** por **EDITAL**, para, no prazo de **15 dias**, a fluir após os **20 dias** supra, **PAGUE o DÉBITO** de R$ 28.174,07 (vinte e oito mil, cento e setenta e quatro reais e sete centavos) acrescido de cominações legais, **SOB PENA de ACRÉSCIMO de MULTA** de 10% e de **HONORÁRIOS** de 10% (art. 523, § 1º do CPC), os quais incidirão sobre o restante, caso pagamento parcelar seja feito com a penhora de bens e avaliação. Fica também **CIENTE** que não pagando e independentemente de penhora ou nova intimação deverá apresentar a **IMPUGNAÇÃO.** Será o presente edital, que deverá, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Expedido e passado nesta cidade de São Paulo, aos 21 de março de 2019.

27 e 28/03

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0010015.55.2013.8.26.0008. Dr. Paulo Guilherme Amaral Toledo, Juiz de Direito da 1ª Vara Cível do Foro Regional do Taiuapé/SP FAZ SABER a MARIA ALINE COSTA CPF 319.494.078-37 Todo: Banco Santander (Brasil) S/A Se ajuizou ação de Busca e Apreensão, convertida em ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 24.832,21 (agosto de 2017), representado pelo Contrato de Crédito Bancário - CDC - nº 9800000107-0 Contrato: 9800000107-0 Interna nº 008300001329080168. Estando a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer o pagamento mediante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 497,27 e R$ 378,29. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado seguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2019.

27 e 28 / 03 / 2019

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0085799-75.2018.8.26.0100. O MM. Juiz de Direito da 41ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr. MARCELO AUGUSTO OLIVEIRA, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Sandra Moreira Simão (CPF: 274.079.648-07), que o mandado monitório, expedido nos autos da ação Monitória, ajuizada por Credito Real S/A em face de Credito Bancário - CDC - nº 9800000107-0 Contrato: 9800000107-0 Interna nº 008300001329080168, foi distribuído, tendo a executada em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 03 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer o pagamento mediante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em penhora o arresto procedido sobre as quantias bloqueadas judicialmente de R$ 497,27 e R$ 378,29. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado seguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 08 de fevereiro de 2019.

27 e 28 / 03 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1048506-96.2014.8.26.0002. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro Regional II - Santo Amaro, Estado de São Paulo, Dr(a). Carlos Eduardo Santos Pontes de Miranda, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) WIDENES ANDRES DE OLIVEIRA - PESSOA JURÍDICA, CNPJ 11.094.955/0001-71, WIDENES ANDRES DE OLIVEIRA, CPF 152.737.288-00, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Banco Bradesco S/A, lhes ajuizou ação de Execução, objetivando a quantia de R$ 77.042,74 (outubro de 2014), representada pela Cédula de Crédito Bancário Empréstimo de Capital de Giro nº 007.864.937. Estando os executados em lugar ignorado, expedese edital, para que em 03 dias, a fluir do 20 dias supra, pagueem o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargueem ou reconheçam o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 15 de março de 2019.

27 e 28 / 03 / 2019

EDITAL DE CITAÇÃO PRAZO

IGARAÇU S.A. ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES - CNPJ nº 00.491.010/0001-77

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL SOCIETÁRIO (EM R$) 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
Ativo Circulante		
Bancos/Caixa	0,00	0,11
Total Ativo Circulante	**0,00**	**0,11**
Ativo não Circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Créditos Igaraçu Auto Posto	11.902,71	30.513,90
Créditos Igaraçu Corretora	54.115,27	54.115,27
Créditos Igaraçu Indústria e Comércio	1.366.543,31	1.366.543,31
Total Realizável a Longo Prazo	**67.384,52**	**85.995,71**
Investimentos		
Igaraçu Auto Posto	1.403.419,74	1.336.641,16
Outros Investimentos	3.719,42	3.719,42
Total Investimentos	**1.407.139,16**	**1.340.360,58**
Imobilizado		
Imobilizados	25.235,77	25.235,77
(-) Depreciação Acumulada	(5.055,94)	(5.055,94)
Total Imobilizado	**20.179,83**	**20.179,83**
Total Ativo Circulante	**1.494.703,51**	**1.446.536,23**
Total Ativo	**1.494.703,51**	**1.446.536,23**

	2018	2017
Passivo Circulante		
Tributos a Recolher/Ano Futuro		
Aumento de Capital	1.300,00	1.300,00
Total Passivo Circulante	**1.300,00**	**1.300,00**
Não Circulante		
Patrimônio Líquido		
Capital Social	285.740,00	285.740,00
Reserva de Capital	1.768,05	1.768,05
Reserva de Lucros a Realizar	1.157.728,18	1.033.462,03
Prejuízos Acumulados	48.167,28	124.265,15
Total Patrimônio Líquido	**1.493.403,51**	**1.445.236,23**
Total Passivo	**1.494.703,51**	**1.446.536,23**

GUILHERME FERNANDES
Diretor Presidente - CPF: 171.808.218-53

PEDRO PICOLLI - Técnico em Contabilidade
CRC: 1SP097573/O-2 - CPF: 710.477.358-49

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

	2018	2017
Receitas		
Equivalência Patrimonial	66.778,58	141.774,66
Total Receitas	**66.778,58**	**141.774,66**
Custos e Despesas Operacionais		
Equivalência Patrimonial Negativa	-	-
Despesas Diversas	18.611,30	17.508,51
Total Despesas	**18.611,30**	**17.508,51**
Lucro Líquido do Exercício	**48.167,28**	**124.266,15**

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS (EM R$) 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017
Saldo Inicial Lucros/Prejuízos Acumulados	**124.266,15**	-
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	-	-
(+/-) Lucro ou Prejuízo do Ano	48.167,28	124.266,15
Lucro/Prejuízo total disponível	**172.433,43**	**124.266,15**
(-) Transferências Para		
(-) Reserva Legal	-	-
(-) Reserva Estatutária a Realizar	124.266,15	-
(=) Saldo de Lucros/Prejuízos Acumulados	**48.167,28**	**124.266,15**

ISEC SECURITIZADORA S.A. - CNPJ/MF nº 08.769.451/0001-08 - NIRE 35.300.340.949

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral de Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. (SUCESSORA POR INCORPORAÇÃO DA ISEC BRASIL SECURITIZADORA S.A PARTIR DE 01/08/2017).

Ficam convocados os Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 30ª e 31ª Séries da 1ª Emissão da ISEC SECURITIZADORA S.A. ("**CRI**" e "**Securitizadora**", respectivamente), nos termos das cláusulas 14.2, em especial a cláusula 14.15, dos respectivos Termos de Securitização dos Créditos Imobiliários de Certificados de Recebíveis Imobiliários da 29ª, 30ª e 31ª Série ("**TS**") a reunirem-se em 2ª convocação para Assembleia Geral de Titulares de CRI, a realizar-se no dia 05/04/2019, às 10:00h, na Rua Tabapuã, nº 1123, cj. 215, Bairro Itaim – São Paulo – SP para deliberarem nos termos da carta enviada pela Grico Urbanismo Ltda. ("**Devedora**") em 18 de fevereiro de 2019, sobre: (i) Concessão de prazo adicional de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da 03/03/2019, conforme deliberado na Assembleia Geral dos Titulares de CRI realizada em 27 de dezembro de 2018, para que a Devedora sane o inadimplemento junto ao Banco Santander S.A. em montante superior a R$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), do modo a não incidir em hipótese de vencimento antecipado dos CRI, conforme cláusula 6.1. alínea "(h)" do Instrumento Particular de Contrato de Financiamento Imobiliário ("Contrato de Financiamento"); (ii) Alteração do quórum mínimo para instalação de assembleia geral de titulares em primeira convocação, nos termos da cláusula 14.5 do TS, para que passe a constar, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) mais um dos CRI em circulação; e (iii) Autorizar a Securitizadora, em conjunto com a Securitizadora, realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos que se façam necessários para implementar o deliberado nos itens (i) e (ii) acima. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que o quórum de instalação da assembleia em segunda convocação é com qualquer número de presentes, sendo que o quórum de deliberação é de maioria absoluta (50% mais um) dos CRI em circulação. Os titulares dos CRI poderão se fazer representar na assembleia por procuração, emitido por instrumento público ou particular, acompanhada de cópia de documento de identidade do outorgado, bem como todos e demais documentos necessários para a verificação dos poderes, inclusive, mas não exclusivamente, regulamentos de fundos e contrato social de gestores destes fundos. Todas as procurações devem ser apresentadas com o reconhecimento de firma ao abono bancário do signatário. Para que a verificação de quórum seja feita de forma eficaz, os titulares dos CRI que optarem por se instrumentos de mandato com poderes para representação e voto na referida assembleia sejam encaminhados à Securitizadora e à Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários ("**Agente Fiduciário**"); (i) por e-mail, para gestao@inactual.com.br e assembleia@pentagonotrustee.com.br ou (ii) enviados diretamente à Securitizadora e ao Agente Fiduciário nos endereços sedes, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência em relação à data de realização da assembleia, devendo apresentar-se com 30 (trinta) minutos de antecedência, munidos do respective documento de identidade, bem como, dos documentos originais previamente encaminhados por e-mail à Securitizadora e ao Agente Fiduciário. São Paulo, 27 de março de 2019. **ISEC SECURITIZADORA S.A.**

Gaia Cred II Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. - CNPJ/MF 25.116.715/0001-35

Relatório da Administração

Fundada em 1º de julho do ano de 2016, a Gaia Cred I Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. ("Companhia") está situada na Rua Ministro Jesuíno Cardoso, 633, 6º Andar - Vila Nova Conceição - São Paulo, na cidade de São Paulo. Sua missão é estruturar e emitir Debêntures, lastreadas em diversos segmentos de créditos financeiros. Nos últimos anos o uso da securitização, importante fonte de captação de recursos para o setor privado, tem crescido muito e continua acelerado nos principais mercados globais. Inclusive no Brasil, onde as condições econômicas têm contribuído para que esta forma de investimento ganhe popularidade entre empresas e investidores. Para tornar-se líder e impar na emissão de Debêntures no Brasil, a Companhia oferece a seus clientes vantagens competitivas frente às linhas de financiamento atualmente disponíveis do mercado financeiro, dentre elas a captação de recursos de longo prazo, desintermediação bancária, operações bem estruturadas com abundância de garantias e baixo custo final. A securitização de recebíveis financeiros tem se tornado uma estratégia de captação de recursos para as empresas, principalmente porque a queda relativa das taxas de juros dos últimos anos tem atraído novos investidores dispostos a incorrerem em maior liquidade de seus investimentos permitindo a diversificação de fonte de captação. Dessa forma, a securitização passou não só a financiar o capital de giro das companhias, como também a auxiliar a recuperação da carteira de créditos duvidosos, de maneira competitiva e segura tanto para as empresas quanto para as instituições financeiras. Em 2018, a Gaia Cred II quer estar cada vez mais próxima dos clientes e investidores, sempre atendendo em eficiência, transparência e segurança de análise e gestão de fundos e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, oferecendo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2018 e 3 (três) séries de Debêntures no ano de 2017. O nosso objetivo é ser um dos maior securitizadores em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nos conhecer ideais, acreditamos que um bom ambiente de trabalho proporciona melhores resultados, porém o sucesso estará sempre baseado na força de vontade, na dedicação e na garra para atingir nossos objetivos. Em 2017 foi criado o Comitê de Investimentos Financeiros para se fazer da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003 ("ICVM 381"), a Administração da Companhia informa que durante todo ano de 2017, a Mazars Auditores Independentes S.S., conforme item 3 (três) séries de Debêntures no ano de 2017 O nosso objetivo é ser um dos maior securitizadores em volume, mas ser a empresa com melhor capacidade de estruturação e gestão, assim obtendo reconhecimento de clientes e investidores como a melhor opção dentre as securitizadoras. Seguimos nos conhecer ideais, acreditamos que um melhor capacidade interna de controles e sistemas e com sua proposta inovadora no mercado, nos tornamos pioneiros no mercado de securitização financeira, oferecendo 2 (duas) séries de Debêntures no ano de 2018 e 3 (três) séries de Debêntures no ano de 2017.

Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.

CNPJ nº 61.584.223/0001-38

Relatório da Diretoria

Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos à apreciação de V. Sas., os Balanços Patrimoniais levantados em 31/12/2018 e 31/12/2017, bem como as Demonstrações de Resultados dos Exercícios, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do Parecer dos Auditores Independentes. A Construcap, com claro objetivo de oferecer serviços dentro de um rígido padrão de qualidade a seus clientes vem buscando o aprimoramento e controle constante de seus processos. Dentro desta visão, informamos que estamos certificados atualmente pelos seguintes programas: **Norma NBR ISO 9001/2015 -** Certificado nº 5-1166 - Sistema de Gestão da Qualidade - Construção de Edifícios Comerciais, Residenciais e Industriais, Obras de Infraestrutura, incluindo Movimento de Terra, Pavimentação, Saneamento, Pontes, Viadutos e Túneis. Construção e Montagem de Dutos Industriais para Gás e Petróleo e derivados. Obras de Montagem Eletromecânica e Gerenciamento de ERC -Engenering Procurement and Construction. **Norma OHSAS 18001/2007** - Certificado nº A-686 - Occupational Health and Safety Assessment Series - Série de normas sobre segurança e saúde ocupacional. Em março de 2002, obtivemos certificação por esse conjunto de normas que estabelece requisitos relativos a um sistema de gestão de segurança e saúde ocupacional, permitindo a Companhia a formulação de uma política e objetivos a serem atendidos que previnam acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. **Norma NBR ISO 14001/2015 -** Certificado nº C-1521 - Sistema de Gestão Ambiental - Em janeiro de 2006 obtivemos certificação, a qual passou a fazer parte do conjunto de normas do Sistema de Gestão Ambiental (qualidade, segurança, saúde ocupacional e meio ambiente). **Norma PBQPH Nível "A"** - Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade - Programa do Governo Federal para construção de obras habitacionais, saneamento básico e obras viárias, rodoviárias, drenagem, terraplanagem, pavimentação, manutenção viária, sinalização e obras de arte - Atestado de Qualidade para Execução de Obras e Edificações (Certificado nº 5-1170), Obras de Saneamento Básico (Certificado nº 5-1167), Obras Viárias (Certificado nº 5-1169) e Obras de Artes Especiais (Certificado nº 5-1168). A Diretoria coloca-se à disposição dos prezados acionistas para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 13 de março de 2019

A Diretoria

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

Ativo	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	634	776	974	1.013
Títulos e valores mobiliários	6	13.252	79.980	34.601	90.219
Contas a receber de clientes	6	200.162	192.624	288.451	192.632
Impostos e contribuições a compensar	7	20.753	33.147	23.423	34.845
Cauções de obras a receber	–	–	–	122	122
Adiantamentos a fornecedores	–	1.513	1.143	6.978	7.157
Estoques	8	46	48	60	2.893
Outras contas		3.084	13.531	2.355	13.605
		239.545	321.249	356.964	342.545
Não circulante					
Partes relacionadas	9 (a)	13.246	53.792	748	282
Contas a receber de clientes	6	96.247	92.436	417.288	92.436
Processos judiciais	–	19.578	17.923	19.578	17.923
Impostos diferidos	19(a)	1.050	–	21.299	18.033
Impostos e contribuições a compensar	7	14.433	13.622	14.433	13.622
Outras contas	–	9.785	1.438	9.790	1.445
		154.339	179.211	483.136	143.741
Investimentos em participações	10.1	559.089	464.729	293.782	311.669
Outros investimentos	–	1.278	1.278	1.278	1.278
Propriedades para investimentos	11	–	–	153.810	113.234
Imobilizado	12	19.403	23.020	50.284	52.649
Intangível	13	591	2.185	591	2.185
Ativo financeiro em formação	14	–	–	26.426	566.760
		734.700	630.421	1.009.367	1.191.516
Total do ativo		974.245	951.670	1.366.271	1.534.061

Passivo e patrimônio líquido	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Circulante					
Fornecedores	–	25.000	24.198	41.847	42.436
Empréstimos e financiamentos	15	2.045	2.045	196.393	196.169
Obrigações e encargos trabalhistas	16	19.989	19.180	21.995	19.590
Obrigações tributárias	17	8.859	32.715	11.014	35.968
Adiantamentos de clientes	–	3.025	3.038	3.025	3.038
Partes relacionadas	9 (a)	1.000	10.255	–	–
Outras obrigações a pagar	18	27.990	30.498	27.995	30.900
		90.262	121.929	326.269	328.101
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	4.982	6.887	13.270	19.823
Partes relacionadas	9 (a)	121	121	–	–
Impostos diferidos	19 (b)	46.868	49.379	166.744	124.551
Provisão para contingências	20	2.728	3.980	2.728	3.980
Adiantamentos de clientes	–	–	–	11.020	277.220
Outras obrigações a pagar	18	5.428	9.614	22.384	20.626
		60.127	69.981	216.146	446.200
Total do passivo		150.389	191.910	542.415	774.301
Patrimônio líquido					
Capital social	21.1	212.000	212.000	212.000	212.000
Ajustes de avaliação patrimonial	21.2	10.108	14.935	10.108	14.935
Reservas de lucros	21.3	601.748	532.825	601.748	532.825
Total do patrimônio líquido		823.856	759.760	823.856	759.760
Total do passivo e patrimônio líquido		974.245	951.670	1.366.271	1.534.061

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações dos Resultados - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita de serviços	23	621.846	659.416	787.385	803.610
Custos dos serviços prestados	24	(565.056)	(539.954)	(679.841)	(645.662)
Lucro bruto		56.790	119.462	107.544	157.948
(Despesas) e receitas operacionais					
Despesas comerciais, gerais e administrativas	25	(50.361)	(52.447)	(66.921)	(61.794)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	26	(26.219)	(4.001)	13.461	(4.244)
Resultado de equivalência patrimonial	10.2	82.170	16.522	(4.799)	1.301
		5.590	(39.926)	(58.259)	(64.737)
Lucro antes do resultado financeiro		62.380	79.536	49.285	93.211
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	21.656	18.705	98.763	20.129
Despesas financeiras	27	(3.872)	(2.702)	(25.348)	(6.765)
		17.784	16.003	73.415	13.364
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		80.164	95.539	122.700	106.575
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19(c)	–	(21.108)	(6.241)	(21.305)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19(c)	3.245	3.249	(33.050)	(7.590)
		3.245	(17.859)	(39.291)	(28.895)
Lucro líquido do exercício		83.409	77.680	83.409	77.680

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros	Reserva de lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 31 de dezembro de 2016		212.000	19.603	42.400	424.787	–	698.790
Ganhos e perdas de participação em coligada	–	–	–	–	–	236	236
Efeito reflexo da realização do custo atribuído de coligada	21.2	–	(4.668)	–	4.668	–	–
Lucro líquido do exercício	21.4	–	–	–	–	77.680	77.680
Juros sobre capital próprio pago	21.4	–	–	–	–	(16.946)	(16.946)
Apropriação para reserva de retenção de lucros	21.3	–	–	–	60.970	(60.970)	–
Em 31 de dezembro de 2017		212.000	14.935	42.400	490.425	–	759.760
Ganhos e perdas de participação em coligada	–	–	–	–	–	7.075	7.075
Efeito reflexo da realização do custo atribuído de coligada	21.2	–	(4.827)	–	4.827	–	–
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	83.409	83.409
Dividendos distribuídos	21.4	–	–	–	–	(5.826)	(5.826)
Juros sobre capital próprio pago	21.4	–	–	–	–	(20.562)	(20.562)
Apropriação para reserva de retenção de lucros	21.3	–	–	–	64.096	(64.096)	–
Em 31 de dezembro de 2018		212.000	10.108	42.400	559.348	–	823.856

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstrações do Resultados Abrangentes - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro líquido do exercício	83.409	77.680	83.409	77.680
Ganhos e perdas de participação em coligada	7.075	236	7.075	236
Resultado abrangente do exercício	90.484	77.916	90.484	77.916
Atribuível a:				
Acionistas da Companhia:				
Dividendos	–	(5.826)	–	–
Juros sobre o capital próprio	–	(20.562)	–	(16.946)
Constituição das reservas de lucros	–	(64.096)	–	(60.970)
		–		–

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais)

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	80.164	95.539	122.700	106.575
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais				
Apropriação de juros sobre aplicações financeiras e variações monetárias (passivas)	(12.870)	(12.657)	(97.286)	(13.949)
Percentage of completion	(55.521)	43.247	(55.521)	43.247
Resultado de equivalência patrimonial	(82.170)	(16.522)	4.799	(1.301)
Provisão para perdas patrimoniais e contingências	(2.079)	(17)	(2.079)	(17)
Apropriação do valor justo dos precatórios	(5.993)	(3.563)	(5.993)	(3.563)
Extinção dos precatórios	16.182	938	16.182	938
Depreciação	4.481	4.911	4.504	5.391
Amortização	1.589	2.274	1.589	1.929
Apropriação de encargos sobre financiamentos e variações monetárias (passivas)	359	1.705	19.563	4.561
Valor residual do ativo permanente baixado	11	346	13	345
Valor residual do ativo intangível baixado	6	–	6	–
Impostos prescritos	4.336	–	4.336	–
Ganho na avaliação de propriedade para investimento	–	–	(40.576)	–
	(51.505)	116.201	(27.763)	144.156
Variações em saldos de ativos				
Contas a receber de clientes	45.534	(29.078)	70.849	(29.086)
Impostos e contribuições a compensar	4.074	4.062	7.016	(3.908)
Cauções de obras a receber	–	–	–	1.498
Adiantamentos a fornecedores	(370)	4.279	179	(1.503)
Estoques	2	725	2.833	(574)
Outras contas	(56)	11.167	1.844	11.185
Processos judiciais	(575)	(849)	(575)	(849)
	48.609	(16.320)	82.146	(23.237)
Variações em saldos de passivos				
Fornecedores	802	(4.289)	(589)	6.106
Obrigações e encargos trabalhistas	809	(5.810)	2.405	(5.754)
Obrigações tributárias	(12.164)	1.955	(18.362)	3.666
Adiantamentos de clientes	(13)	(14.882)	81.333	189.126
Outras obrigações a pagar	(7.037)	2.545	(1.174)	11.670
	(17.603)	(20.481)	63.613	204.814
Disponibilidades geradas pelas operações	(20.499)	79.400	117.996	325.733
Juros pagos	(690)	(1.486)	(2.449)	(4.505)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(6.957)	–	(6.957)	–
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	(28.146)	77.914	108.590	321.228
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aplicações financeiras	(493.911)	(626.250)	(658.627)	(843.112)
Resgates de aplicações financeiras	622.224	642.748	716.870	874.062
Integralização de capital nas coligadas	(67.746)	(24.723)	(1.597)	–
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	22.629	–	21.760	–
Aquisições do ativo financeiro	–	–	(155.692)	(372.205)
Aquisições do imobilizado	(875)	(310)	(2.152)	(653)
Alienações dos investimentos	–	12.000	–	12.000
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	22.321	(8.535)	(79.438)	(341.909)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com terceiros				
Captação de empréstimos e financiamentos	19.480	–	23.101	49.986
Amortização de empréstimos e financiamentos	(18.700)	(13.536)	(25.438)	(19.463)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos com terceiros	780	(13.536)	(2.337)	30.523
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos com acionistas				
Dividendos pagos	(5.826)	–	(5.826)	–
Juros sobre capital próprio pagos	(20.562)	(16.946)	(20.562)	(16.946)
Contas-correntes com partes relacionadas	31.291	(41.003)	(466)	4.978
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos com acionistas	4.903	(57.949)	(26.854)	(11.968)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(142)	(2.107)	(99)	(2.126)
Caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	776	2.883	1.013	3.139
No fim do exercício	634	776	974	1.013
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	(142)	(2.107)	(99)	(2.126)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e de 2017 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado localizada no Município de São Paulo no Estado de São Paulo (SP), e predominantemente atuante no ramo de construção civil em geral, executando obras para terceiros dos setores privado e público, de forma direta ou mediante a formação de consórcios. Logo após o advento da Lei nº 12.846, de 1º de março de 2013 ("Lei Brasileira Anticorrupção"), a Construcap entendeu por bem implementar um Programa de Integridade robusto e efetivo, em linha com as melhores práticas internacionais de Governança, Risco e Compliance, que resultou na reestruturação do seu programa de integridade corporativa ("Programa"). O Programa foi implementado pelo escritório Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados com base na metodologia de "7 elementos" inspirada no Capítulo VII da *US Federal Sentencing Guidelines*, que atende os parâmetros do artigo 42 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015, que regulamentou a Lei Brasileira Anticorrupção. Em síntese, o Programa da Construcap abrange os seguintes elementos: **(i)** Mapeamento de risco; **(ii)** Criação de estrutura específica nos órgãos de governança corporativa; **(iii)** Elaboração de políticas (Code of Conduct) e procedimentos; **(iv)** Treinamentos; **(v)** Canal de comunicação; **(vi)** Investigação, monitoramento e auditoria. A Diretoria de Compliance e Relações Institucionais, em nome do Comitê de Integridade do Grupo Construcap, implementou mecanismos de prevenção, detecção e combate à corrupção e demais atos contra a administração pública, que inclui dos elementos específicos, a saber: o funcionamento da governança corporativa do Comitê de Integridade e a condução dos canais de denúncia e comunicação atendidos pela consultoria independente Contato Seguro, que realiza o atendimento especializado das alegações de potenciais violações às leis e ao Código de Conduta da Companhia. As principais empresas coligadas e controladas por ramo de atividade, estão apresentadas a seguir: **Controladas:** • CMO Construção e Montagem Offshore S.A. (CMO), situada no Município do Rio de Janeiro (RJ) no Estado do RJ, e tem como objetivo a exploração, operação e administração, direta ou indiretamente, no país ou no exterior para o propósito de desenvolver projetos de fabricação de estruturas, equipamentos, estaleiros, fabricação e integração de componentes modulares para embarcações para a indústria de petróleo offshore e desenvolvimento de projetos de engenharia, contratação, fabricação e integração de artefatos navais e para a indústria de petróleo e gás. • Inova Saúde São Paulo SPE S.A., situada no Município de São Paulo no Estado de SP, e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A., situada no Município de Sorocaba no Estado SP, tem como objeto social, única e exclusivamente sob o regime de concessão, realizar a construção, fornecer equipamentos, bem como, realizar a manutenção e gestão dos serviços não assistenciais em Complexos Hospitalares no Estado de São Paulo, o qual inclui a elaboração de todos os projetos de engenharia e arquitetura necessários à construção e implantação do Hospital Estadual de São Paulo. • CMI - Exportação, Importação, Comércio e Serviços Ltda. (CMI), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, atua na revenda de equipamentos, **Coligadas e controladas em conjunto:** • Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (Minas Arena), situada em Belo Horizonte no Estado de Minas Gerais (MG), constituída com o propósito específico e exclusivo para a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto; • Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. (CONCER), situada no Município do Rio de Janeiro no Estado do RJ, constituída com o objeto social de recuperação, reforço, monitoração, melhoramento, manutenção, conservação, operação e exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e seus respectivos acessos; • Companhia CFPS Engenharia e Projetos S.A. (CFPS), situada no Município de São Paulo no Estado de SP, tem como objeto social a prestação de serviços de engenharia, desenvolvimento de tecnologias e processos, aperfeiçoamento de processos e qualquer outros serviços similares relacionados à execução de projetos, até 08 de junho de 2017. Em 09 de junho de 2017, foi assinado o contrato de venda e compra de 100% da participação acionária da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S. A. na CFPS, formalizado em favor da Daniel Daniel Brasil Ltda. • Rio Bonito Serviços de Saneamento Ltda. (Rio Bonito), situada no Município de Matias Barbosa no Estado de MG, e tem por objeto social a prestação de serviços de operação de praças de cobrança de pedágio em rodovias. As operações em consórcios e parcerias, de forma direta ou mediante a formação de consórcios com sociedade em Conta de Participação, estão demonstradas na Nota 2.3. **Operações com a Petrobras:** A Companhia mantém em curso um contrato de prestação de serviço com a Petróleo Brasileiro SA - Petrobras ("Petrobras"), para construção e montagem de adutoras e de dutos para gás natural no Estado do Rio de Janeiro, sendo que o contrato firmado a partir de licitação vencida pelo menor preço e com obediência aos princípios da livre concorrência, e de acordo com o Decreto 2.745/98. Em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia recebeu notificação da Petrobras informando acerca de decisão da estatal no sentido de levantamento do bloqueio cautelar para a apresentação de novas propostas em licitações e/ou para que fosse contratada diretamente por aquela empresa. Referida decisão foi fundamentada pela decisão do Ministério da Transparencia e Controladoria-Geral da União (CGU) que ABSOLVEU a Companhia de todas as acusações feitas no Processo Administrativo de Responsabilização nº 00190.004153/2015-21 instaurado em face da Companhia. De acordo com a CGU, restou bem demonstrado que não existem quaisquer provas que condenar a Companhia por nenhum dos fatos levantados pelas autoridades responsáveis pela condução da 31ª fase da operação denominada "Lava Jato". Para o Procurador Federal da CGU "muito pelo contrário, há mais elementos a favor da sua inocência do que do seu possível envolvimento no cartel e nos ilícitos que, no caso, foram praticados (...)". **Matérias de mídia:** Finalmente, com relação às notícias veiculadas na mídia referente às investigações da operação denominada "Via Apia", a Companhia e seus representantes estão colaborando com as autoridades do Estado do Rio Grande do Norte através de acordos homologados pela Justiça Federal de Natal/RN, cujas condições estão sob segredo de justiça e não foram consideradas materiais para fins de publicação das demonstrações contábeis da Companhia. A Companhia reitera que mantém Programa de Integridade robusto e efetivo para prevenir, identificar e combater atos contra a administração pública e, de acordo com seu Código de Conduta, não tolera atos de suborno e seus colaboradores ou terceiros qualquer prática de cartel e/ou corrupção em seus negócios. **2. Sumário das principais políticas contábeis:** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando especificado em contrário. A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela diretoria da Companhia em 13 de março de 2019. Em conformidade com a Orientação "OCPC 07 - Evidenciação da Divulgação dos Relatórios Contábil - Financeiros de Propósito Geral", as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.1. Declaração de conformidade e base de preparação: (a)** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis, estando aquelas mais representativas divulgadas na Nota 3. **(b) Nota de Reapresentação:** A partir de 1º de janeiro de 2018 a Companhia adotou o "CPC 47 - Receita de contratos com clientes", passando a registrar nas Demonstrações dos Resultados, classificados como "contraprestações não monetárias" as operações que correspondem os materiais fornecidos pelos clientes que serão aplicados nas obras das quais a Companhia possue responsabilidade primária, porém não financeira. Para que os exercícios sociais comparativos, estamos reapresentando as demonstrações do Resultado do exercício de 2017 incluindo o saldo das operações realizadas nesse exercício, classificado como contraprestações não monetárias, conforme quadro abaixo:

Demonstração do Resultado:

	Controladora Apresentado originalmente 31/12/17	Ajustes	Controladora Reapresentado 01/01/18	Consolidado Apresentado originalmente 31/12/17	Ajustes	Consolidado 01/01/18
Receitas de serviços	554.547	–	554.547	698.741	–	698.741
(+) Contraprestações não monetárias	–	104.869	104.869	–	104.869	104.869
	554.547	104.869	659.416	698.741	104.869	803.610
Custos dos serviços prestados	(435.085)	–	(435.085)	(540.793)	–	(540.793)
(-) Contraprestações não monetárias	–	(104.869)	(104.869)	–	(104.869)	(104.869)
	(435.085)	(104.869)	(539.954)	(540.793)	(104.869)	(645.662)
Lucro bruto	119.462	–	119.462	157.948	–	157.948

Consequentemente, os quadros de Receitas de serviços (Nota 23) e Custo dos serviços prestados (Nota 24) também sofrem alterações no mesmo montante de R$ 104.869 mil, de forma a acompanhar a alteração da norma e os valores reapresentados nas Demonstrações dos Resultados. Conforme instruções do CPC 36 que trata sobre Consolidação no parágrafo B86, não estamos eliminando o efeito entre linhas de Receitas dos serviços prestados e Custo dos serviços prestados na coluna Consolidada referente a operações não monetárias, por se tratar de operações com terceiros. Alguns quadros foram alterados entre linhas para melhor apresentação e comparação aos saldos com o exercício anterior. **2.2. Consolidação: 2.1 Base de consolidação:** A Companhia adota o método de consolidação integral, sendo o saldo dos ativos, passivos e resultados das controladas combinadas com os correspondentes itens das demonstrações financeiras da Companhia, linha a linha, e eliminadas as participações da controladora nos patrimônios líquidos das controladas, através da equivalência patrimonial, bem como, todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas do grupo. A Companhia baseia-se no CPC 18-R2 que define quando os investimentos são: **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades nas quais a Companhia possui, direta ou indiretamente, o poder de governança nas políticas financeiras e operacionais com objetivo de auferir benefícios de suas atividades. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações consolidadas a partir da data em que tem início o controle até a data em que este deixa de existir. As composições das datas em questão das empresas controladas foram divulgadas no conjunto de operacional Nota 1. **(b) Coligadas e controladas em conjunto:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem influência significativa, mas não o controle. Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. A Companhia não aplica o método de consolidação integral e sim o da equivalência patrimonial. As composições das empresas coligadas e controladas em conjunto estão divulgadas no contexto operacional, conforme Nota Explicativa nº 1. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e a participação na mutação líquida, em ganhos e perdas reconhecida nas reservas da Companhia. **2.3. Operações em conjunto:** As operações em conjunto são realizadas através de consórcios, as quais não possuem personalidade jurídica, sendo o saldo dos ativos, passivos e resultados das operações em conjunto combinados com os correspondentes itens das demonstrações financeiras da Companhia, linha a linha, na proporção de sua participação nos direitos e obrigações relacionados com cada um dos contratos que compõem essas operações. O total do acervo patrimonial e do resultado dos consórcios nos quais a Companhia participa e classifica como operações em conjunto, pode assim ser resumido:

	2018					2017	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e passivo não circulante	Acervo patrimonial	% de participação Estado	Na Companhia	Acervo patrimonial	Na Companhia
Consórcio Construcap Enesa	–	562	92	470	100,00%	470	2.642	2.642
Consórcio Construcap Planar	–	560	26	534	100,00%	534	851	851
Consórcio Construcap Progen	–	–	–	–	95,00%	–	665	632
Consórcio Construcap Ferreira Guedes BR 448	14	174	169	19	70,00%	13	121	85
Consórcio Construcap Ferreira Guedes (Varzea do Tietê)	–	–	101	(101)	70,00%	(71)	(51)	(35)
Consórcio Construcap Lidermac	162	9.890	616	9.436	70,00%	6.605	9.140	6.398
Consórcio Construcap Estrutural Projectus	5.040	6.974	1.236	10.778	68,00%	7.329	13.222	8.991
Consórcio Construcap Modern Ferreira Guedes	6	–	355	(349)	65,00%	(227)	(819)	(532)
Consórcio Construcap Consbem	163	3	15	151	60,00%	91	143	86
Consórcio Construcap CEC	439	70	3	506	60,00%	304	882	529
Consórcio Construcap Nova Arena	565	3	219	349	55,00%	192	8.491	4.670
Consórcio Construcap Planova	2.348	103	2.964	(513)	51,00%	(262)	2.903	1.480
Consórcio Villanova Construcap	1	13	546	(532)	50,00%	(266)	(343)	(171)
Consórcio Villanova Construcap (Billings)	143	64	992	(785)	50,00%	(393)	(511)	(256)
Consórcio Construcap Constran	21	892	154	759	50,00%	380	861	430
Consórcio Construcap Triunfo	6	3	4	5	50,00%	3	139	69

	2018					2018		2017	
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante e passivo não circulante	Acervo patrimonial	% de participação	Na Com-panhia	Acervo patrimonial	Na Com-panhia
Consórcio Construcap Walbridge Michelan	–	89	20	69	50,00%	35	8	4
Consórcio Construcap Copasa (Rodoanel)	101.368	261	28.244	73.385	50,00%	36.693	96.623	48.312
Consórcio Construcap Walbridge Projeto Fiat	7.563	22.686	4.419	25.830	50,00%	12.915	24.381	12.190
Consórcio Construcap Copasa (Passeio Olímpico)	1.217	8	2.103	(878)	50,00%	(439)	59.219	29.610
Consórcio Construcap Copasa DNIT (BR-230)	953	19	2.473	(1.501)	50,00%	(751)	(1.130)	(565)
Consórcio Construcap Copasa SP-088	3.014	–	1.333	1.681	50,00%	841	–	–
Consórcio Construcap Fluor CPFS	387	–	1	386	45,00%	174	390	176
Consórcio Construcap Ferreira Guedes MAD	273	123	32	364	40,00%	146	341	136
Consórcio Construcap Tonioli Ferreira Guedes MI	1.548	5.240	2.065	4.723	34,70%	1.639	12.955	4.495
Consórcio Construcap Ferreira Guedes Tonioli Ambiental	7	2	27	(18)	33,76%	(6)	(55)	(19)
Consórcio Construcap Galvão Construcap	140	2.109	30	2.219	33,33%	740	2.221	740
Consórcio Construcap Anhanguera Norte	469	–	274	195	23,70%	46	193	46
Consórcio Novo Campos	32.889	243	793	32.339	20,00%	6.468	32.396	6.479
Consórcio BR 040	186	168	559	(205)	18,00%	(37)	(200)	(36)
Consórcio Nova Subida da Serra	(63.427)	29.365	16.821	(50.883)	18,00%	(9.159)	(51.946)	(9.350)
Totais em consórcios	–	–	–	–	50,00%	**44.007**		**118.088**
Ajuste a valor justo						–		**164**
Total das operações em conjunto						**44.007**		**118.252**

	2018					2018		2017	
	Receita líquida	Custo	Receitas e despesas	Resultado	% de participação	Na Companhia	Resultado	Na Companhia
Consórcio Construcap Enesa	–	(137)	(2.158)	2.021	100,00%	2.021	1.626	1.626
Consórcio Construcap Planar	–	(365)	7	(358)	100,00%	(358)	102	102
Consórcio Construcap Progen	–	3	(667)	(664)	95,00%	(631)	(1)	(1)
Consórcio Construcap Ferreira Guedes BR 448	–	(280)	–	(280)	70,00%	(196)	602	422
Consórcio Construcap Ferreira Guedes (Varzea do Tietê)	–	(66)	–	(66)	70,00%	(46)	224	157
Consórcio Construcap Lidermac	–	(123)	206	83	70,00%	58	208	146
Consórcio Construcap Estrutural Projectus	–	(867)	(2.198)	(3.065)	68,00%	(2.084)	(13.000)	(8.840)
Consórcio Construcap Modern Ferreira Guedes	–	258	–	258	65,00%	168	(240)	(156)
Consórcio Construcap Consbem	–	(1)	3	2	60,00%	1	209	126
Consórcio Construcap CEC	–	(178)	(186)	(364)	60,00%	(218)	108	65
Consórcio Construtor Nova Arena	–	(525)	(1.778)	(2.303)	55,00%	(1.267)	78	43
Consórcio Construcap Planova	22.121	(23.984)	(1.260)	(3.123)	51,00%	(1.593)	6.138	3.130
Consórcio Villanova Construcap	–	(318)	–	(318)	50,00%	(159)	(50)	(25)
Consórcio Villanova Construcap (Billings)	–	(5.599)	(6)	(5.605)	50,00%	(2.803)	(2.602)	(1.301)
Consórcio Construcap Constran	–	(193)	–	(193)	50,00%	(97)	187	93
Consórcio Construcap Triunfo	–	(39)	(146)	(185)	50,00%	(93)	(85)	(42)
Consórcio Construcap Walbridge Michelan	–	36	(1)	35	50,00%	18	4	2
Consórcio Construcap Copasa (Rodoanel)	92.706	(135.765)	(5.974)	(49.033)	50,00%	(24.517)	46.116	23.058
Consórcio Construcap Walbridge Projeto Fiat	–	(1.497)	754	(743)	50

continuação **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) **da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**

riscos correspondentes. Quaisquer mudanças nessas premissas podem gerar alterações significativas no valor recuperável refletido nas demonstrações contábeis. Dado a posição da assessoria jurídica da Companhia, os recentes avanços acerca do tema precatórios junto às esferas dos governos municipais e estaduais, bem como os recentes posicionamentos do Superior Tribunal de Justiça, a administração entende que as premissas utilizadas na determinação do *impairment* (Nota 4.3) consideram o cenário mais conservador. A perda estimada para créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é constituída com base no critério descrito na Nota 6 (******). **3.2. Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis: (a) Reconhecimento de receita:** A Companhia usa o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar seus contratos de construção. O uso do método POC requer que a Companhia estime os custos dos serviços a serem realizados até o final do contrato, para estabelecer uma proporção em relação aos custos incorridos até a data base do balanço. Os custos orçados totais, compostos pelos custos incorridos e custos previstos a incorrer para a conclusão dos contratos, são regularmente revisados e os ajustes com base nesta revisão são refletidos nos resultados da Companhia de acordo com o método contábil utilizado. **(b) Impostos de renda, contribuição social e outros impostos:** Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dadas a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam gerar ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor desas provisões baseia-se em vários fatores, como experiências de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. **(c) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisões para riscos tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. **(d) Determinação do valor justo de ativos financeiros e não financeiros:** O valor justo de ativos financeiros (precatórios a receber) e não financeiros (propriedades para investimento) são determinados mediante técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher os métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço e, no caso do ativo financeiro, através de fluxo de caixa descontado. Essas premissas estão sendo aplicadas de forma consistente nos exercícios apresentados. O valor contábil desses ativos poderá sofrer alterações se diferentes premissas forem utilizadas para a sua determinação. **4. Gestão de risco financeiro: 4.1. Fatores de risco financeiro:** As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia não utiliza instrumentos financeiros derivativos para proteger exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Companhia, seguindo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria da Companhia identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as unidades operacionais da Companhia. **(a) Risco de mercado: (i) Risco cambial:** Considerado praticamente nulo em virtude da Companhia não possuir ativos ou passivos denominados em moeda estrangeira, bem como não possui dependência significativa de materiais importados para cumprimento dos contratos de construção. Adicionalmente, a Companhia não possui contratos de construção indexados em moeda estrangeira. **(ii) Risco de taxa de juros:** A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração refinanciamento, renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, a Companhia define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. **(b) Risco de crédito:** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. Se não houver uma classificação independente, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência pasuada e outros fatores. As análises de riscos individuais são determinadas por ocasião de cada uma das contratações. **(c) Risco de liquidez:** A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de Finanças. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou líquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **4.2. Gestão de capital:** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. A Companhia possui um grau de endividamento baixo porque não possui financiamentos em montante significativo e os empréstimos para capital de giro corresponde a conta garantida em operação conjunta com terceiros através de consórcio, cujo total é inferior aos montantes de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras detidos pela Companhia. **4.3. Estimativas do valor justo: (a) Ativos financeiros:** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda *(impairment)* no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. A Companhia aplica CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia: • Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1); • Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2); • Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não observáveis) (Nível 3). A estimativa do valor justo dos ativos financeiros representados pelos precatórios a receber foi mensurada pelo Nível 3, através da utilização da técnica de fluxos de caixa descontados, levando em consideração as seguintes principais premissas: **(i)** prazo de recebimento de até 5 anos, a partir da ADI 4425 de 13.08*15 de 25 de março de 2015 e emenda constitucional nº 99 de 14 de dezembro de 2017; e **(ii)** taxa de juros de desconto de 11,57% ao ano, representada pela Selic, acrescida de risco de 4,80% para o período de 5 anos. Por falta de dado específico divulgado para os demais emissores de precatórios, a mesma taxa foi utilizada para os mesmos. Em 2015, substituse a TR pela variação do IPCA-E, face a decisão do Supremo Tribunal Federal - STF em que a União, Estados e Municípios devem quitar todos os precatórios reconhecidos até o fim de 2024 pelo IPCA-E. A ação julgada versa sobre a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional 62/2009. As tabelas abaixo apresentam as mudanças nos referidos instrumentos de Nível 3:

(b) Composição:

	Controladora 2018	Controladora 2017
Valor nominal atualizado	111.345	118.881
Atualização do ajuste a valor presente	(14.502)	(20.495)
Provisão dos honorários dos advogados	(9.685)	(9.839)
Precatórios a receber	87.158	88.547

(c) Movimentação dos precatórios

	Controladora 2018	Controladora 2017
Saldo no início do exercício	88.547	79.540
Recebimentos	(1.824)	(1.828)
Extinção dos precatórios	(16.182)	(938)
Atualização do ajuste a valor presente	5.993	3.563
Atualização monetária	10.470	9.211
Ajuste da provisão dos honorários dos advogados	154	(1.001)
Saldo no final do exercício	87.158	88.547

(d) Ativos não financeiros: Ao final do exercício de 2018, a controlada CMO revisou o valor justo da propriedade para investimento, tendo contratado empresa especializada para realizar a avaliação, a qual utilizou a norma específica NBR 14.653 partes 1 e 2. Foi utilizado o método comparativo direto de mercado, onde o preço do metro quadrado do terreno foi obtido após levantamento de dados efetuados em várias imobiliárias locais, comparando-se este terreno com outros semelhantes que estão à venda nas proximidades e efetuando-se a homogeneização, mediante a aplicação de coeficientes ou transformações matemáticas que traduzam, em termos relativos, as diferenças entre os imóveis pesquisados em comparação ao avaliado, determinando-se o valor unitário de terreno. A valoração do terreno de acordo com o Laudo independente está refletido no Grupo de Outras Receitas e Despesas, Nota 26 na linha de "Apropriação do valor justo propriedade de investimento".

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários:

Instituição Financeira	Remuneração	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e bancos		634	776	974	1.013
Títulos e valores mobiliários					
Banco Itaú S.A.	95,00% a 100,80% do CDI	–	–	14.105	1
Banco Bradesco S.A.	97,75% do CDI	10.268	17.156	17.006	26.625
Banco do Brasil S.A.	39,99% do CDI	453	1.970	454	2.013
Banco Santander S.A.	97,50% a 98,50% do CDI	–	20.116	404	20.432
Debêntures					
Banco Bradesco S.A.	95,00% do CDI	–	40.718	–	41.187
Outras modalidades					
Demais bancos	70% da taxa SELIC	2.632	20	2.632	20
		13.987	80.756	35.575	91.291

CDI - Certificado de depósito interbancário
SELIC - Sistema especial de liquidação e de custódia

6. Contas a receber de clientes:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Contratos de construção:				
Público	31.106	51.251	31.106	51.251
Economia mista	134.810	73.249	134.810	73.249
Privado	44.021	73.779	44.021	73.779
	209.937	198.279	209.937	198.279
Contrato de concessão:				
Público (*)	–	–	409.316	–
	–	–	409.316	–
Venda de mercadoria:				
Público	–	–	14	8
	–	–	14	8
Saldo de clientes:	209.937	198.279	619.267	198.287
Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa (**)	(686)	(1.766)	(686)	(1.766)
Total de valores a receber de contratos de construção	209.251	196.513	618.581	196.521
Precatórios a receber	87.158	88.547	87.158	88.547
Total de contas a receber de clientes	296.409	285.060	705.739	285.068
Circulante	(200.162)	(192.624)	(288.451)	(192.632)
Não Circulante	96.247	92.436	417.288	92.436

(*) As contas a receber do contrato de concessão estão compostas a seguir:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Clientes				
Contraprestação fixa	–	–	393.268	–
Contraprestação variável	–	–	16.103	–
Receita Acessória	–	–	4	–
Direito de Exploração	–	–	(59)	–
	–	–	409.316	–
Circulante	–	–	(88.275)	–
Não Circulante	–	–	321.041	–

As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
2020	–	–	61.907	–
2021	–	–	61.907	–
2022	–	–	61.907	–
2023	–	–	61.907	–
Demais anos	96.247	92.436	169.660	92.436
	96.247	92.436	417.288	92.436

(**) A perda estimada para crédito de liquidação duvidosa é calculada com base nas perdas estimadas após avaliação individualizada dos títulos pendentes de recebimento, sendo que o montante é considerado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos, conforme demonstrado abaixo:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Saldo no início do exercício	(1.766)	(2.157)	(1.766)	(2.157)
Complemento de provisão no exercício	1.080	391	1.080	391
Saldo no final do exercício	(686)	(1.766)	(686)	(1.766)

7. Impostos e contribuições a compensar:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Impostos federais				
INSS a recuperar	14.976	18.776	14.998	18.776
IR a compensar	5.818	7.847	5.861	8.023
COFINS a compensar	5.133	9.278	5.563	9.397
CSLL a compensar	3.516	4.816	3.516	4.880
PIS a compensar	1.893	2.663	2.009	2.689
PIS/COFINS/CSLL a compensar	103	109	135	109
IRPJ sobre o lucro	2.389	1.916	3.685	3.229
CSLL sobre o lucro	1.308	–	2.024	–
	35.136	45.405	37.791	47.103
Impostos municipais				
ISS a compensar	38	20	38	20
	38	20	38	20
Impostos estaduais				
ICMS a compensar	11	1.114	11	1.115
	11	1.114	11	1.115
Demais impostos				
Outros impostos a compensar	1	230	16	229
	1	230	16	229
Total de impostos e contribuições a compensar	35.186	46.769	37.856	48.467
Circulante	(20.753)	(33.147)	(23.423)	(34.845)
Não circulante	14.433	13.622	14.433	13.622

8. Estoques: Corresponde a materiais adquiridos a serem aplicados nos contratos de construção firmados com clientes nos projetos em andamento. O saldo apresentado no balanço consolidado é de R$ 2.893 - 2017). **9. Partes relacionadas: (a) Saldos:** Os saldos das contas representam operações em conta corrente e adiantamentos para futuros aumentos de capital sem vencimento predefinido e não há incidência de encargos financeiros:

Ativo

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Ativo não circulante				
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
CMO Construção e Montagem Offshore S.A.	11.574	50.806	–	–
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	–	905	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	–	1.385	–	–
Contas-correntes ativas				
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	578	353	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	346	61	–	–
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A.	10	10	10	10
Cia. de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER	738	272	738	272
Ativo não circulante	12.246	53.792	748	282

Passivo

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Passivo circulante				
Adiantamento de clientes				
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	1.000	5.274	–	–
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	–	4.981	–	–
Passivo circulante	1.000	10.255	–	–
Passivo não circulante				
Contas correntes passivas				
CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda.	121	121	–	–
Passivo não circulante	121	121	–	–

Demonstração de resultado

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Receita de serviços (*)				
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	32.967	115.019	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	25.587	113.409	–	–
	58.554	228.428	–	–
Receitas financeiras				
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	1.535	–	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	1.954	–	–	–
	3.489	–	–	–
Demonstração do resultado	62.043	228.428	–	–

(*) As transações são realizadas precificadas aos valores de mercado.

(b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: Em Assembleia Geral Ordinária foi fixado o limite de remuneração da diretoria da Companhia para o ano de 2018 em R$ 10.606 (R$ 11.267 - 2017). Os valores pagos estão registrados no grupo "Despesas administrativas" na rubrica de despesa com pessoal. **10. Investimentos em participações: 10.1. Composição:**

Participação %	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Controladas				
CMO Construção e Montagem OffShore S.A. 100,00	112.294	34.836	–	–
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A. 100,00	82.738	40.409	–	–
Inova Saúde São Paulo SPE S.A. 100,00	67.628	35.203	–	–
CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda. 100,00	2.647	2.610	–	–
	265.307	113.058	–	–
Controladas em conjunto				
Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. 58,81	229.064	244.901	229.064	244.901
	229.064	244.901	229.064	244.901
Coligadas				
Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora-Rio S.A. - CONCER 19,99	62.586	64.543	62.586	64.543
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. 18,00	2.132	2.225	2.132	2.225
	64.718	66.768	64.718	66.768
Total	559.089	424.727	293.782	311.669

10.2. Principais informações sobre as participações societárias permanentes:

(a) Movimentação dos investimentos na controladora:

	Controladas				Controladas em conjunto	Coligadas		
	CMO Construção e Montagem Offshore S.A.	Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	CMI Exportação, Importação, Comércio e Indústria Ltda.	Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER	Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.	CFPS Engenharia e Projetos S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2016	41.084	14.477	15.416	2.137	229.796	69.387	2.329	(1.381)	383.245
Integralização de capital	–	13.581	11.142	–	–	–	–	–	24.723
Equivalência patrimonial	(6.248)	12.351	8.645	473	5.105	(5.080)	(104)	1.380	16.522
Ganhos e perdas em participações	–	–	–	–	–	236	–	–	236
Alienação do investimento	–	–	–	–	–	–	–	1	1
Em 31 de dezembro de 2017	34.836	40.409	35.203	2.610	244.901	64.543	2.225	–	424.727
Integralização de capital	50.806	5.901	9.442	–	–	1.597	–	–	67.746
Equivalência patrimonial	26.652	36.948	23.332	37	5.923	(10.629)	(93)	–	82.170
Dividendos propostos e distribuições	–	(520)	(349)	–	(21.760)	–	–	–	(22.629)
Ganhos e perdas em participações	–	–	–	–	–	7.075	–	–	7.075
Em 31 de dezembro de 2018	112.294	82.738	67.628	2.647	229.064	62.586	2.132	–	559.089

(b) Movimentação dos investimentos no consolidado:

	Controlada em conjunto		Coligadas		
	Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.	Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER	Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda.	CFPS Engenharia e Projetos S.A.	Total
Em 31 de dezembro de 2016	229.796	69.387	2.329	(1.381)	310.131
Equivalência patrimonial	5.105	(5.080)	(104)	1.380	1.301
Ganhos e perdas em participações	–	236	–	–	236
Alienação do investimento	–	–	–	1	1
Em 31 de dezembro de 2017	244.901	64.543	2.225	–	311.669
Integralização de capital	–	1.597	–	–	1.597
Equivalência patrimonial	5.923	(10.629)	(93)	–	(4.799)
Dividendos propostos e distribuições	(21.760)	–	–	–	(21.760)
Ganhos e perdas em participações	–	7.075	–	–	7.075
Em 31 de dezembro de 2018	229.064	62.586	2.132	–	293.782

11. Propriedade para investimento:

	31 de dezembro de 2017	Ganho na avaliação do valor justo	Consolidado 31 de dezembro de 2018
Propriedade para investimento	113.234	40.576	153.810

12. Imobilizado:

(a) Composição:

	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado 31 de dezembro de 2018 Líquido	Controladora 31 de dezembro de 2017 Líquido	% Taxas medias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	91.187	(81.018)	10.169	12.130	10
Veículos e tratores	22.896	(18.822)	4.074	4.879	20
Computadores e periféricos	11.211	(10.935)	276	375	20
Móveis e utensílios	4.875	(3.427)	1.448	1.527	10
Edificações e construções	3.681	(2.313)	1.368	1.399	4
Benfeitorias	2.236	(1.271)	965	1.378	20
Instalações	1.489	(910)	579	632	20
Ferramentas	1.195	(859)	336	422	10
Sistemas aplicativos - Software	448	(260)	188	278	20
Obras em andamento	139.218	(119.815)	19.403	23.020	

	Custo	Depreciação acumulada	Consolidado 31 de dezembro de 2018 Líquido	Consolidado 31 de dezembro de 2017 Líquido	% Taxas medias anuais de depreciação
Máquinas e equipamentos	91.234	(81.064)	10.170	12.133	15
Veículos e tratores	22.896	(18.822)	4.074	4.879	20
Edificações e construções	17.265	(2.313)	14.952	14.983	4
Computadores e periféricos	11.266	(10.988)	278	377	23
Móveis e utensílios	4.942	(3.433)	1.509	1.533	10
Benfeitorias	2.285	(1.298)	987	1.418	20
Instalações	1.489	(910)	579	632	20
Ferramentas	1.195	(859)	336	422	10
Sistemas aplicativos - Software	448	(260)	188	278	20
Obras em andamento	17.211	–	17.211	15.994	–
	170.231	(119.947)	50.284	52.649	

(b) Movimentação do imobilizado:

	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Controladora 31 de dezembro de 2018
Custo corrigido								
Máquinas e equipamentos	91.571	33	(805)	–	90.799	391	(3)	91.187
Veículos e tratores	23.164	99	(76)	–	23.187	107	(398)	22.896
Computadores e periféricos	11.364	43	(296)	–	11.111	105	(5)	11.211
Móveis e utensílios	4.875	61	(249)	–	4.687	198	(10)	4.875
Edificações e construções	3.681	–	–	–	3.681	–	–	3.681
Benfeitorias	2.234	2	–	–	2.236	–	–	2.236
Instalações	1.367	69	(9)	–	1.427	62	–	1.489
Ferramentas	1.412	3	(232)	–	1.183	12	–	1.195
Sistemas aplicativos - Software	483	–	(11)	(24)	448	–	–	448
	140.151	310	(1.678)	(24)	138.759	875	(416)	139.218
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	(76.378)	(2.762)	463	8	(78.669)	(2.350)	1	(81.018)
Veículos e tratores	(17.480)	(904)	76	–	(18.308)	(912)	398	(18.822)
Computadores e periféricos	(10.520)	(513)	297	–	(10.736)	(200)	1	(10.935)
Móveis e utensílios	(3.015)	(394)	249	–	(3.160)	(272)	5	(3.427)
Edificações e construções	(2.251)	(31)	–	–	(2.282)	(31)	–	(2.313)
Benfeitorias	(446)	(412)	–	–	(858)	(413)	–	(1.271)
Instalações	(674)	(122)	1	–	(795)	(115)	–	(910)
Ferramentas	(862)	(145)	246	–	(761)	(98)	–	(859)
Sistemas aplicativos - Software	(96)	(90)	–	16	(170)	(90)	–	(260)
	(111.822)	(5.373)	1.332	24	(115.739)	(4.481)	405	(119.815)
	28.429	(5.063)	(346)	–	23.020	(3.606)	(11)	19.403

	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Consolidado 31 de dezembro de 2018
Custo corrigido								
Máquinas e equipamentos	91.618	33	(805)	–	90.846	391	(3)	91.234
Veículos e tratores	23.164	99	(76)	–	23.187	107	(398)	22.896
Edificações e construções	17.148	117	–	–	17.265	–	–	17.265
Computadores e periféricos	11.458	43	(335)	–	11.166	105	(5)	11.266
Móveis e utensílios	4.880	63	(249)	–	4.694	258	(10)	4.942
Benfeitorias	2.233	52	–	–	2.285	–	–	2.285
Instalações	1.367	69	(9)	–	1.427	62	–	1.489
Ferramentas	1.412	3	(232)	–	1.183	12	–	1.195
Sistemas aplicativos - Software	483	–	(11)	(24)	448	–	–	448
Obras em andamento	15.822	172	–	–	15.994	1.217	–	17.211
	169.585	651	(1.717)	(24)	168.495	2.152	(416)	170.231
Depreciação								
Máquinas e equipamentos	(76.413)	(2.771)	463	8	(78.713)	(2.352)	1	(81.064)
Veículos e tratores	(17.480)	(904)	76	–	(18.308)	(912)	398	(18.822)
Edificações e construções	(2.251)	(31)	–	–	(2.282)	(31)	–	(2.313)
Computadores e periféricos	(10.612)	(513)	336	–	(10.789)	(199)	–	(10.988)
Móveis e utensílios	(3.016)	(394)	249	–	(3.161)	(276)	4	(3.433)
Benfeitorias	(446)	(421)	–	–	(867)	(431)	–	(1.298)
Instalações	(674)	(122)	1	–	(795)	(115)	–	(910)
Ferramentas	(862)	(145)	246	–	(761)	(98)	–	(859)
Sistemas aplicativos - Software	(96)	(90)	–	16	(170)	(90)	–	(260)
	(111.850)	(5.391)	1.371	24	(115.846)	(4.504)	403	(119.947)
	57.735	(4.740)	(346)	–	52.649	(2.352)	(13)	50.284

13. Intangível:

(a) Composição:

	Custo	Amortização acumulada	Controladora 31 de dezembro de 2018 Líquido	Controladora 31 de dezembro de 2017 Líquido	% Taxas médias anuais de depreciação
Licença software	12.477	(11.886)	591	2.185	20
	12.477	(11.886)	591	2.185	

	Custo	Amortização acumulada	Consolidado 31 de dezembro de 2018 Líquido	Consolidado 31 de dezembro de 2017 Líquido	% Taxas médias anuais de depreciação
Licença software	13.081	(12.490)	591	2.185	20
	13.081	(12.490)	591	2.185	

(b) Movimentação

	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Controladora 31 de dezembro de 2018
Custo corrigido Licença Software	12.854	–	(400)	35	12.489	–	(12)	12.477
	12.854	–	(400)	35	12.489	–	(12)	12.477
Amortização Licença Software	(8.857)	(1.812)	400	(35)	(10.304)	(1.588)	6	(11.886)
	(8.857)	(1.812)	400	(35)	(10.304)	(1.588)	6	(11.886)
	3.997	(1.812)	–	–	2.185	(1.588)	(6)	591

	31 de dezembro de 2016	Adições	Baixas	Transferências	31 de dezembro de 2017	Adições	Baixas	Consolidado 31 de dezembro de 2018
Custo corrigido Licença Software	13.458	–	(400)	35	13.093	–	(12)	13.081
	13.458	–	(400)	35	13.093	–	(12)	13.081
Amortização Licença Software	(9.344)	(1.929)	400	(35)	(10.908)	(1.588)	6	(12.490)
	(9.344)	(1.929)	400	(35)	(10.908)	(1.588)	6	(12.490)
	4.114	(1.929)	–	–	2.185	(1.588)	(6)	591

14. Ativo financeiro em formação:

	31 de dezembro de 2017	Adições	Transferência para clientes	Consolidado 31 de dezembro
Construções em andamento	337.298	58.551	(386.506)	9.343
Margem na construção	81.368	22.379	(102.355)	1.392
Margem de construção	59.373	9.186	(68.540)	19
Equipamentos hospitalares	40.423	48.996	(89.419)	–
Encargos sobre empréstimos	38.438	2.893	(41.331)	–
Serviços de construção	9.860	2.960	(10.073)	2.747
Importação em andamento		13.620	(695)	12.925
	566.760	158.585	(698.919)	26.426

O saldo residual da conta do "Ativo financeiro em formação" referre-se a fase inicial do complexo hospitalar Perola Byington que se encontra em fase de projeto da controlada Inova Saude São Paulo SPE S.A.

15. Empréstimos e financiamentos:

Instituição Financeira	Modalidade	Encargos	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Banco Itaú S.A.	Finame	Prefixados 3,50%, 4,00% e 6,00% a.a. Prefixado 4,50% a.a. TLP + 1,00% a.a	5.808	8.070	5.808	8.070
Banco Bradesco S.A.	Finame Leasing	+ 6,00% a.a.	1.093	862	1.093	862
Banco Daycoval S.A.	Financiamento	Juros de 2,58% a.a.	–	–	1.624	–
	(–) Ajuste a valor presente		–	–	(63)	–
	Leasing Financiamento	Juros de 3,83% a.a.	–	–	1.375	–
	(–) Ajuste a valor presente		–	–	(76)	–
Banco Bradesco S.A.	Banco conta garantida	CDI + 4,2818% a.a.	2.480	–	2.480	–
Banco Santander S.A.	Capital de giro	CDI + 3,35% a.a.	–	–	13.016	19.201
Banco Bradesco S.A	Capital de giro	CDI + 2,20% a.a.	–	–	56.717	52.041
		TLP + 4,25% a.a.	–	–	–	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")	Financiamentos	Selic + 4,25% a.a. (subcrédito B)	–	–	151.689	135.818
			9.381	8.932	233.663	215.992
Circulante			(4.399)	(2.045)	(220.393)	(196.169)
Não circulante			4.982	6.887	13.270	19.823

SELIC - Sistema especial de liquidação e de custódia
TLP - Taxa de juros de longo prazo
CDI - Certificado de depósito interbancário
As parcelas do não circulante são demonstradas a seguir por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
2019	1.057	1.906	7.494	8.262

continuação — **Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro de 2018 e 2017** (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma) **da Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.**

Prejuízo fiscal:

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre prejuízo fiscal exercício anterior	–	–	(53.038)	(46.851)
Movimentação da base de diferido, líquidos	(3.083)	–	(17.657)	(6.187)
Compensação do prejuízo fiscal	–	–	8.054	–
Base ajustada	(3.083)	–	(62.641)	(53.038)
Imposto de renda diferido	772	–	15.661	13.260
(–) provisão constituída	–	–	13.260	11.713
	772	–	2.401	1.547
Contribuição social diferido	278	–	5.638	4.773
(–) provisão constituída	–	–	4.773	4.217
	278	–	865	556
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal lançado no ativo	1.050	–	3.266	2.103
Base contábil temporária:				

Descrição	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social sobre bases temporárias exercício anterior	(127.794)	(137.350)	(302.724)	(274.211)
Movimentação da base de diferido, líquidos	6.460	9.556	(106.811)	(28.513)
	(121.334)	(127.794)	(409.535)	(302.724)
Imposto de renda diferido	(30.334)	(31.948)	(102.384)	(75.681)
(–) provisão constituída	(31.948)	(34.337)	(75.681)	(68.554)
	1.614	2.389	(26.703)	(7.127)
Contribuição social diferida	(10.920)	(11.501)	(36.858)	(27.245)
(–) provisão constituída	(11.501)	(12.361)	(27.245)	(24.680)
	581	860	(9.613)	(2.565)
Imposto de renda e contribuição social sobre prejuízo fiscal lançado no passivo	2.195	3.249	(36.316)	(9.693)
Imposto de renda e contribuição social sobre diferido na Demonstração de Resultado	3.245	3.249	(33.050)	(7.590)

20. Provisões para contingências:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Contingências trabalhistas	1.591	1.842	1.591	1.842
Contingências cíveis	564	1.539	564	1.539
Contingências tributárias	573	599	573	599
	2.728	3.980	2.728	3.980

A movimentação do exercício é assim demonstrada:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
No início do exercício	3.980	2.789	3.980	2.789
Complemento (reversão) de provisão	(1.252)	1.191	(1.252)	1.191
	2.728	3.980	2.728	3.980

A Companhia está envolvida em outros processos cíveis, tributários e trabalhistas, surgidos no curso normal dos seus negócios, os quais, quando avaliados pela administração e seus assessores jurídicos, possuem expectativa de perdas classificadas como possíveis, consequentemente, nenhuma provisão foi constituída para, eventualmente, fazer face aos desfechos desfavoráveis dos mesmos. Os montantes desses processos estão assim compostos:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Contingências cíveis	8.329	25.479	9.666	26.816
Contingências trabalhistas	27.272	29.761	27.272	29.761
Contingências tributárias	3.764	2.541	3.764	2.541
	39.365	57.781	40.702	59.118

Os processos cíveis classificados como expectativa de perda possível referem-se, em sua maioria, a solicitações de indenizações por danos materiais e morais causados por obras realizadas pela Companhia. A controlada CMO possui uma ação classificada como possível. Em 2015 o Ministério Público Federal ingressou, em Santa Catarina, com três ações civis públicas nas quais a controlada CMO figura no polo passivo: **(i)** o Ministério Público Federal alega irregularidades no zoneamento da área onde a controlada vem construir seu Empreendimento; **(ii)** alegação de que não houve adequada análise do componente indígena no processo de licenciamento do Estaleiro e; **(iii)** requerimento do reconhecimento do órgão ambiental federal como competente para realização do licenciamento do Estaleiro. A administração da controlada CMO por meio de seus assessores jurídicos, está se defendendo judicialmente dessas ações, que foram classificadas, pelos seus assessores jurídicos, com risco "Possível". As decisões de primeira instância foram todas favoráveis à Companhia e aguarda-se julgamento de recursos. **(a) Garantias:** De acordo com o Código Civil, a Companhia é responsável por garantia da obra pelo período de cinco anos, devendo a mesma se responsabilizar por possíveis gastos posteriores causados por problemas estruturais ou vícios construtivos. A Companhia tem como procedimento efetuar a retenção de parcela dos montantes devidos a fornecedores, por período médio de 6 meses após a conclusão da obra para fazer face ao cumprimento dessas obrigações junto aos clientes. O histórico da Companhia é de não ter ocorrido gastos significativos para cumprimento da obrigação de garantias de obras nos últimos cinco anos, não havendo expectativa de que virá ocorrer desembolsos futuros significativos para fazer face a essa obrigação, motivo pelo qual nenhuma provisão foi constituída para fazer face às construções em garantia. **21. Patrimônio líquido: 21.1. Capital social:** O capital social está representado por 412.714.998 ações ordinárias, sem valor nominal. Em Assembleia Geral Ordinária ocorrida em junho de 2014, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R$ 112.000, mediante a capitalização parcial das Reservas de Lucros, passando o Capital Social para R$ 212.000. **21.2. Ajustes de avaliação patrimonial:** Em 2010, a sociedade coligada CONCER contabilizou reserva de reavaliação, a qual foi mantida por ocasião da adoção dos novos CPCs, sendo considerada como parte do custo atribuído de seus ativos, no montante de R$ 39.364, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos. A Companhia, por conta de sua participação na referida coligada, efetuou ajuste de R$ 4.827 (R$ 4.668 - 2017) na realização da mesma para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, tendo como contrapartida a conta de lucros acumulados. **21.3. Reservas de lucros: (a) Reserva legal:** Constituída por 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não constituiu reserva legal pelo motivo de ter atingido o limite de 20% do capital. **(b) Retenção de lucros:** A administração da Companhia, em atendimento ao disposto no artigo 192 da Lei nº 6.404/76 propõe aos acionistas a retenção dos lucros líquidos do exercício para fazer face ao orçamento de capital do exercício seguinte, no montante de R$ 20.562 (R$ 16.946 - 2017). Embora, para fins fiscais ou juros sobre o capital próprio, tenham sido considerados os dividendos do exercício, para fins de apresentação das demonstrações contábeis foram reclassificados para o patrimônio líquido, estando apresentados como dividendos pagos. **22. Lucro por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício.

	Controladora 2018	Controladora 2017
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	83.409	77.680
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas (milhares)	412.714.998	412.714.998
Lucro básico por ação - R$	0,20210	0,18822

Não existem efeitos diluidores sobre as ações, motivo pelo qual não existem divergências para a determinação do lucro diluído por ação.

23. Receita de serviços:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Contrato de construção	656.017	706.664	756.051	868.169
Receitas de concessões (*)	–	–	80.947	–
Venda de mercadorias	–	–	233	1.426
Devoluções	–	(4.961)	–	(5.227)
Tributos sobre vendas	(34.171)	(42.287)	(49.846)	(60.758)
Receita operacional líquida	621.846	659.416	787.385	803.610

(*) Compostos pelas receitas da Nova Saúde São Paulo SPE S.A. e Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.

24. Custo dos serviços prestados:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Custos com pessoal	(165.659)	(116.228)	(170.942)	(116.228)
Serviços contratados de mão de obra	(152.829)	(194.359)	(184.504)	(194.359)
Contraprestações contratuais	(114.662)	(104.869)	(114.662)	(104.869)
Materiais aplicados na execução de serviços	(71.719)	(65.826)	(149.372)	(171.204)
Operação com equipamentos	(22.357)	(19.889)	(22.357)	(19.889)
Depreciações	(4.371)	(4.805)	(4.371)	(5.149)
Aluguéis e condomínios	(3.263)	(4.266)	(3.263)	(4.266)
Amortizações	(1.129)	(1.816)	(1.129)	(1.472)
Provisões para contingências	1.226	(1.191)	1.226	(1.191)
Custos com tributos	(953)	(1.465)	(953)	(1.465)
Custos de mercadoria vendida	–	(749)	(171)	(1.079)
Demais operações	(29.340)	(24.491)	(29.343)	(24.491)
	(565.056)	(539.954)	(679.841)	(645.662)

25. Despesas Comerciais, gerais e administrativas:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Despesa com pessoal	(33.774)	(33.633)	(42.861)	(37.649)
Serviços contratados	(9.327)	(11.693)	(11.353)	(13.514)
Aluguéis e condomínios	(2.842)	(3.616)	(3.645)	(4.081)
Impostos e taxas	(438)	(468)	(1.968)	(1.593)
Depreciações	(110)	(106)	(133)	(242)
Amortizações	(460)	(459)	(460)	(459)
Outras despesas administrativas	(3.410)	(2.472)	(6.501)	(4.256)
	(50.361)	(52.447)	(66.921)	(61.794)

26. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Apropriação do valor justo dos precatórios	5.993	3.563	5.993	3.563
Provisão para perdas patrimoniais e contingências	853	(1.187)	853	(1.187)
Resultado na alienação de bens do ativo imobilizado	34	(277)	34	(277)
Apropriação do valor justo propriedade de investimento	–	–	40.576	–
Exclusão dos precatórios	(16.182)	(938)	(16.182)	(938)
Participações dos empregados	(13.774)	(4.535)	(14.630)	(4.778)
Impostos provisórios de exclusão	(4.336)	–	(4.336)	–
Despesas tributárias	(490)	(584)	(490)	(584)
Doações e patrocínios	–	(300)	–	(300)
Outras receitas (despesas)	1.683	257	1.643	257
	(26.219)	(4.001)	(3.486)	(4.244)

27. Despesas e receitas financeiras:

Receitas financeiras:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Variações monetárias ativas:	14.972	15.042	98.263	15.131
Atualização monetária dos precatórios	10.470	9.211	10.470	9.211
Atualização monetária sobre contas a receber	–	–	83.264	–
Outras variações monetárias	4.502	5.831	4.529	5.920
Juros sobre recebimento em atraso	3.489	–	–	–
Juros sobre aplicações financeiras	2.400	3.640	3.552	5.034
Descontos obtidos	1.288	442	1.373	451
Outras receitas financeiras	53	44	53	45
Impostos sobre receitas financeiras	(546)	(463)	(4.478)	(532)
	21.879	18.623	98.238	20.125

Despesas financeiras:

	Controladora 2018	Controladora 2017	Consolidado 2018	Consolidado 2017
Variações monetárias passivas	(2.029)	(3)	(2.029)	(41)
Juros de mora	(369)	(293)	(991)	(310)
Encargos sobre financiamentos	(359)	(1.705)	(19.563)	(4.561)
Descontos concedidos	(159)	(187)	(159)	(187)
Outras despesas financeiras	(960)	(514)	(2.610)	(1.666)
	(3.876)	(2.702)	(25.348)	(6.765)

28. Seguros (não auditado): A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado cobertures compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes para eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. A Companhia mantém apólices específicas para responsabilidade civil e de engenharia, como a seguir demonstrado:

Projeto	Riscos cobertos	Controladora Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Projeto Starsoft	Comprimisso empresarial	8.100
Central de equipamentos	Frota de veículos	14.922
Obra M-1261 Coremar	Garantia do seguro privado	31.032
Obra C-1286 Votorantim Vazante	Garantia do seguro privado	5.032
Obra C-1285 Vale Maravilhas III	Garantia do seguro privado	4.282
Obra C-1279 Vale Santa Inês	Garantia do seguro privado	4.189
Obra R-1269 DNIT	Garantia do seguro privado	18.444
Obra R-1278 Corredor Campinas	Garantia do seguro público	9.558
Obra R-1277 DNIT BR230	Garantia do seguro público	7.387
Obra C-1276 Metrô Linha 5 Lilás	Garantia do seguro público	5.726
Obra S-1252 Bilings	Garantia do seguro público	5.332
Obra S-1236 Complexo Cordeiros	Garantia do seguro público	4.470
Manutenção Obras Encerradas	Garantia do seguro público	174
Obra C-1253 Shopping Iguatemi	Garantias judiciais	217
Obra R-1278 Corredor Campinas	Responsabilidade civil geral	10.000
Obra M-1261 Comperj	Responsabilidade civil geral	7.000
Obra C-1285 Vale Maravilhas III	Responsabilidade civil geral	5.000
Obra C-1286 Votorantim Vazante	Responsabilidade civil geral	5.000
Obra R-1278 Corredor Campinas	Riscos de engenharia	180.180
Obra R-1254 Rodoanel	Riscos de engenharia	175.000
Obra C-1285 Vale Maravilhas III	Riscos de engenharia	119.632
Obra C-1286 Votorantim Vazante	Riscos de engenharia	78.329
Central de equipamentos	Riscos diversos	21.560

Projeto	Riscos cobertos	Controladas Montante da cobertura em (Milhares de R$)
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Garantia do seguro público	32.391
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Garantia do seguro público	14.171
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Responsabilidade civil	10.000
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Responsabilidade civil	10.000
Inova Saúde Sorocaba SPE S.A.	Riscos nomeados	350.900
Inova Saúde São Paulo SPE S.A.	Riscos nomeados	357.275

Roberto Ribeiro Capobianco - Diretor-Presidente - CPF 033.785.768-71

Adair Jose Schneider - Diretor Administrativo e Financeiro - CPF 615.195.459-91

Ana Cristina Rodrigues - Contadora - CRC 1 SP 141.776/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.** - São Paulo - SP **Introdução:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A. ("Companhia")** que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais Notas Explicativas. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção intitulada "Base para opinião com ressalva" as demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.** em 31 de dezembro de 2018, o desempenho das suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Até a presente data, não foi concluído o trabalho de auditoria, por outros auditores independentes, das demonstrações contábeis do exercício findo de 31 de dezembro de 2018 da investida Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCER. Consequentemente, não temos como opinar sobre o investimento e o respectivo registro da perda com equivalência patrimonial, no montante de R$ 62.586 mil e R$ 10.629 mil, respectivamente. O investimento representa 4,58% do total de ativos consolidados da Companhia. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1, encontravam-se em curso investigações relacionadas à operação denominada "Lava Jato" referente às acusações feitas no Processo Administrativo Disciplinar - PAD, instaurado em 16 de outubro de 2017, 30/05/1-21. A Companhia, em 16 de outubro de 2017, foi absolvida pelo Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) das alegações envolvendo a 31ª fase da operação denominada "Lava Jato". Em virtude da decisão da CGU, em 2 de fevereiro de 2018, a Companhia foi oficialmente informada sobre o levantamento do bloqueio cautelar que a impedia de apresentar novas propostas em licitações e/ou de ser contratada diretamente pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras. Até o encerramento de nossos trabalhos não conhecemos informações adicionais sobre o desfecho do assunto ou qualquer outro tipo de ação. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 1 no tópico Matérias de Mídia, com relação às notícias veiculadas na mídia referente às investigações da operação denominada "Via Apia", a Companhia e seus representantes estão colaborando com as autoridades da Justiça Federal do Rio Grande do Norte através de acordos homologados pela Justiça Federal de Natal-RN, cujas condições estão sob segredo de justiça. Nossa opinião não está ressalvada em virtude desse assunto. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela entenda serem necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando de acordo com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar seus negócios, ou não dispuser de nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileira e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. Essas distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;• Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incertezza relevante em relação a eventos ou condições que possam levar a dúvida significativa sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou se tais divulgações forem inadequadas, nossa conclusão sobre a adequação do uso da base contábil de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidências de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2019

BDO RCS
Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1

Julian Clemente
Contador - CRC 1 SP 197232/O-6

Azimut Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda

Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior, 758 - 14º Andar - Bairro Itaim Bibi - São Paulo - SP - Quivdoria: 0800-7187831
CNPJ: 18.684.408/0001-95

Relatório da Administração: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras relativas ao semestre findo em 31/12/2018 da empresa Azimut Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. A Azimut Brasil Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda teve o início de suas atividades em agosto de 2013 tendo como principais atividades os serviços de intermediar oferta pública, comprar, vender e distribuir títulos e valores mobiliários no mercado, por conta própria e de terceiros observada a regulamentação do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários nas suas respectivas áreas de competência, encarregando-se da administração de carteiras e da custódia de títulos e valores mobiliários, incumbir-se da subscrição da transferência e da autenticação de títulos e valores mobiliários, incumbir-se da subscrição da transferência e da autenticação de títulos e valores mobiliários, exercer funções de agente fiduciário, instituir, organizar e administrar fundos e clubes de investimento, constituir sociedade de investimento capital e risco, atuar como agente autônomo de investimento e de valores mobiliários, e praticar operações no mercado de câmbio de taxas flutuantes. **Eventos:** No 18/09/2018 o Banco Central do Brasil aprovou a alteração do seu controle social para Sudo - Estado de São Paulo, a Distribuidora ficava localizada na Cidade de Salvador, Estado da Bahia, inscrita, no CNPJMF sob o nº 18.684.408/0001-95, com seus atos constitutivos devidamente arquivados perante a Junta Comercial do Estado da Bahia sob o NIRE 29.203.963.258, no qual está aquardando o registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo. Em 15/08/2018 deliberado a alteração da denominação social de **Brasil Investment DTVM Ltda** para **Azimut Brasil DTVM Ltda. 2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas a partir das práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abangem a legislação societária, associadas às normas e instruções da CVM, Resoluções do Banco Central do Brasil e basearam-se nas Interpretações do Comitê Pronunciamentos Contábeis (CPC) e do Comitê de Procedimentos contábeis (CPC) quando aplicável. **3. Resumo das Principais Práticas Contábeis: a) Apuração de resultado:** As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência. Os rendimentos e as despesas de natureza financeira são calculados com base no método exponencial, observando-se o critério "pro rata" dia. **b) Estimativas contábeis:** Na elaboração das demonstrações contábeis foram utilizadas estimativas contábeis que se basearam em fatores objetivos e subjetivos e levaram em consideração o julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido à subjetividade inerente ao processo de sua determinação. A Distribuidora revisa as estimativas e premissas pelo menos mensalmente. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** São registradas pelo valor de aplicação, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **d) Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimentos dos papéis, em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: **(i) Títulos para negociação** - adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nessa categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independentemente do prazo de vencimento; **(ii) Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período; e **(iii) Títulos disponíveis para venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, e são registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos públicos é apurado segundo Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA, que determina o valor líquido provável de realização por meio de parâmetros que compreendem, entre outros, o preço médio de negociação para títulos e valores mobiliários semelhantes em relação aos prazos de pagamento e vencimento. As aplicações em cotas de fundos de investimento são registradas pelo valor de aquisição e atualizadas pelos respectivos valores das cotas divulgadas pelos administradores dos fundos. **e) Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa:** É constituída com base na expectativa de perdas na realização de valores a receber de clientes pelas operações realizadas nos preços da BM&BROVESPA S.A., considerando os critérios mínimos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN). **f) Negociação e intermediação de valores:** Demonstra da pelo saldo das operações de compra ou venda de títulos e valores a receber realizadas na BM&BROVESPA S.A. por conta de terceiros, respaldados pelo custo, do dentro dos prazos regulamentares ou de vencimento dos contratos. **g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo:** São apresentados pelos valor de realização, incluindo quando aplicável, as variações monetárias, bem como os rendimentos auferidos até a data do balanço. **h) Imobilizado do de uso e intangível:** Imobilizado de Uso: São registrados pelo custo de aquisição e depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% ao ano. "Sistema de Processamento de Dados" e de 10% a.a. para as demais contas. Intangível: São registrados os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Distribuidora ou exercidos com esse finalidade. São representados por softwares, registrados pelo custo de aquisição e amortizados pelo método linear, com base na taxa anual de 20%. **i) Impairment de ativos não financeiros:** O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CMN emitiu em 29/05/2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 31/07/2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável dos ativos da Companhia, estabelecendo os seguintes critérios: Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como ágio e marca, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment ocorre quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida no resultado do exercício. Não foram identificados eventos que identificassem a necessidade de reconhecimento de impairment nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017. **j) Passivos circulantes e exigíveis a longo prazo:** **i. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo** - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço. **ii. Provisões** - Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia tem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja necessário para liquidar a obrigação e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões são reconhecidas tendo como base as melhores estimativas do valor envolvido. **k) Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social:** A provisão para o imposto de renda é constituída à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro que ultrapassar R$ 240 no ano. A provisão para contribuição social está sendo calculada à alíquota de 20%, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. **l) Contingências:** Os passivos contingentes são reconhecidos quando, baseado na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos de caixa para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os ativos contingentes são reconhecidos quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. **m) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações em mercado aberto, aplicações em renda fixa e operações compromissadas, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Composição:

	2018	2017
Disponibilidades	1.437	991
Depósitos Bancários	1.437	991
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.456	4.616
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.456	4.616
Total de caixa e equivalente de caixa	**5.893**	**5.607**

Demonstrações do Resultado do Exercício findos em 31 de Dezembro - Em milhares de reais

		2º Sem. 2018	Exerc. 2018	Exerc. 2017
Receitas de Intermediação Financ.		1.471	1.930	972
Rendas de operações c/ítle e/ou mobiliários.		1.471	1.930	972
Despesa da Intermediação Financeira		17	159	(292)
Provisão p/crédito de liquidação duvidosa		17	159	(292)
Res.Bruto da Intermediação Financ.		1.488	2.089	680
Outras Receitas (Despesas) Operac.		(603)	(212)	(609)
Receitas de prestação de serviços		9.230	10.474	5.479
Despesas de pessoal		(1.175)	(2.264)	(1.877)
Outras despesas administrativas		(4.505)	(7.249)	(3.279)
Despesas tributárias		(653)	(1.166)	(689)
Outras receitas operacionais		11	14	12
Outras despesas operacionais		(11)	(21)	(2)
Resultado Operacional		**885**	**1.877**	**620**
Res.antes do Tributação s/o Lucro		**885**	**1.877**	**620**
IR e Contribuição Social		**(261)**	**(517)**	**(264)**
Provisão para imposto de renda		(138)	(275)	(198)
Provisão para contribuição social		(123)	(242)	(128)
Lucro Líquido do Semestre/Exercícios		**624**	**1.360**	**356**
Número de cotas		6.550.000	6.550.000	6.550.000
Luc.Líq.(Prej.) Período por lote de mil cotas		95,27	207,63	54,35

4. Títulos e Valores Mobiliários: Os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos Disponíveis para Venda"; e o valor de custo e a atualização a mercado estão assim demonstrados:

No ativo não circulante: 31/12/2018

Títulos Disponíveis para Venda	Vencimento após 365 dias	Mercado	Custo
Letras Financeiras do Tesouro	1.352	1.352	1.352
Total Carteira Própria	**1.352**	**1.352**	**1.352**

No ativo não circulante: 31/12/2017

Títulos Disponíveis para Venda	Vencimento após 365 dias	Mercado	Custo
Carteira Própria			
Letras Financeiras do Tesouro	538	538	538
Total Carteira Própria	**538**	**538**	**538**

5. Composição de Saldos Relevantes

	2018	2017
Ativo Circulante		
Outros Créditos		
Rendas a Receber	**1.439**	**697**
Comissões e corretagens	1.439	697
Negociação e Intermediação de Valores	**306**	**490**
Valores a receber de clientes pendentes	–	22
Outros créditos por negoci

Jornal O DIA SP

São Paulo, quinta-feira, 28 de março de 2019

BRL TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

CIR/NIRE nº 11.486.793/0001-42

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto lucro/(prejuízo) líquido por ação)

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante		**21.152**	**7.728**
Disponibilidades		4	29
Títulos e valores mobiliários	4	**11.305**	**4.245**
Carteira própria		11.305	4.245
Vinculados a garantias		**4.483**	**1.423**
Rendas a receber		2.793	1.466
Diversos		2.364	823
(-) Provisões para outros créditos		(674)	(866)
Não circulante		**7.793**	**1.483**
Permanente	7	**7.793**	**1.483**
Imobilizado		1.793	1.483
Total do ativo		**21.933**	**9.211**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota**	**2018**	**2017**
Circulante		**18.412**	**7.856**
Outras obrigações	8	**18.412**	**5.056**
Sociais e estatutárias		3.050	3.235
Fiscais e previdenciárias		756	849
Negociação e intermediação de valores		12.923	-
Diversas		1.733	974
Patrimônio líquido	9	**3.521**	**4.152**
Capital de domiciliados no país		2.000	1.500
Reserva legal		279	260
Reserva de lucros		1.242	2.392
Total do passivo e do patrimônio líquido		**21.933**	**9.211**

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADOS

	2º semestre Nota	2º semestre 2018	2018	2017
Receitas da intermediação financeira		**251**	**498**	**335**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		251	498	335
Despesas da intermediação financeira		**(118)**	**(186)**	**(866)**
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		110	186	(866)
Resultado bruto da intermediação financeira	**361**		**680**	**(531)**
Outras receitas/despesas operacionais		**1.001**	**2.501**	**6.198**
Receitas de prestação de serviços	10	12.485	24.972	25.165
Despesas de pessoal	11	(5.693)	(11.129)	(9.635)
Outras despesas administrativas	12	(5.182)	(9.419)	(7.388)
Despesas tributárias	12	(1.611)	(2.967)	(2.175)
Outras receitas operacionais		333	344	232
Outras despesas operacionais		(332)	(300)	(1.001)
Resultado operacional		**1.362**	**3.181**	**5.667**
Resultado não operacional		**(319)**	**244**	**(467)**
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**1.043**	**3.429**	**5.667**
IRPJ e contribuição social	13	**869**	**(94)**	**(1.499)**
Provisão para impostos de renda		(481)	(1.024)	(1.013)
Provisão para contribuição social		(386)	(53)	(686)
Antecipações societárias líquidas		(2.618)	(2.618)	(3.000)
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício		**(69)**	**2.335**	**4.168**
Juros sobre capital próprio		(555)	(555)	(275)
Quantidade de ações		1.000.000	1.000.000	1.000.000
Lucro/(prejuízo) líquido por ação		(0,70)	0,73	1,17

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Eventos	Capital social	Reservas de Lucros Reservas legal	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31/12/2016	**1.000**	**200**	**3.194**		**4.394**
Aumento do capital social	500	-	(500)		-
Lucro líquido do exercício	–	–	–	1.168	1.168
Ajuste de exercícios anteriores	–	–	–	518	518
Destinações:					
Constituição da reserva legal	–	60	–	(60)	-
(-) Distribuição de lucros - dividendos	–	–	(698)	(1.150)	(1.848)
(-) Distribuição de lucros - Juros sobre capital próprio	–	–	–	(275)	(275)
Constituição da reserva de lucros	–	–	291	(291)	-
Saldos em 31/12/2017	**1.500**	**260**	**2.287**	-	**4.187**
Mutações do exercício	**500**	**60**	**(907)**	-	**(347)**
Saldos em 31/12/2017	**1.500**	**260**	**2.397**	-	**4.152**
Aumento do capital social	500	-	(500)	-	-
Distribuição de dividendos	–	–	(1.004)	–	(1.004)
Lucro líquido do exercício	–	–	–	725	725
Destinações:					
(-) Constituição da reserva legal	–	19	–	(19)	-
(-) Distribuição de lucros - Juros sobre capital próprio	–	–	–	(555)	(555)
(-) Constituição da reserva de lucros	–	–	151	(151)	-
Saldos em 31/12/2018	**2.000**	**279**	**1.044**	-	**3.322**
Mutações do exercício	**500**	**19**	**(1.353)**	-	**(834)**
Saldos em 30/06/2018	**2.000**	**331**	**1.897**	**1.348**	**5.576**
Prejuízo do semestre	–	–	–	(69)	(69)
(-) Distribuição de lucros - dividendos	–	–	(1.000)	–	(1.000)
Destinações:					
Reversão de reserva de legal	–	(52)	–	52	-
(-) Distribuição de lucros - Juros sobre capital próprio	–	–	–	(555)	(555)
(-) Constituição da reserva de lucros	–	–	147	(147)	-
Saldos em 31/12/2018	**2.000**	**279**	**1.044**	-	**3.322**
Mutações do semestre	-	**(52)**	**(853)**	**(1.348)**	**(2.253)**

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

	2º semestre 2018	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**(6.637)**	**(6.637)**	**(3.395)**
Lucro líquido ajustado	**(2.548)**	**(3.166)**	**2.792**
Lucro (prejuízo) líquido do semestre/exercício	(69)	2.335	4.168
Depreciação e amortização	167	390	445
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(110)	(186)	866
Ajuste perda líquida de imobilizado	–	(563)	(563)
Resultado da venda de imobilizado	–	10	10
Variação de ativos e passivos	**7.245**	**5.424**	**(6.187)**
Títulos e valores mobiliários	(4.663)	(7.060)	(515)
Outros créditos	1.793	(872)	1.086
Outras obrigações	11.675	13.356	(6.758)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades operacionais	**6.598**	**5.790**	**5.575**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Baixa ativo imobilizado	–	1.600	-
Aquisição ativo imobilizado	(66)	(737)	(1.738)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades investimentos	**(66)**	**863**	**(1.738)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Juros sobre capital próprio	(555)	(555)	(275)
Participação no lucros	–	–	(1.760)
Lucros e dividendos distribuídos	(1.000)	(1.004)	(1.445)
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	**(1.555)**	**(1.559)**	**(3.824)**
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.177**	**5.294**	**25**
Início do semestre / exercício	176	62	37
Final do semestre/ exercício	5.353	5.356	62
Aumento/(Redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	**5.177**	**5.294**	**25**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. Contexto operacional: A BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. foi constituída em 07/02/2011, tendo obtido junto do Banco Central do Brasil em 22/03/2011 a autorização para funcionamento e em 30/06/2011 junto a CVM para prestar serviços de administração de carteira de valores mobiliários, previsto na Instrução Normativa CVM nº 558/15. A distribuidora tem por objeto a prestação de serviços de agente fiduciário; administração de fundos e clubes de investimentos, constituição de sociedades de investimento e de capital estrangeiro, intermediação de operações de câmbio; praticar operações em bolsas de mercadorias e futuros, compras e vendas de metais comuns, compras e vendas de títulos e valores mobiliários por conta própria e de terceiros; prestar serviços de intermediação e de assessoria ou assistência técnica em operações e atividades no mercado financeiro e capitais; intermediar oferta pública e distribuição de títulos e valores mobiliários; encarregar-se de subscrição, da transferência e da administração de endossos, de desdobramento de cautelas, de resgatemento e pagamento de resgates, juros e outros proventos de títulos e valores mobiliários. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração a legislação societária vigente e as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis homologadas pelo BACEN, relacionadas ao processo de convergência contábil internacional que não conflitam com a regulamentação do CMN e BACEN e estão substanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Os pronunciamentos contábeis emitidos pelo BACEN são os que seguem abaixo e foram considerados na preparação das demonstrações contábeis: - Resolução nº 3.566/08: Redução ao Valor Recuperável de Ativos (CPC 01); - Resolução nº 3.604/08: Demonstração dos Fluxos de Caixa (CPC 03); - Resolução nº 3.750/09: Divulgação de Partes Relacionadas (CPC 05); - Resolução nº 3.823/09: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (CPC 25); - Resolução nº 3.973/11: Demais Subsequentes (CPC 24); - Resolução nº 3.989/11: Pagamento Baseado em Ações (CPC 10); - Resolução nº 4.007/11: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro (CPC 23); - Resolução nº 4.144/12: Estruturas Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil Financeiro Pronunciamento Conceitual Básico (R1); - Resolução nº 4.424/15: Pronunciamentos Técnicos (CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados. As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas em ativos, o valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, entre não havendo, entretanto, incertezas a adoção das mesmas em relação a imobilizado entre outros. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Distribuidora. Todas as informações apresentadas foram convertidas para o milhar, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico e, quando aplicável, houve mensuração a valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. As principais práticas contábeis foram aprovadas pela Administração em 14/01/2019. **3. Resumo das principais práticas contábeis: 3.1. Apuração de resultados:** O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrem, sempre simultaneamente quando de correlacionarem, independentemente do recebimento ou pagamento. **3.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações financeiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias. **3.3. Títulos e valores mobiliários e instrumentos:** Os títulos e valores mobiliários devem ser classificados, conforme determinam a Circular nº 3.068, de 08/11/2001 e regulamentações posteriores, nas seguintes categorias: Títulos para negociação; títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação e disponíveis para venda são mensalmente ajustados pelos seus valores de mercado, procedendo ao registro da valorização ou desvalorização em contas adequadas de resultado do exercício e de patrimônio líquido pelo valor líquido dos efeitos tributários, respectivamente. Os títulos mantidos até o vencimento estão avaliados pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são sendo reapropriados no resultado do período. **3.4. Ativos e passivos circulantes:** Demonstrados pelos valores de custo incluindo, quando aplicável, os rendimentos, encargos e as variações monetárias e cambiais incorridas, deduzidos das correspondentes receitas, despesas a apropriar e, quando aplicável, provisões para perdas. **3.5. Provisão para imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240, ajustado pelas adições e exclusões previstas na legislação. A contribuição social ajustada sobre o lucro ajustado na forma da legislação em vigor é calculada à alíquota de 20%. Foram constituídas provisões para as referidas contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. **3.6. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** Em uma data específica, os ativos têm seus valor contábil excede seu valor recuperável. De acordo com a Resolução CMN nº 3.566/2008, que dispõe sobre procedimentos a serem reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (impairment), a Distribuidora tenda, no mínimo anualmente, o valor recuperável dos seus ativos, sendo reconhecidas no resultado do exercício as eventuais perdas apuradas. Nos exercícios encerrados em 31 de dezembro não foram constatadas perdas no valor recuperável dos ativos. **3.7. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais:** As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais estão consubstanciadas nas Resoluções nº 3.535/08 e 3.823/09 e Carta Circular nº 3.429/10 do BACEN – são as seguintes: - **Ativos contingentes:** não reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com fortes possibilidades são apenas divulgados em nota explicativa; - **Passivos contingentes:** são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensurados com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e - **Obrigações legais:** são registradas como exigíveis, independente da avaliação sobre a probabilidade de efeito. **4. Títulos e valores mobiliários e caixa:** As disponibilidades são compostas em sua totalidade por saldos em instituições bancárias e com liquidez imediata:

Deposito Bancários	2018	2017
Total	**4**	**29**
	3.350	**62**

5. Títulos e valores mobiliários: A Distribuidora adota como estratégia de atuação as aplicações títulos e valores mobiliários com o propósito de manter-los até o vencimento. Em 31/12/2018 e 2017 os títulos estão classificados em suas totalidade para "Irrigação":

Aplicação em cotas de Fundos de Investimento	2018 Valor de custo	Valor de contábil	Valor de mercado	2017 Valor de custo	Valor de contábil	Valor de mercado
Itaú Extra RIRF, REF DT INDEXAD	3.784	3.784	3.784	4.245	4.245	4.245
Itaú Top RF Referencial DI	7.521	7.521	7.521	-	-	-
Total Aplicação em cotas de FI	**11.305**	**11.305**	**11.305**	**4.245**	**4.245**	**4.245**

Durante os exercícios findos em 31/12/2018 e 2017 não houve reclassificações entre as categorias de títulos e valores mobiliários. As cotas dos fundos de investimento exclusivos foram avaliadas pelo respectivo valor da cota do último dia útil do mês. Os fundos de investimentos estão custodiados na "Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP)". **Prestação de Garantias:** Em 31 de dezembro não existem títulos garantindo operações.

6. Outros créditos	2018	2017
Rendas a receber	**2.793**	**1.466**
Taxa de Administração de Fundos de Investimento	2.420	1.174
Serviços prestados a receber	373	292
Diversos	**2.364**	**823**
Adiantamentos e antecipações salariais	33	17
Adiantamentos a fornecedores	575	120
Adiantamentos diversos	9	14
Impostos e contribuições a compensar	1.247	641
(-) Provisões para créditos de liquidação duvidosa	(674)	(866)
(-) Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	(674)	(866)
Total	**4.483**	**1.423**

(a) Compreende valores que a Administração entende ser de difícil realização, compostos principalmente por créditos junto a Fundos de investimentos administrados.

7. Imobilizado:	2017	Adição	Redução	2018
Imóveis	416	-	-	416
Móveis e Equipamentos	279	72	-	351
Equipamentos de informática	141	222	-	362
Software [a]	1.600	26	(1.595)	31
Importam Software	319	-	-	319
Depreciação	(218)	(390)	249	(359)
Total	**1.483**	**347**	**(1.037)**	**793**

	2016	Adição	Redução	2017
Moveis e Equipamentos	255	24	-	279
Equipamentos de informática	30	111	-	141
Software	5	1.595	-	**1.600**
Importam Software	319	-	-	319
Depreciação	(93)	(132)	-	(218)
Total	**197**	**1.738**	-	**1.483**

(a) Em janeiro de 2018 o Software de Cadastro de propriedade da BRL DTVM foi reclassificado para R$ 26 milhões. Este Software é usado para o controle de certificadora de Créditos Imobiliários, gerando um resultado pela venda no valor de R$563.

8. Outras obrigações:	2018	2017
Sociais e estatutárias	**3.000**	**3.234**
Juros sobre capital próprio	–	249
Participações de lucros	3.000	3.000
Fiscais e previdenciárias	**756**	**848**
Provisão IRPJ e CSLL	–	63
Impostos e contribuições a recolher	756	785
Diversas	**1.733**	**974**
Despesas de pessoal [a]	1.643	974
Aluguéis	90	87
Credores diversos - País	655	40
Negociação e intermediação de valores	**12.923**	-
Conta liquidações pendentes [b]	12.923	-
Total	**18.412**	**5.056**

(a) Substancialmente representado por provisão de férias e correspondentes encargos sociais. (b) Referem-se a operações de negociação e intermediação de valores efetuadas no mesmo dia sistema de Liquidatórios de Reservas, instituído pela Circular 3.100, do BACEN, composto por valores mantidos por terceiros em conta-corrente de liquidação e custódia, registrados contra o valor de terceiros aplicados no fundo Itaú TOP RF Referencial DI FICFI demonstrado na nota explicativa 4, ao qual referem-se a valores mantidos no Sistemas em nome de participantes. **9. Patrimônio líquido: Capital social:** O capital social em 31/12/2018 é de R$ 2.000 mil reais (2017), totalmente integralizados em moeda corrente do país, dividido em 1.000.000 ações ordinárias nominativas, livres, sem valor nominal. Em 04/04/2017 ocorreu o aumento do Capital Social, com integralização no montante de R$500 mil reais, mediante utilização de reserva de lucros. Em 18/05/2018 foi realizado, após aprovação do Banco Central do Brasil, o aumento de capital no valor de R$ 500 mil reais e a capitalização de reserva de lucros. **Reservas legais:** São constituídas em 5% de lucro líquido anterior, limitado a 20% do capital social, e mais 30% do lucro líquido do exercício, após o teto de 20% do capital social, conforme prevê o estatuto e a Lei das S/As. Não sendo pertinentes nesse exercício a ser feita baixa mudança de capital atual. **Distribuição de Resultados:** Durante o exercício de 2018 foram distribuídos dividendos no montante de R$1.000mil (R$0,845 por ação) e R$555 mil reais a título de Juros sobre Capital próprio (IRS275 em 2017). **Reserva de Lucros - Reserva Legal:** Do lucro líquido do semestre, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, na constituição da Reserva Legal, que não poderá exceder a 20% do capital, ou se tal obrigatoriedade no período em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das Reservas de Capital, exceder a 30% do capital.

10. Receitas de prestação de serviços:	2º Semestre de 2018	2018	2017
Taxa de administração de fundos	8.957	19.664	20.957
Serviços de gestão	30	55	1.883
Serviços de controladoria	614	1.076	770
Serviços de custódia	1.543	2.830	1.401
Outros serviços	342	1.347	154
	12.485	**24.972**	**25.165**

11. Despesas de pessoal:	2º Semestre de 2018	2018	2017
Benefícios	887	1.834	1.600
Honorários	368	485	417
Encargos sociais	1.272	2.543	2.092
Proventos	3.105	6.860	5.568
Despesas com remuneração estagiários	76	407	58
	5.692	**11.129**	**9.635**

12. Participação nos lucros: Em 31/12/2018 a Distribuidora registrou o montante de R$ 3.000 a título de Participação nos lucros a ser paga a empregados e administradores, conforme acordo de trabalho firmado em janeiro de 2018 e ratificado em 2019. **13. Outras despesas administrativas, operacionais e tributárias:**

Outras despesas administrativas	2º Semestre de 2018	2018	2017
Outras despesas administrativas e operacionais	**3.182**	**5.419**	**7.070**
Aluguéis	326	659	1.000
Comunicação	74	194	164
Serviços do sistema financeiro	1.960	3.728	2.775
Publicações	399	493	-
Serviços do sistema financeiro	250	761	865
Serviços técnicos especializados	1.187	1.587	1.170
Água e esgoto	63	114	114
Viagens no país e exterior	146	289	171
Outras despesas administrativas	236	868	1.990
Depreciação e amortização	161	390	126
Despesas tributárias	**1.031**	**2.067**	**2.175**
Despesas com ISS	326	659	1.000
Despesas com COFINS	510	1.020	1.020
Despesas com PIS	83	166	166
Outras	112	222	333
Total	**4.213**	**7.486**	**9.245**

14. Partes relacionadas: As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750/09 do Banco Central do Brasil. **a. Composição das partes relacionadas:**

Ativo	2018	2017
Brl Trust Investimentos (a)	944	-
Arena Itaquera	-	118
	575	**1.769**
Passivo	**2018**	**2017**
BRL Trust Investimentos	-	11.000
	49	-
Receitas	**2018**	**2017**
BRL Trust Investimentos (b)	1.242	-
	1.749	-

(a) Saldos referem-se a ratetos de despesas com Pessoal 2017 REC e Participação nos Lucros (R$3990); (b) A BRL Trust DTVM pessoa contratar de subscrição da área de escritórios e ratetos de despesas de Pessoal com a empresa BRL Trust Investimentos. **b. Remuneração aos Administradores e Funcionários:** Em 31/12/2018 os honorários atribuídos aos administradores da BRL Trust Distribuidora totalizaram em R$ 485 (R$477 em 2017). **15. Impostos de renda e contribuição social sobre o lucro líquido:**

	31/12/2018 IRPJ	CSLL
Lucro antes dos impostos e participações	3.429	3.429
(-) Juros sobre Capital Próprio	(555)	(555)
(-) Participações de empregados no lucro	(2.618)	(2.618)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	464	464
Adições: Diferenças permanentes	307	307
Exclusões: Diferenças permanentes	(505)	(505)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	266	266
Alíquota nominal	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(40)	(53)
Base de cálculo para imposto adicional	266	
Alíquota nominal	10%	
Imposto de renda adicional	(3)	
(-) Dedução Programa de Alimentação	(41)	(53)
Imposto de renda e contribuição social		
Alíquota efetiva (em %)	13%	20%
	31/12/2017	
Lucro antes dos impostos e participações	5.391	5.391
(-) Participações de empregados no lucro	(1.000)	(1.000)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.391	4.391
Adições: Diferenças permanentes	1.215	1.215
Exclusões: Diferenças permanentes	(1.172)	(1.172)
Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social	3.429	3.429
Alíquota nominal	15%	20%
Imposto de renda e contribuição social - corrente	(514)	(686)
Base de cálculo para imposto adicional	3.189	
Alíquota nominal	10%	
Imposto de renda adicional	(319)	
(-) Dedução Programa de Alimentação	(195)	
Imposto de renda e contribuição social	(833)	(686)
Alíquota efetiva (em %)	20,71%	20%

16. Gerenciamento de riscos: 16.1. Estrutura de gerenciamento de risco: A avaliação dos riscos é fundamental para o fomento de decisão na Distribuidora. Por isso, a Distribuidora conta com uma estrutura de Gerenciamento de Riscos, que é constituída de forma adequada e a grau de complexidade dos negócios e atividades desenvolvidas. **16.2. Estrutura de gerenciamento de riscos operacionais:** A Distribuidora tem aperfeiçoado constantemente seus sistemas de controles voltados ao aperfeiçoamento de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações, bem como permitir a atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria acompanhando o controle dos fatos de exposição a riscos de mercado. **16.3. Estrutura de gerenciamento de riscos de mercado: Risco de mercado:** é definido como a possibilidade de ocorrer perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado de posições detidas pela Distribuidora. A Distribuidora possui políticas e estratégias para o gerenciamento do risco de mercado baseadas nas diretrizes do Comitê de Basileia e nas recomendações do Banco Central (BCN) nº 3.464/2007. O gerenciamento do risco de mercado consiste em um conjunto de mecanismos, instrumentos e sistemas para a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle do risco, com uma clara definição de responsabilidades, níveis de alçada e limites de exposição. **Estrutura de gerenciamento de risco de liquidez:** Risco de liquidez pode ser entendido como a possível incapacidade da Distribuidora honrar seus compromissos, causada pela ocorrência de desequilíbrios entre a entrada e saída de recursos no fluxo de caixa. A Distribuidora gerencia o risco de liquidez através do permanente monitoramento do fluxo de caixa especial, definindo os níveis de liquidez a serem mantidos em data de contingência, da delegação de responsabilidades, de níveis de alçada e de reporte. Este gerenciamento é baseado na estimativa de fluxo de caixa, e estando em conformidade com a Resolução CMN nº 2.804/2000. **16.5. Estrutura de gerenciamento do risco de crédito:** Conforme Resolução CMN nº 3.721/2009, a Distribuidora considera risco de crédito "a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à deterioração de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação". Na Distribuidora, o gerenciamento do risco de crédito consiste em avaliar e monitoramento de forma contínua da qualidade das operações de crédito, objetivando manter as exposições em níveis considerados aceitáveis pela Alta Administração. **16.6. Relatórios de risco de mercado de riscos operacionais:** Os relatórios com as descrições das estruturas de gerenciamento de riscos, informações dos riscos operacionais encontram-se disponíveis na sede da Distribuidora situada na Rua Gerivatiba, nº 29 andar. **17. Demais informações: a) Administração e gestão de Fundos de investimentos:** A Distribuidora administra e gerencia Fundos de investimento, carteiras de investimentos exclusivos e institucionais e realiza gestão de Fundos de investimento. Em 31/12/2018 os patrimônios dos Fundos administrados montam R$ 32.921.158 (R$29.259.166 em 2017) distribuídos em 135 Fundos de investimento e os patrimônios dos Fundos sob sua gestão montam R$ 23.988.969 distribuídos em 49 Fundos de investimento. Os Fundos administrados estão distribuídos da seguinte forma:

Denominação	Patrimônio líquido administrado 2018	2017
Fundos de investimento financeiro	32.921.158	29.259.166
	32.921.158	**29.259.166**

b) Cobertura de seguros: A Distribuidora adota a política de contratação de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir possíveis sinistros, considerando a natureza da sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos auditores independentes. **c) Demandas judiciais:** A classificação de risco e valores envolvidos informados pelo assessor jurídico da Distribuidora estão resumidos a seguir:

Descrição	2018 Valor da causa	Quantidade	2017 Valor da causa	Quantidade
Cível	1.795	2	1.795	2
	1.795	**2**	**1.795**	**2**

d) Limites operacionais (Índice de Basileia): O limite operacional foi definido pela Comitê de Basileia, que recomenda a relação mínima de 8% entre o Patrimônio de Referência (PR) e os ativos ponderados pelos correspondentes ao risco (Patrimônio de Referência (exigido - PRE). No Brasil, a relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os ativos ponderados pelos correspondentes ao risco (PRE) não foi inferior a 11% em 31/12/2018 e 2017, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito, que não ficaram abaixo de 17%. - 9,87% de 1º/01/2016 a 31/12/2016, - 9,25% de 1º/01/2017 a 31/12/2017, - 8,62% de 1º/01/2018 a 31/12/2018, - 8,000% de 1º/01/2019. O Índice de Basileia em 31/12/2018 a Distribuidora é de 7,74% (2017 - 12,34%). A Administração protocolou no Banco Central do Brasil em janeiro/2019 o seu requerimento de enquadramento de Basileia e final do semestre a encerrar-se em 30/06/2019. **18. Eventos subsequentes:** Não ocorreram eventos subsequentes em 31/12/2018 que requeressem divulgações nas demonstrações contábeis.

RODRIGO BOCCANERA GOMES - DIRETOR
WELLINGTON CRUZ - CONTADOR - CRC RJ - 116678/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da **BRL Trust DTVM S.A.** *São Paulo/SP* **Opinião** Examinamos as demonstrações contábeis da **BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima mencionadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.** em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas adicionalmente na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação a Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional dos Contadores e normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades ética de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 17 d), em 31/12/2018 a Distribuidora não atingiu o índice de Basileia para as instituições sujeitas às normas do Banco Central do Brasil e em conformidade com a Circular Nº 4.193/13, Carta Circular Nº 4.193/13, Resolução CMN 4.193, de 01/10/2013, para as instituições financeiras e as demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, exceto cooperativas de crédito não filiadas a cooperativas centrais de crédito, que não ficaram abaixo de 17%. - 9,87% de 1º/01/2016 a 31/12/2016, - 9,25% de 1º/01/2017 a 31/12/2017, - 8,62% de 1º/01/2018 a 31/12/2018, - 8,000% de 1º/01/2019. O Índice de Basileia em 31/12/2018 a Distribuidora é de 7,74% (2017 - 12,34%). A Administração protocolou no Banco Central do Brasil em janeiro/2019 o seu requerimento de enquadramento de Basileia e final do semestre a encerrar-se em 30/06/2019. **Outros assuntos:** Os montantes correspondentes ao semestre e exercício findos em 31/12/2018 que requeressem divulgações nas demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A Diretoria é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, as questões relacionadas com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realística para evitar a descontinuidade operacional. A Diretoria é também responsável pela gestão de controles internos que ela considere necessários para permitir a preparação de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou erro. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente de fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança alto, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fra